



**Ana Cláudia Sousa  
Monteiro**

**Relatório de Estágio no Gabinete ABC –  
Tradução Jurídica**



**Ana Cláudia Sousa  
Monteiro**

**Relatório de Estágio no Gabinete ABC –  
Tradução Jurídica**

Relatório de estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução Especializada, realizada sob a orientação científica da Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Alegre, Professora auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

*Aos meus pais.*

## **o júri**

Presidente

Prof.<sup>a</sup> Doutora Katrin Herget  
Leitora da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Luís Miguel Simões Lucas Pires  
Professor auxiliar da Universidade de Aveiro (arguente)

Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Teresa Murcho Alegre  
Professora auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora).

## **agradecimentos**

Ao Gabinete ABC por me ter integrado na sua equipa.

À Dr.<sup>a</sup> Ana Bela Cabral, cujo apoio incansável foi essencial à realização deste relatório.

À Professora Doutora Teresa Alegre por me orientar nesta fase tão importante da minha formação.

Aos meus pais e família pelo amor incondicional que me demonstraram ao longo da vida e por tornarem possível a minha formação académica.

Ao Pedro e à Salomé por estarem presentes nos bons e maus momentos.

A todos gostaria de expressar a minha eterna gratidão.

**palavras-chave**

Direito Comparado, harmonização internacional, sistemas jurídicos, tradução jurídica, empresa de tradução, Gabinete ABC

**resumo**

O presente relatório visa demonstrar que, apesar dos esforços do Direito Comparado com vista à harmonização internacional, ainda existem diferenças notórias entre os direitos vigentes nos variados sistemas jurídicos, as quais representam uma barreira ao exercício da Tradução Jurídica.

Este relatório visa igualmente dar a conhecer o funcionamento da empresa de tradução onde foi realizado o estágio curricular, o Gabinete ABC, descrevendo e exemplificando todas as tarefas realizadas.

**keywords**

Comparative Law, international harmonisation, legal systems, legal translation, translation company, Gabinete ABC

**abstract**

The present report aims to demonstrate that, despite the efforts of the Comparative Law regarding an international harmonisation, there are still evident differences between the Laws in force in the several legal systems, which represent an obstacle to the exercise of legal translation.

This report has also the purpose of presenting the functioning of the translation company where the academic training was performed, Gabinete ABC, describing and exemplifying all the tasks carried out.





## Índice

Índice de Figuras .....	1
Índice de Tabelas .....	1
Lista de Siglas .....	2
1. Introdução.....	2
2. Apresentação da empresa “ABC – Tradução, Formação & Eventos, Lda.” .....	5
3. O Estágio.....	7
3.1. Caraterização do Estágio.....	7
3.2. Equipa e Ambiente de Trabalho.....	8
4. Tarefa de Tradução .....	11
4.1. O Setor da Tradução.....	12
4.2. Etapas da Prestação de Serviços de Tradução .....	13
4.3. Fontes de Consulta.....	16
4.4. Identificação dos Documentos Trabalhados .....	19
5. Tarefa de Revisão .....	21
6. Tarefa de Gestão Terminológica.....	25
6.1. Criação e atualização de Memórias de Tradução e Bases de Dados Terminológicas.....	25
6.2. Criação e atualização de glossários.....	28
6.3. Realização de Alinhamentos.....	30
7. Tradução Jurídica .....	31
7.1. O Papel Fundamental do Direito Comparado na Tradução Jurídica .....	33
7.2. O Texto Jurídico.....	34
7.3. Linguagem Jurídica.....	35
7.4. A Problemática da Tradução Jurídica .....	41
8. Conclusões .....	67
9. Referências Bibliográficas .....	69
10. Anexos (CD ROM)	
Anexo I – Plano de Estágio	
Anexo II – Gestão Terminológica	
Anexo III – Traduções	

## Índice de Figuras

<b>Figura 1:</b> Presença de códigos no Projeto Déjà Vu X .....	14
<b>Figura 2:</b> Exemplo de alinhamento. ....	30
<b>Figura 3:</b> Erro gramatical. ....	63
<b>Figura 4:</b> Erro de concordância.....	63
<b>Figura 5:</b> Erros de acentuação e gralha.....	64
<b>Figura 6:</b> Troca do país ao qual a carta rogatória é dirigida.....	65

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Número de traduções e atualizações. ....	16
<b>Tabela 2:</b> Exemplo de revisão terminológica.....	22
<b>Tabela 3:</b> Exemplo de revisão de provas. ....	23
<b>Tabela 4:</b> Memórias de tradução e Bases de Dados Terminológicas criadas. ....	27
<b>Tabela 5:</b> Memórias de tradução e Bases de Dados Terminológicas atualizadas.....	27
<b>Tabela 6:</b> Exemplo extraído do Glossário de Termos Jurídicos. ....	28
<b>Tabela 7:</b> Glossários criados e atualizados.....	29
<b>Tabela 8:</b> Glossário de Sementes Agrícolas .....	29
<b>Tabela 9:</b> Número de documentos jurídicos traduzidos e respetiva contagem de palavras e par de línguas. ....	32
<b>Tabela 10:</b> Exemplos retirados da tradução de uma carta rogatória. ....	43
<b>Tabela 11:</b> Excerto de carta rogatória. ....	44
<b>Tabela 12:</b> Exemplo extraído de uma carta rogatória traduzida para a língua inglesa onde se emprega o termo <i>arguido</i> .....	46
<b>Tabela 13:</b> Exemplo extraído de uma carta rogatória traduzida para a língua francesa onde se emprega o termo <i>mis en examen</i> .....	47
<b>Tabela 14:</b> “Processo sumário” como exemplo de dificuldade terminológica extraído de uma carta rogatória.....	48
<b>Tabela 15:</b> “Autoria material” como exemplo de dificuldade terminológica extraído de uma carta rogatória. ....	49
<b>Tabela 16:</b> Exemplo de falso-amigo extraído de uma carta rogatória. ....	50
<b>Tabela 17:</b> Exemplo de falso-amigo extraído de uma sentença de divórcio.....	51
<b>Tabela 18:</b> Excerto de um <i>procès-verbal</i> .....	53

<b>Tabela 19:</b> Exemplo de equivalente semântico extraído de uma carta rogatória. ....	55
<b>Tabela 20:</b> Exemplo de equivalente semântico extraído de uma carta rogatória. ....	56
<b>Tabela 21:</b> Exemplo de equivalente funcional extraído de uma carta rogatória. ....	57
<b>Tabela 22:</b> Exemplo de termo intraduzível extraído de uma sentença de divórcio suíça.....	58
<b>Tabela 23:</b> Sigla CPC VS.....	59
<b>Tabela 24:</b> Sigla RVJ. ....	59
<b>Tabela 25:</b> Sigla LDIP. ....	59
<b>Tabela 26:</b> Exemplo extraído de uma carta rogatória e respectivas traduções. ....	60
<b>Tabela 27:</b> Fórmula de cortesia de uma carta rogatória e respectivas traduções. ....	61
<b>Tabela 28:</b> Fórmula de despedida de uma carta rogatória e respectivas traduções. ..	62

## Lista de Siglas

**BDT:** Base de Dados Terminológica

**MT:** Memória de Tradução

**OCR:** Optical Character Recognition

## **1. Introdução**

O presente relatório foi elaborado com vista à conclusão do Mestrado em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas, com percurso inglês e francês, pela Universidade de Aveiro.

O facto de ser titular de uma Licenciatura em Tradução pela mesma instituição de ensino foi um dos fatores que me influenciou na decisão de especialização nesta área. Adicionalmente, o Direito é deveras estimulante por todos os desafios que nos coloca, para além de ser vantajoso adquirir conhecimentos neste domínio de especialidade, visto lidarmos com ele diariamente.

A escolha do presente mestrado deveu-se ao facto de a tradução jurídica estar a ganhar cada vez mais força neste setor e ser uma boa aposta em termos profissionais, tendo sempre presente o objetivo de conseguir realizar um estágio curricular numa empresa de tradução, com vista à obtenção de experiência profissional e ao abrir das portas do mundo do trabalho.

Foi com imenso entusiasmo que incorporei a equipa da empresa “ABC – Tradução, Formação & Eventos”, sita em Viseu, a qual me prestou todo o apoio e cooperação durante este grande desafio. A concretização deste estágio foi uma realização a nível pessoal, durante a qual tive a oportunidade de conhecer a complexidade e modo de funcionamento de uma empresa de tradução.

Neste relatório começa-se por introduzir brevemente a entidade empregadora, dando a conhecer um pouco da sua estrutura e dos serviços que fornece, seguindo-se a caracterização do estágio propriamente dito. Posteriormente, são abordadas pormenorizadamente as tarefas constantes do plano de estágio, suportadas com informação teórica.

Embora se tenha traduzido um vasto número de documentos de diferentes domínios de especialidade, a parte final deste relatório dedica-se apenas à tradução jurídica, uma vez que é a área de especialização do Mestrado acima referido. No capítulo 7 é dado um enquadramento teórico relativo a este tipo de tradução,

expondo e explicando os problemas e soluções encontrados durante o processo de tradução de documentos jurídicos no decorrer do estágio curricular.

## **2. Apresentação da empresa “ABC – Tradução, Formação & Eventos, Lda.”**

O Gabinete ABC é uma pequena empresa de Tradução, Formação e Eventos fundada em 1996 e sediada em Viseu. De acordo com informações retiradas do *website* da empresa, a sua fundadora e Diretora-Geral, Dr.<sup>a</sup> Ana Bela Cabral, cujas iniciais deram o nome à empresa, repartiu os serviços visionados para o seu Gabinete em três departamentos distintos: Departamento de Tradução, Departamento de Formação e Departamento de Eventos.

Partindo do Departamento de Tradução, o seu objetivo é prestar serviços de tradução escrita solicitados pelos seus clientes, contando com uma equipa de 60 tradutores externos, com formação superior em tradução ou experiência reconhecida na mesma área. A maior afluência de trabalhos de tradução deste Departamento (cerca de 70%) diz respeito ao domínio jurídico, o que constituiu uma enorme vantagem na realização deste estágio curricular. São, contudo, trabalhados vários tipos de textos que se inserem nas áreas da tradução técnica, de catálogos, de *websites*, de trabalhos científicos e de documentos oficiais. Todos os trabalhos de tradução passam por um rigoroso controlo de qualidade antes de serem entregues ao cliente. Salvo situações em que não se justifique, todos os textos de partida são trabalhados na ferramenta de apoio à tradução Déjà Vu X<sup>1</sup>, do fabricante Atril, sendo submetidos de seguida a uma revisão linguística e, caso seja necessário, a uma revisão técnica feita por profissionais da área.

Simultaneamente ao Departamento de Tradução surgiu o Departamento de Formação, que se focava principalmente em responder às necessidades linguísticas pontuais dos clientes, assim como na área do apoio escolar. Atualmente, este departamento alargou a sua área de atuação e apostou na formação em línguas estrangeiras de carácter geral e especializado, dirigidas a um vasto leque de profissões, na língua materna e na formação de professores, tendo conseguido atingir um dos seus grandes objetivos, a certificação pela DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho). Adicionalmente, o Gabinete ABC disponibiliza

---

<sup>1</sup> *Software* informático de auxílio à tradução onde são armazenados segmentos de traduções previamente efetuadas de modo a serem reutilizados em novas traduções semelhantes.

formação em primeiros socorros para professores e cursos de técnica vocal, tais como a respiração, colocação da voz, articulação e dicção, falar em público, podendo ser ministrados presencialmente ou através de uma plataforma de *E-learning*.

Mais tarde, devido à profissão como intérprete de conferências da fundadora da empresa, surgiu o Departamento de Interpretação, que veio a adquirir a designação de Departamento de Eventos, uma vez que o Gabinete ABC passou a organizar, entre outros, conferências, inaugurações, congressos, simpósios, e a oferecer serviços de decoração de salas, arranjos florais, *catering/coffee break* e aluguer de meios técnicos e audiovisuais, tendo colaboradores com mais de 10 anos de experiência.

Uma das missões do Gabinete ABC é alcançar o sucesso no reconhecimento e dignificação do Tradutor e Intérprete, profissões que ainda não são devidamente valorizadas.

Para que todos os colaboradores internos do Gabinete ABC se possam conhecer mais aprofundadamente e confraternizar entre si, foram criadas oficinas de motivação mensais com a duração de 45 minutos e orientadas pela Dr.<sup>a</sup> Ana Bela Cabral. Estas oficinas visam abordar questões relacionadas com o autoconhecimento, com vista a perceber os pontos positivos e negativos de cada um e criar metodologias e estratégias para uma melhoria da vida profissional e pessoal dos colaboradores.

### **3. O Estágio**

Este capítulo aborda os aspetos gerais do estágio curricular, como a empresa onde foi realizado, as datas de início e término, o objetivo da empresa, o plano de estágio, tarefas desenvolvidas, entre outros, falando também um pouco sobre o a equipa e o ambiente de trabalho.

#### **3.1. Caraterização do Estágio**

No âmbito do Mestrado em Tradução Especializada da Universidade de Aveiro foi realizado um estágio curricular na empresa “ABC – Tradução, Formação & Eventos, Lda”, sob orientação da Diretora-Geral, Dr.<sup>a</sup> Ana Bela Cabral. Este decorreu durante o primeiro semestre do supracitado Mestrado, tendo iniciado no dia 3 de setembro de 2013 e terminado no dia 2 de janeiro de 2014. De forma a poder frequentar as aulas, foi acordado que todas as segundas-feiras e tardes das sextas-feiras estivessem livres para que a estagiária dispusesse de tempo para dedicar às unidades curriculares do Mestrado.

Devido à empresa se encontrar no início do percurso conducente à certificação do Departamento de Tradução pela norma EN 15038, o seu principal objetivo focou-se na elaboração de determinados procedimentos que deveriam ser implementados até 1 de Janeiro de 2014, os quais são:

- Criação de memórias de tradução e vistas-externas através da ferramenta de apoio à tradução Déjà Vu X para minimizar o número de palavras pagas ao tradutor externo;
- Criação/atualização de glossários em formato Word para enviar ao tradutor externo de forma a garantir a coesão terminológica;
- Envio do PDF ao tradutor externo para comparação com a vista externa;
- Criação de notas de encomenda.

De entre todos os procedimentos acima referidos, os dois últimos eram da responsabilidade do assistente administrativo. Relativamente ao plano de estágio (ver Anexo I), as funções atribuídas compreendiam a tradução, a revisão e a gestão



terminológica (criação/atualização de glossários, criação de uma tabela de correspondência de graus acadêmicos e criação/alimentação de memórias de tradução (MT), bases de dados terminológicas (BDT) e alinhamentos).

Em finais de setembro houve a possibilidade de aprender a utilizar a ferramenta de apoio à tradução adotada pelo Gabinete ABC, tendo sido ministrada uma pequena formação pelo representante do fabricante da mesma. Assim, de outubro em diante, procedeu-se à criação e alimentação de MT, BDT e alinhamentos com base no Déjà Vu X.

Adicionalmente foi estabelecido que as tarefas tinham períodos específicos para serem executadas, isto é, a parte da manhã era destinada à revisão, enquanto a parte da tarde era reservada às restantes tarefas. Contudo, nas horas de menos fluxo de trabalho da parte da manhã aproveitava-se o tempo para a gestão terminológica.

No que respeita à tarefa de tradução, houve ainda a oportunidade para trabalhar um número considerável de textos jurídicos, assim como outros géneros textuais, o que veio enriquecer as capacidades tradutórias da estagiária.

Importa ainda salientar a realização de reuniões mensais para balanço de atividades do mês transato e definição de objetivos do mês seguinte, para contínua melhoria da empresa.

Por fim, o Gabinete ABC rege-se por um rigoroso sigilo profissional de modo a assegurar a confidencialidade de todos os documentos pertencentes aos seus clientes, não podendo, desta forma, os excertos de traduções conter, entre outros, informações pessoais (nomes, datas de nascimento, número de documentos de identificação, etc.), número e referência de processos.

### **3.2. Equipa e Ambiente de Trabalho**

No Gabinete ABC trabalham internamente três colaboradores: a Diretora-Geral e supervisora do estágio, que desempenha funções de gestão da empresa e acompanhamento da evolução de todos os departamentos, de tradução, interpretação e revisão; o assistente administrativo, que trata da gestão de projetos,

orçamentação e toda a parte gráfica referente à publicidade do Gabinete e, por fim, a responsável pelo Departamento de Formação, que organiza e gere os cursos de formação. Estes dois últimos colaboradores são ainda responsáveis pelo atendimento ao público.

Durante a minha permanência como tradutora estagiária, fui extremamente bem acolhida. A comunicação entre todos os colaboradores era muito boa e simples, tendo estado todos sempre à disposição para prestar todo o apoio e cooperação necessários à realização das minhas tarefas.



#### 4. Tarefa de Tradução

A tradução foi uma das principais tarefas executadas durante o estágio curricular, a qual veio enriquecer os conhecimentos e melhorar as capacidades tradutórias da estagiária, devido ao grau de complexidade e vastidão dos documentos trabalhados. Contudo, antes de se abordar a prática da tradução em concreto, é importante salientar alguns pontos teóricos que servirão de enquadramento ao que será dito adiante.

Antes de mais, é necessário destacar que, embora a tradução seja uma profissão que não é devidamente valorizada, esta desempenha um papel fundamental no sucesso de qualquer comunicação interlinguística. Segundo Daniel Gouadec, em *Translation as a Profession*, o sucesso deste tipo de comunicação requer que o trabalho de tradução detenha um alto nível de qualidade, pois é essencial que a mesma seja fiel à mensagem presente no texto de partida e a transmita de forma eficiente, que faça sentido na língua e cultura de chegada e que cumpra o ou os objetivos para a qual foi solicitada (Gouadec, 2007).

Gouadec (2007) ressalta ainda que o principal fator que o Tradutor deve ter em mente quando envereda nesta profissão diz respeito às línguas que irá poder oferecer. No que concerne a estagiária, com base na caracterização das línguas de trabalho efetuada por este teórico pode afirmar-se que o português é língua A por ser a língua materna. Relativamente às línguas estrangeiras, o inglês é considerada a língua B (primeira língua estrangeira), por ser aquela que se lê e compreende quase como um nativo, sendo o francês a língua C (segunda língua estrangeira), uma vez que é aquela que se compreende e lê, porém, não se fala com tanta facilidade.

Um outro ponto abordado por Gouadec (2007) é o facto de que qualquer tradutor apenas deve traduzir para a sua língua materna, já que está mais por dentro da cultura e consegue produzir um texto fluido, respeitando o estilo. Contudo, isto apenas acontece no cenário ideal pois, no meio profissional, foi frequentemente solicitado à estagiária que efetuasse traduções para as línguas B e C.

#### 4.1. O Setor da Tradução

São vários os países da Europa que enfrentam grandes dificuldades com a crise económica que há tantos anos atormenta a vida de milhares de pessoas. Em Portugal, esta crise está a criar uma enorme necessidade de emigração em busca de empregos estáveis que proporcionem aos seus habitantes uma qualidade de vida aceitável.

No decorrer do estágio curricular, foi constatado o elevado número de jovens que ali solicitavam que os seus diplomas, currículos e registos criminais fossem traduzidos. Todavia, o setor da tradução está a ser fortemente afetado pela competição desleal de empresas concorrentes que baixam de tal modo as suas tarifas que tornam impossível a competitividade saudável. Adicionalmente existe a infiltração no mercado de profissionais de outras áreas (sobretudo, professores de línguas ou pessoas que viveram ou estudaram num país estrangeiro) que fazem traduções a baixo custo.

A automatização da tradução é igualmente um problema sério para a viabilidade das empresas, que leva potenciais clientes a optarem por *softwares* de tradução automática ao invés de recorrerem à prestação de serviços de qualidade efetuados por tradutores profissionais. Acresce que o setor da tradução trava ainda a mesma batalha de outros setores e que diz respeito ao atraso ou não pagamento dos trabalhos contratados. Para além disso, a falta de regulamentação na profissão ou de uma ordem ou associação com poder de representação agravam esta situação.

Assim, a situação atual do mercado de trabalho vem contrariar a teoria de Daniel Gouadec (2007), quando afirma que todos os tradutores profissionais devem realizar traduções exclusivamente para a sua língua materna. Facto é que as empresas tendem a reunir todos os esforços para que as suas margens de lucro aumentem ou não conseguem suportar as cargas fiscais, nem remunerar os seus colaboradores. Uma vez que a subcontratação de tradutores externos é demasiado dispendiosa para a empresa, é traduzido internamente o maior número de documentos possível, considerando as línguas de trabalho e capacidades dos colaboradores, tratando-se esses trabalhos na sua maioria de retroversões (traduções da língua materna para língua estrangeira). A verdade é que um tradutor que traduza apenas para a sua língua materna consegue, de certo modo, assegurar melhor a qualidade da tradução.

Porém, um nativo não é infalível e comete erros quer linguísticos, quer terminológicos, daí que seja sempre obrigatória a fase da revisão. É também importante realçar que um tradutor que traduz para uma língua estrangeira é mais cuidadoso e perfeccionista conseguindo, muitas vezes, igualar a qualidade de tradutores nativos.

#### **4.2. Etapas da Prestação de Serviços de Tradução**

Teoricamente, o processo de tradução pode ser subdividido em três etapas fundamentais: a pré-tradução, a tradução e a pós-tradução.

##### **➤ Pré-tradução**

A pré-tradução consiste na compreensão do texto de partida por parte do tradutor, procedendo-se à sua análise. Aqui, é apurado o género textual, são levantados potenciais problemas linguísticos e terminológicos, e efetuada uma pesquisa de textos de referência, de forma a compreender melhor o assunto do mesmo.

Em caso de utilização de ferramentas de apoio à tradução, esta fase engloba a escolha da MT e BDT que melhor se adaptam ao texto de partida, assim como a preparação do mesmo. Assim, para que o texto de partida pudesse ser traduzido através do Déjà Vu X, foram implementados os seguintes passos:

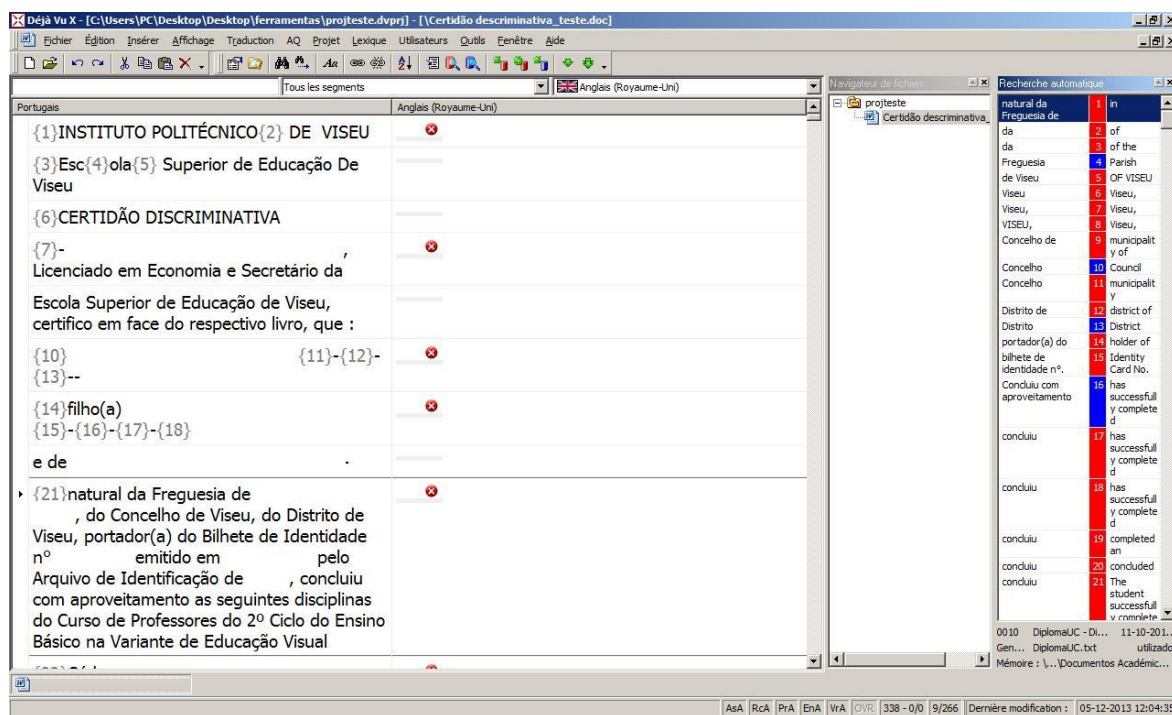
1º – O assistente administrativo tratava inicialmente de o converter para um formato editável, criando um OCR [Optical Character Recognition] (.rtf);

2º – O OCR era convertido para um formato suportado pelo Déjà Vu X (.docx);

3º – Era criado um projeto com o nome atribuído ao texto de partida, associando-se igualmente uma MT e uma BDT da área em questão;

4º – O novo documento era importado para a ferramenta de forma a dar início à fase da tradução. Contudo, devido à natureza da formatação do OCR, quando o documento era importado, os segmentos encontravam-se frequentemente carregados

de códigos de formatação (ver Figura 1) que podiam estar posicionados em qualquer lugar, até mesmo a meio de uma palavra.



**Figura 1:** Presença de códigos no Projeto Déjà Vu X

Caso esses códigos fossem eliminados, o documento traduzido perdia a formatação do texto de partida. Uma vez que os códigos dificultavam o reconhecimento dos segmentos pela MT, era necessário eliminá-los na totalidade através da conversão do OCR para o formato (.txt), perdendo-se toda a formatação, como foi referido acima. Ainda assim, chegou-se à conclusão que era menos moroso fazer este último processo (perder todos os códigos e formatar todo o documento no final) do que inserir ou eliminar manualmente cada código.

No que refere a análise do texto de partida, em contexto profissional nem sempre é possível seguir à risca os passos enumerados, uma vez que surgem frequentemente pedidos de traduções com prazos de entrega demasiado curtos, sendo essencial canalizar o tempo para outras etapas como a tradução e a revisão.

### ➤ Tradução

Por sua vez, o processo de tradução consiste na transferência do conteúdo do texto de partida da sua língua fonte para a(s) sua(s) língua(s) alvo. Quando o tempo era escasso, o levantamento de terminologia e questões linguísticas, bem como a pesquisa paralela eram feitas nesta fase, sempre que necessário. No que diz respeito às línguas de trabalho assinaladas anteriormente, a língua materna é o português, sendo a língua B, o inglês, e a língua C, o francês. Embora apenas seja nativa de português, surgiu a oportunidade de realizar uma generosa quantidade de retroversões, devido à necessidade de tradução, entre outros, de documentos jurídicos, tais como sentenças de divórcio, por parte de cidadãos portugueses que viviam no estrangeiro e que regressaram ao seu país de origem, e de cartas rogatórias por parte dos tribunais. As retroversões apenas foram efetuadas, porque havia a certeza de que a qualidade do trabalho final era assegurada através da revisão.

No que concerne o processo de tradução propriamente dito, este podia ser executado por duas vias. Todos os textos de carácter técnico e passíveis de poderem integrar uma MT eram trabalhados na ferramenta de apoio à tradução, sendo os restantes traduzidos diretamente em documento Word, como foi o caso de uma série de textos de carácter publicitário.

### ➤ Pós-tradução

Em último lugar, vem a pós-tradução que consiste na revisão e edição do texto de chegada. No final de cada serviço de tradução, todo o trabalho passava essencialmente por duas etapas de revisão que irão ser descritas na secção seguinte, terminando com a formatação e controlo de qualidade do texto de chegada.

Finalmente, no caso da chegada de traduções de documentos frequentemente requisitados que já se encontravam em arquivo, era apenas necessário fazer a atualização, modificando os nomes, números, datas, etc. Aqui era o caso de diplomas, certificados académicos, registos criminais, entre outros.



Através da Tabela 1 é possível apurar o número de traduções e atualizações realizadas para cada par de línguas, sendo que ambas englobam todos os géneros textuais trabalhados no decorrer do estágio.

Pares de línguas	Nº de Documentos Traduzidos	Nº de Atualizações
FR > PT	19	0
EN > PT	3	0
PT > FR	18	24
PT > EN	25	4

**Tabela 1:** Número de traduções e atualizações.

#### 4.3. Fontes de Consulta

Foram várias as fontes consultadas como meio de contornar questões linguísticas e terminológicas que foram surgindo no decorrer de cada tradução. Estas fontes encontravam-se tanto em formato de papel na pequena biblioteca da empresa, como em formato eletrónico e consistiam em dicionários, bilingues e monolingues, e bases de dados terminológicas.

As fontes de consulta em questão serão categorizadas consoante o seu formato, língua e tipologia. Assim, surgem em primeiro lugar os dicionários em formato papel, referentes à língua francesa, os quais são:

Andrade, Maria Paula Gouveia (2008). *Dicionário Jurídico Português-Francês Francês-Português*. Lisboa: Quid Juris? Sociedade Editora.

Andrade, Maria Paula Gouveia & Saraiva, Álvaro Dias (1996). *Dicionário Jurídico (Francês – Português)*. 2ª Edição. Lisboa: Tempus Editores.

Cabrillac, Rémy (2012). *Dictionnaire du vocabulaire juridique 2012*. Paris: LexisNexis.

(2005). *Lexique des termes juridiques*. 15ª Edição. Paris : Dalloz.

Lopes, Óscar Manuel Aires (2009). *Dicionário Jurídico Português – Francês*. Coimbra: Almedina.

Seguem-se os dicionários relativos à língua inglesa, que são:

Andrade, Maria Paula Gouveia (2010). *Dicionário Jurídico Português-Inglês Inglês-Português*. 4ª Edição. Lisboa: Quid Juris? Sociedade Editora.

Por fim, os dicionários jurídicos monolíngues consultados foram:

Prata, Ana (2012). *Dicionário Jurídico Direito 1º V.: Direito civil, processo civil, organização judiciária*. 5ª Edição atualizada e aumentada. Coimbra: Almedina.

Prata, Ana (2012). *Dicionário Jurídico Direito 2º V.: Direito penal, direito processual penal*. 2ª Edição. Coimbra: Almedina. 2012.

Relativamente às fontes de consulta eletrónicas, estas são essencialmente:

Braudo, Serge. *Dictionnaire du droit prive de serge braudo*. [Em linha] Disponível em: WWW:<URL:<<http://www.dictionnaire-juridique.com/>>

Gabinete de Documentação e Direito Comparado. *Jurislingue*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL: <[http://jurislingue.gddc.pt/fora/pesquisa\\_termo.asp?Letra=A](http://jurislingue.gddc.pt/fora/pesquisa_termo.asp?Letra=A)>

IATE. *InterActive Terminology for Europe*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:<<http://iate.europa.eu/SearchByQueryLoad.do?method=load>>

Infopédia. *Infopédia Enciclopédia e Dicionários Porto Editora*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL: <<http://www.infopedia.pt/>>

Larousse. *Larousse*. [Em linha].

Disponível em: WWW:<URL:<<http://www.larousse.fr/>>

Linguee GmbH. *Linguee*. [Em linha].

Disponível em: WWW:<URL: <<http://www.linguee.pt/>>

Priberam. *Priberam Dicionário*. [Em linha].

Disponível em: WWW:<URL:<<http://www.priberam.pt/dlpo/>>

Proz. *Proz Translation Workplace*. [Em linha]

Disponível em: WWW:<URL:<<http://www.proz.com/>>

Os dicionários bilingues são, na maioria dos casos, o primeiro recurso de qualquer tradutor como modo de contornar um problema linguístico. Não obstante, os dicionários monolingues não deverão nunca ser postos de parte, na medida em que facultam definições que poderão ser confrontadas para verificar a veracidade dos equivalentes.

Para além do acima mencionado, uma das fontes consideradas de grande utilidade é o Linguee, um banco de dados que fornece traduções feitas por humanos e não por *software* de tradução automática, nas quais se pode visualizar o contexto do termo ou expressão que desejamos, bem como a sua fonte. Contudo, é crucial salientar que este banco de dados vai buscar as traduções a inúmeros *websites*, não sendo, deste modo, cem por cento fiável. Por essa razão, eram sempre tidas em conta as fontes de proveniência dessas traduções, sendo considerada como única fonte fiável a plataforma Eur-Lex da União Europeia.

Uma outra fonte útil foi o fórum da comunidade de tradutores Proz, onde se encontram frequentemente discussões entre membros relacionadas com questões relativas a terminologia ou fraseologia. Este espaço é imensamente vantajoso, mas não dispensa a verificação da veracidade das sugestões.

Finalmente, as bases de dados terminológicas em linha, como é o caso concreto da IATE, vêm facilitar o trabalho do tradutor quando este pretende resolver questões do foro terminológico, mas não dispensam a confirmação dos equivalentes lá fornecidos, pois poderão ser diferentes consoante o contexto.

#### **4.4. Identificação dos Documentos Trabalhados**

Foram variados os documentos trabalhados ao longo deste estágio curricular, os quais serão discriminados abaixo.

##### **a) Cartas, Autos, Leis e Inquéritos**

Cartas rogatórias, legislação, autos, carta do Ministério Público, carta de uma empresa de advocacia, inquérito.

##### **b) Declarações, Certidões e Atestados**

CRC – Certidões de Registo Criminal, certidões de casamento, nascimento e óbito, atestado de freguesia, declarações da ordem dos advogados, dos médicos e dos enfermeiros, declaração de conteúdo específico, declarações abonatórias e certidões permanentes, atestado de saúde.

##### **c) Documentos Académicos**

Diplomas, certificados de habilitações e certidões.

##### **d) Documentos empresariais**

Balanços financeiros anuais, relatórios de conta, faturas, declaração de imposto sobre o rendimento de pessoas singulares.

##### **e) Documentos Pessoais**

*Curriculum Vitae*, carta de motivação e *e-mails*.

##### **f) Sentenças**

Sentenças de divórcio.

##### **g) Outros documentos**

Conferências de fotocópia e Apostilha de Haya, autenticações de cópia, texto publicitário e texto informativo.



## 5. Tarefa de Revisão

No Gabinete ABC, todas as traduções são submetidas a uma revisão linguística e, se necessário, a uma revisão técnica efetuada por revisores-especialistas na área em questão, para que o cliente receba um trabalho de alta qualidade e sem erros de qualquer natureza. Salvo raras exceções, foi estabelecido que todas as revisões seriam agendadas para a parte da manhã de cada dia, ou seja, das 9h00 até as 13h.

Parafraseando Daniel Gouadec, à fase da tradução sucede a gestão da qualidade, que compreende a revisão e a revisão de provas, respetivamente. Na primeira etapa procede-se às “melhorias, alterações, substituições e reorganizações” (Gouadec, 2007: 24). A norma de certificação EN 15038, seguida pela empresa acima referida, dita ainda que todas as traduções devem passar por dois tipos de revisão: revisão pelo tradutor e revisão por terceiros. Por outras palavras, depois da revisão feita pelo tradutor, a tradução é submetida a uma revisão por terceiros, efetuada por um revisor que não tenha entrado no processo de tradução. Neste caso, quando a tradução era realizada pela tradutora estagiária, a revisão por terceiros era feita pela responsável da empresa. Já as traduções provenientes de tradutores externos passavam, primeiro, por uma revisão por terceiros feita pela estagiária, passando, de seguida, para a Diretora-Geral para uma segunda revisão.

Com a revisão de provas corrigem-se erros ortográficos e gramaticais, verifica-se se a tradução de todos os segmentos do texto de partida constam no texto de chegada, assim como os nomes, números, datas, pontuação e a existência de todos os carimbos, selos e assinaturas.

Antes da implementação do sistema de utilização da ferramenta de apoio à tradução adotada pela empresa, as revisões eram efetuadas diretamente no documento Word, sendo todas as dúvidas quer a nível linguístico, quer a nível terminológico, salientadas através da opção de realce do Word. Sempre que os textos de partida eram trabalhados no Déjà Vu X, as dúvidas eram marcadas através da opção que insere um ponto de interrogação no segmento em questão.

Seguidamente serão apresentados e comentados dois casos práticos ilustrativos de revisão e revisão de provas, respetivamente.

## Caso prático n.º 1 – LOGOPEDIQUE

No caso prático n.º 1 (ver Tabela 2) foi efetuada uma revisão terminológica a uma tradução externa, na qual o Tradutor designado optou por uma tradução literal do termo “*Logopédique*”, que não é utilizado na língua portuguesa, variante europeia, isto é, “Logopédico”. Por outras palavras, “*Logopédique*” diz respeito à “*logopédie*”, que é a prática clínica que se encarrega de tratar problemas de fala, linguagem e comunicação (Universidade de Genebra, Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação). Por sua vez, em Portugal, a esta prática dá-se o nome de “Terapia da Fala”, pelo que foi o termo utilizado no momento da revisão.

<b>Original</b>	<p>CABINET LOGOPEDIQUE</p> <hr/> <p>[Confidencial]          Logopédiste A.R.L.D          67 Rue de la [Confidencial]          Genève</p> <p>Genève le 27.08.2013</p> <p>A qui de droit</p>
<b>Tradução</b>	<p>GABINETE <b>LOGOPÉDICO</b></p> <p>[Confidencial]          Terapeuta da fala ARLD          67 Rue de la [Confidencial]          [Confidencial] Genève          [Confidencial]</p> <p>Genebra, 27.08.2013</p> <p>Para os devidos efeitos,</p>
<b>Revisão</b>	<p>GABINETE DE <b>TERAPIA DA FALA</b></p> <p>[Confidencial]          Terapeuta da fala A.R.L.D          67 Rue de la [Confidencial]          [Confidencial] Genève          [Confidencial]</p> <p>Genebra, 27.08.2013</p> <p>Para os devidos efeitos,</p>

**Tabela 2:** Exemplo de revisão terminológica.

## Caso prático n.º 2

O caso prático n.º 2 (ver Tabela 3) é um exemplo ilustrativo de revisão de provas onde foi corrigido uma falta de espaçamento, assim como adaptada a palavra “contato” de português do Brasil para português europeu – “contacto”. Nesta situação, o Tradutor Externo assumiu que o novo acordo ortográfico (adotado pela ABC) retirava o segundo “c” de “contacto”. Contudo, em português europeu, o “c” apenas é eliminado quando adquire a característica de consoante muda como em “acção”. Em palavras como “contacto” e “facto”, o “c” mantém-se, porque se trata de uma consoante articulada, ou seja, é pronunciada.

<b>Original</b>	Dans le cadre de son affection neurologique, selon nos observations, elle n'a pas présenté entre 1996 et 2009 de décompensation sur le plan psychiatrique par la perte du contact avec le réel ou perturbation du fonctionnement de la pensée.
<b>Tradução</b>	No âmbito da sua doença neurológica, segundo as nossas observações, não apresentou entre 1996 e 2009 qualquer descompensação do ponto de vista psiquiátrico pela perda do <b>contatocom</b> a realidade ou perturbação do funcionamento do pensamento.
<b>Revisão</b>	No âmbito da sua doença neurológica, segundo as nossas observações, não apresentou entre 1996 e 2009 qualquer descompensação do ponto de vista psiquiátrico pela perda do <b>contacto com</b> a realidade ou perturbação do funcionamento do pensamento.

**Tabela 3:** Exemplo de revisão de provas.





## **6. Tarefa de Gestão Terminológica**

Esta tarefa englobou a criação de MT e BDT no *software* Déjà Vu X, criação e atualização de glossários, realização de alinhamentos e criação de uma tabela de equivalências de graus académicos.

A gestão terminológica era destinada aos tempos em que não existiam revisões, nem traduções. O tempo era dividido entre a criação e a atualização de glossários, o abastecimento das MT com traduções da respetiva área e a criação de uma tabela de equivalências de graus académicos.

### **6.1. Criação e atualização de Memórias de Tradução e Bases de Dados Terminológicas**

A sistematização da utilização de MT e BDT não tinha sido feita no Gabinete ABC até ao momento em que se iniciou o presente estágio. Isto deve-se ao facto de os documentos originais não chegarem em formato editável, o que envolve todo um processo de reconversão e edição que toma bastante tempo aos colaboradores envolvidos.

Depois do início do estágio curricular, foi implementado um sistema de sistematização das tarefas acima referidas (ver Anexo II) para que fosse possível, de certa forma, automatizar alguns trabalhos de tradução, isto é, aproveitar traduções previamente realizadas de forma a acelerar o processo de tradução de novos textos. Embora as opiniões sobre a utilização de ferramentas de apoio à tradução sejam divergentes, é essencial ter presente que os clientes exigem que os serviços de tradução sejam realizados num prazo demasiado curto e que as ferramentas de apoio à tradução são uma ajuda fulcral no trabalho do tradutor. Não quer isto dizer que se deve traduzir todo o tipo de documentos em ferramentas de apoio à tradução, o tradutor deve ser criterioso. Por exemplo, não é de todo pertinente traduzir um texto publicitário com auxílio de uma memória de tradução, já que este género textual pede um elevado sentido de imaginação e é pouco provável que os segmentos se repitam em traduções posteriores. Em contrapartida, os textos de carácter técnico e/ou com

conteúdos semelhantes já são passíveis de serem trabalhados com o auxílio de uma MT. Não se pode recusar o uso de ferramentas de apoio à tradução, nem usar única e exclusivamente as mesmas, caso contrário perde-se a ligação entre conteúdo e estrutura do documento original, ocorrendo por vezes erros terminológicos por não se estar a visualizar a formatação do documento. Além disso, o uso conveniente de MT, para além de acelerar o trabalho, vai ainda diminuir o custo da tradução. Desta forma, as empresas têm de estar recetivas às novas tecnologias ou não serão capazes de acompanhar o mercado.

Inicialmente, a criação de MT e BDT estavam destinadas a clientes específicos. Contudo, chegou-se à conclusão que o mais pertinente seria criá-las para os géneros textuais mais frequentemente solicitadas, pois os trabalhos requeridos pelos clientes indicados no plano curricular acabaram por se tornar escassos no decorrer do estágio. No que toca às línguas, estas eram apenas o francês e o inglês, por serem as línguas dominadas pelas tradutoras internas.

Sempre que surgia uma nova tradução, era verificada em qual das MT existentes se inseria o texto de partida. Em caso de dúvida, esta era debatida com a Supervisora da empresa e, se necessário, eram criadas em simultâneo uma nova MT e uma BDT, para aquele tipo de documento. Estas MT eram alimentadas quer através das novas traduções, quer através de alinhamentos, como irá ser explicado adiante. No caso das BDT, umas eram completadas através da importação de glossários e envio da terminologia no ato da revisão pela supervisora, enquanto outras eram completadas apenas com o envio de terminologia. Como se pode averiguar pela Tabela 4, a base de dados “Termos Jurídicos” não tem uma MT associada, pois esta foi criada com o objetivo de importar o glossário de Termos Jurídicos, sendo utilizada para documentos da área do Direito e em conjunto com a BDT denominada “Direito”.

Estas MT e BDT foram extremamente proveitosas no trabalho de tradução, com particular ênfase na MT “Cartas Rogatórias”. Isto deve-se ao facto de as cartas rogatórias portuguesas terem uma estrutura e conteúdo praticamente fixos que lhe são característicos, sendo que foi possível traduzir este tipo de documento quase completamente, apenas por meio do Déjà Vu X.

Abaixo figura a lista das MT e Bases de Dados Terminológicas criadas (ver Tabela 4) e atualizadas (ver Tabela 5):

<b>Criadas</b>	<b>Tipo</b>	<b>Tipo de documentos</b>
Autenticação de cópias	MT + BDT	Autenticação de cópias
Autos de audição	MT + BDT	Autos de audição
Certidão de Teor	MT + BDT	Certidão de Teor
Contas	MT + BDT	Relatórios de contas de empresas
Currículos	MT + BDT	Currículos
Documentos académicos	MT + BDT	Certificados de habilitações, diplomas, certidões de licenciatura e mestrado, certidões discriminativas
Documentos empresariais	MT + BDT	Certidões permanentes, abonatórias, de não dívidas, etc.
Documentos pessoais	MT + BDT	Certidões de nascimento, casamento, óbito, cartão de cidadão
Inquéritos	MT + BDT	Inquéritos provenientes de Tribunais
Sementes agrícolas	MT + BDT	Documentos sobre sementes agrícolas
Suplementos alimentares	MT + BDT	Documentos sobre suplementos alimentares
Termos Jurídicos	BDT	Termos Jurídicos

**Tabela 4:** Memórias de tradução e Bases de Dados Terminológicas criadas.

<b>Atualizadas</b>	<b>Tipo</b>	<b>Tipo de documentos</b>
Cartas rogatórias	MT + BDT	Cartas rogatórias
Certificados	MT + BDT	Certificados
Declarações	MT + BDT	Declarações
Direito	MT + BDT	Documentos jurídicos
Divórcios	MT + BDT	Sentenças de divórcio

**Tabela 5:** Memórias de tradução e Bases de Dados Terminológicas atualizadas.

## 6.2. Criação e atualização de glossários

Os glossários em formato Word foram criados como ferramenta de auxílio ao trabalho quer do tradutor externo, quer dos tradutores internos, com vista à uniformidade terminológica em todas as traduções do Gabinete ABC e compreendiam tanto terminologia como expressões. As línguas desta ferramenta eram o português, o inglês, o francês e o espanhol.

Em termos globais, esta tarefa consistia na criação de glossários para um determinado cliente ou para um determinado género textual, assim como a atualização de glossários já existentes.

O glossário mais importante e com maior necessidade de ser trabalhado com particular cuidado dizia respeito à área do Direito. Aquando da integração na equipa do Gabinete ABC, existiam dois glossários distintos: Direito Internacional e *Family Law*. Como um documento jurídico pode compreender terminologia compreendida em ambos os glossários, concluiu-se que o mais pertinente seria fundi-los, pelo que a função inicial da estagiária consistiu precisamente nessa parte, criando, assim, o glossário de Termos Jurídicos (ver Anexo II), o qual foi sendo posteriormente atualizado.

Seguidamente é apresentado um excerto do glossário “Termos Jurídicos” (ver Tabela 6):

Inglês	Espanhol	Português	Francês	Fonte
Auxiliary Clerk	Secretario auxiliar	Escrivão Auxiliar	Agent auxiliaire	e-Justice
Deputy Clerk	Secretario adjunto	Escrivão Adjunto	Agent adjoint	e-Justice
Clerk	Secretario jurídico	Escrivão de Direito	Agent	e-Justice
Auxiliary Legal Clerk	Técnico de justicia auxiliar	Técnico de Justiça Auxiliar	Agent de justice auxiliaire	e-Justice
Deputy Legal Clerk	Técnico de justicia adjunto	Técnico de Justiça Adjunto	Agent de justice adjoint	e-Justice
Main Legal Clerk	Técnico de justicia principal	Técnico de Justiça Principal	Agent de justice principal	e-Justice

**Tabela 6:** Exemplo extraído do Glossário de Termos Jurídicos.

Existiram, contudo, glossários que constavam no plano de estágio, mas que foram cancelados quer por exclusão do cliente da carteira, devido a dificuldade de cobrança ao cliente, quer pelo cliente já não enviar o gênero textual em questão (ver Tabela 7).

<b>Criados</b>	<b>Atualizados</b>
Caldeiras (Cancelado)	Termos Jurídicos
Documentos acadêmicos	Termos Químicos e Farmacêuticos (Cancelado)
Sementes agrícolas	

**Tabela 7:** Glossários criados e atualizados.

Para além disso, apesar das línguas de trabalho estrangeiras da estagiária serem o inglês e o francês, foi-lhe solicitado que criasse e atualizasse um glossário sobre sementes agrícolas (ver Tabela 8) para um dos grandes clientes do Gabinete ABC, cuja língua de partida era o espanhol. Depois de analisar algumas traduções anteriormente efetuadas por um tradutor externo de espanhol, chegou-se à conclusão de que a estagiária conseguiria levar a cabo esta tarefa com qualidade, visto que consistia apenas na extração de terminologia. A extração de terminologia foi realizada confrontando o texto de partida com o texto de chegada, através de traduções em arquivo e de novas traduções que foram chegando durante o estágio.

<b>Espanhol</b>	<b>Português</b>	<b>Inglês</b>	<b>Fonte</b>
Apio	Aipo	Celery	Docs. de Referência
Semillas	Sementes	Seeds	Docs. de Referência
Coles	Couves	Cabbage	Docs. de Referência
Lechuga	Alface	Lettuce	Docs. de Referência
Bulbo	Bolbo	Bulb	Docs. de Referência
Espárragos	Espargos	Asparagus	Docs. de Referência

**Tabela 8 :** Glossário de Sementes Agrícolas

### 6.3. Realização de Alinhamentos

Alinhamentos são segmentos do texto de partida alinhados com o segmento que lhes corresponde no texto de chegada (ver Figura 2), com o objetivo de complementar as MT, para que os segmentos de traduções anteriormente feitas possam ser reutilizados em traduções posteriores. Os alinhamentos foram realizados de acordo com as instruções dadas pela supervisora do estágio.

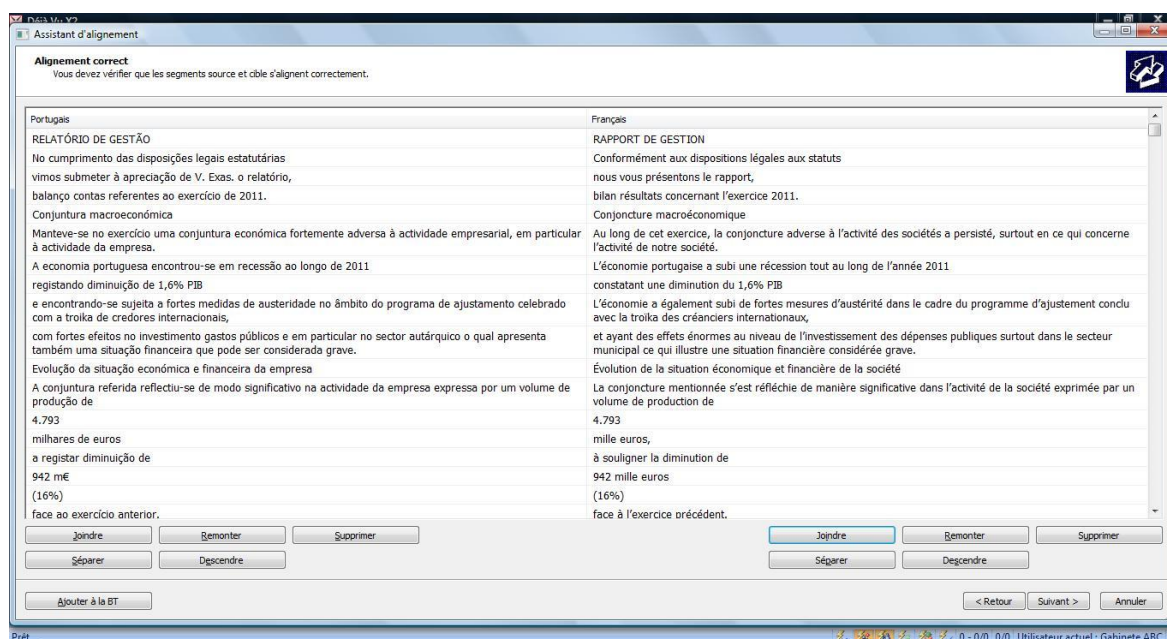


Figura 2: Exemplo de alinhamento.

## **7. Tradução Jurídica**

A tradução jurídica é um dos mais antigos subdomínios da tradução. Crê-se que antecedeu a tradução de documentos religiosos e consistia essencialmente em textos contratuais. Foi mais tarde, em meados do século XVIII e XIX, que surgiram as primeiras traduções de textos de caráter normativo (leis, regulamentos, etc.) e doutrinal (teoria sobre Direito) (Bocquet, 2008). Atualmente, a tradução jurídica está a adquirir cada vez mais importância, independentemente da difusão da língua inglesa como língua universal.

Embora a tradução jurídica não tivesse representado a maior percentagem em relação a outros tipos de traduções efetuadas, esta foi a componente principal do estágio (ver Anexo III). De entre todos os documentos jurídicos trabalhados, as cartas rogatórias constituem o maior número, seguindo-se as sentenças. A experiência adquirida neste domínio revelou-se uma mais-valia para o alargamento dos conhecimentos tradutórios neste domínio da tradução.

Na Tabela 9 é possível visualizar todos os documentos jurídicos traduzidos durante o estágio curricular, o número de palavras traduzidas (número aproximado) e o par de línguas respetivo.



N.º	Documentos Jurídicos Traduzidos	N.º de Palavras	Par de Línguas
1	Carta do Ministério Público alemão	154	EN>PT
2	Carta de uma empresa de advocacia alemã	346	EN>PT
3	<i>Procès-verbal d'audition</i>	641	FR>PT
4	<i>Jugement</i> (divórcio)	923	FR>PT
5	<i>Jugement contumacial</i>	5 225	FR>PT
6	<i>Jugement</i> (divórcio)	1 101	FR>PT
7	<i>Procès-verbal</i>	942	FR>PT
8	Inquérito	80	PT>EN
9	Carta rogatória	361	PT>EN
10	Carta rogatória	422	PT>EN
11	Carta rogatória	368	PT>FR
12	Carta rogatória	473	PT>FR
13	Carta rogatória	341	PT>FR
14	Carta rogatória + Legislação	2 928	PT>FR
15	Carta rogatória	419	PT>FR
16	Carta rogatória	315	PT>FR

**Tabela 9:** Número de documentos jurídicos traduzidos e respetiva contagem de palavras e par de línguas.

## 7.1. O Papel Fundamental do Direito Comparado na Tradução Jurídica

Na sua obra “Introdução ao Estudo do Direito”, A. Santos Justo refere:

“Ninguém ignora que o homem é um ser cuja natureza é essencialmente social: é, na célebre definição de ARISTÓTELES, um animal político porque nasceu para viver em comunidade (*polis*).” (Justo, 2012: 15).

Para que fosse possível viver em comunidade, o ser humano sentiu a necessidade de estabelecer regras que preceituassem a conduta e relações entre a população. Através da História pode aprender-se sobre as inúmeras batalhas que levaram à formação e queda de impérios, assim como à ocupação de uns povos por outros. Esta mistura entre diferentes povos foi moldando, ao longo dos tempos, novas mentalidades, culturas e formas de solucionar problemas sociais, vindo originar posteriormente o variado leque de sistemas jurídicos atuais.

Com vista à confrontação dos vários sistemas jurídicos, de forma a se proceder à avaliação das diferenças e semelhanças entre eles, surgiu o Direito Comparado. De acordo com Vicente (2012), o Direito Comparado é uma disciplina científica do domínio jurídico que visa a comparação dos diferentes tipos de Direito em todas as suas manifestações nos variados sistemas jurídicos, de forma a determinar quais as suas afinidades e diferenças, no que respeita ao modo como problemas sociais concretos são solucionados.

O Direito Comparado tem como principais funções o conhecimento dos sistemas jurídicos, dos seus institutos jurídicos e do método de resolução dos problemas acima referidos – funções epistemológicas -, bem como a descoberta de novos meios de resolução dos mesmos problemas – funções heurísticas -, para que seja possível uma harmonização internacional (Vicente, 2012).

A comparação de Direitos pode ser efetuada através de duas modalidades: a “microcomparação” ou “comparação institucional” que consiste em analisar o modo pelo qual um problema específico é solucionado nos diferentes sistemas jurídicos ou, a um nível mais amplo, através da “macrocomparação” que cuida da análise de dois ou mais sistemas jurídicos, assim como o seu agrupamento em famílias, tradições ou culturas jurídicas e sua respetiva comparação (Vicente, 2012).

A importância do Direito Comparado advém do facto de a tradução jurídica implicar a constante comparação entre sistemas jurídicos e suas instituições. Por conseguinte, o seu conhecimento vai permitir ao tradutor jurídico saber determinar quais os elementos linguísticos da língua-alvo mais adequados para exprimir a mensagem do texto de partida, quer seja a nível terminológico, fraseológico ou do discurso em geral.

Adicionalmente é de igualmente pertinente salientar algumas das competências que o tradutor jurídico deve deter para o exercício da sua função. Para além de ser imperativo o domínio das línguas de trabalho, este profissional tem de ser um generalista do Direito, deve ser capaz de dominar a terminologia desta área, saber onde encontrar fontes de consulta fidedignas para a terminologia que desconhece e, acima de tudo, deve ser detentor de um vasto conhecimento sobre os sistemas jurídicos e do Direito vigente nos países para os quais exerce funções.

## **7.2. O Texto Jurídico**

Estando o presente Mestrado focado na tradução jurídica é oportuno traçar as características gerais dos textos jurídicos. Em primeiro lugar, um texto jurídico é todo o texto que conduza à criação (ex.: leis) e realização do Direito (ex.: sentenças). Em segundo lugar, fala-se na pluralidade de textos jurídicos, pois, cada situação jurídica vai dar origem a um tipo de texto jurídico diferente. Quer isto dizer e a título de exemplo, que juízes, legisladores e advogados, apesar de serem profissionais do domínio do Direito, possuem públicos-alvo distintos, o que conduz, consequentemente, a formas próprias de se exprimir.<sup>2</sup> Não obstante, os diversos textos jurídicos têm traços que lhes são comuns: são pouco claros e dispõem de um carácter impreciso, ambíguo e vago, (Cao, 2007: 19) para além de serem normativos, aos quais estão vinculados um estilo e um vocabulário próprios, como será analisado abaixo.

---

<sup>2</sup> Informação veiculada por Ana Bela Cabral.

### 7.3. Linguagem Jurídica

*“JUDGE: The charge here is theft of frozen chicken. Are you de defendant?”*

*DEFENDANT: No, sir, I’m the guy who stole the chickens”.*

*(Tiersma, s.a.)*

Não é possível falar em tradução jurídica, sem antes abordar a linguagem jurídica e toda a controvérsia que gira em torno desta. Rodrigues (2005), na sua Tese de Doutoramento “Contributos para a Análise da Linguagem Jurídica e da Interacção Verbal na Sala de Audiências”, coloca a questão “Será a linguagem apenas o instrumento de tradução da ideia jurídica, ou, pelo contrário, as suas estruturas e o modo como funciona acabarão por ter alguma incidência na conformação do próprio Direito, modelando-o e submetendo-o às suas próprias regras?” (Rodrigues, 2005: 116).

Por outras palavras, há quem defenda que linguagem e Direito são independentes, isto é, uma ideia jurídica pode existir sem que antes tenha adquirido uma forma linguística (Rodrigues, 2005: 116). Contrariamente, teóricos como Wilhelm v. Humboldt afirmam que “o direito consubstancia-se e concretiza-se na linguagem”<sup>3</sup>. De facto, para que o Direito veja cumprido o seu objetivo de regular a conduta humana e as suas relações é imprescindível a utilização da linguagem.

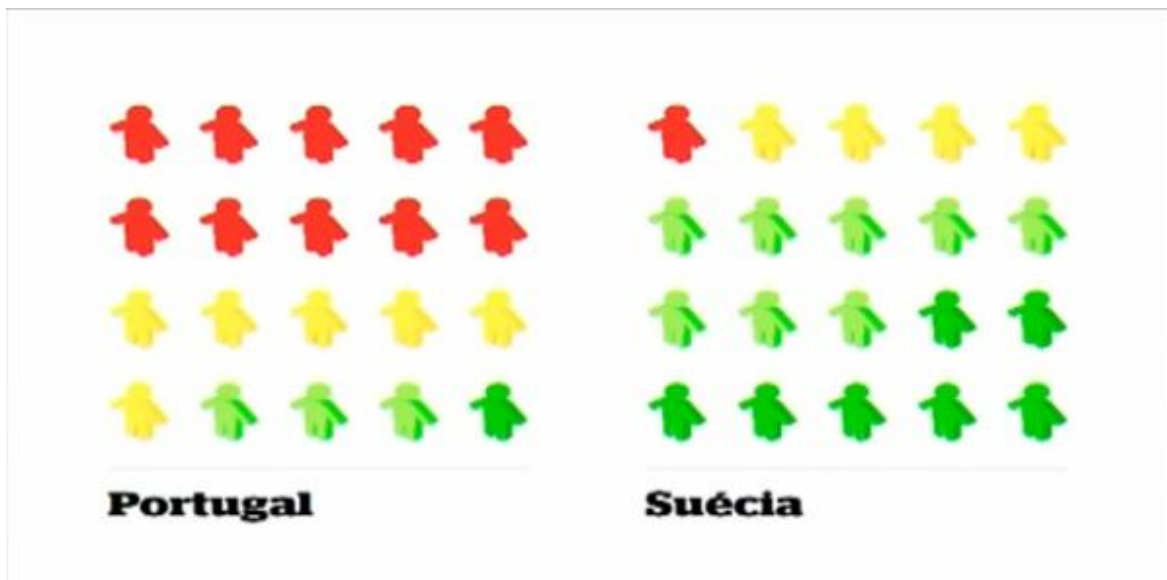
Rodrigues (2005) aponta ainda para outras divergências no que respeita a complexidade da linguagem legal. Se, por um lado, autores como John Hager defendem que a prioridade está na simplificação da linguagem legal de modo a abranger os cidadãos leigos (Rodrigues, 2005: 111), por outro lado, autores como Aiken afirmam que não se pode “corromper aquilo que é altamente especializado e por isso funciona bem”, mas sim apostar na educação mais “alargada e esclarecida” (Rodrigues, 2005: 112).

Sandra Fisher-Martins, na conferência TEDxO’Porto presente no *website* “Português Claro”, afirma que em Portugal, comparativamente com países mais desenvolvidos como a Suécia, existe uma elevada taxa de cidadãos com baixo nível de literacia (cerca de 80%) e apenas cerca de 5% tem um nível de literacia elevado

---

<sup>3</sup> Informação veiculada por Ana Bela Cabral.

(ver Figura 3). Mesmo cidadãos com um nível de literacia aceitável, não conseguem entender documentos se a sua linguagem permanecer complexa (Fisher-Martins, 2011).



**Figura 3:** Comparação entre o nível de literacia em Portugal e na Suécia em 2011.

Optar por manter uma linguagem especializada e apostar na formação, tal como expõe Aiken, não é só difícil, mas também muito lento e seriam necessárias várias gerações até que isso fosse possível (Fisher-Martins, 2011), sem referir que a crise económica que o país se encontra a atravessar não permite que a maior parte da população aceda a tal formação.

Assim é necessário trabalhar em direção a uma linguagem mais clara para que todos os cidadãos tenham acesso à justiça e possam compreender os seus direitos, mas também os seus deveres, visto que muitos dos documentos jurídicos são dirigidos ao cidadão leigo, como contratos de trabalho e de arrendamento.

Em 1970 surgiu o *Plain English Movement*, um movimento que visava tornar a linguagem jurídica inglesa simples, clara e compreensível, retirando os termos latinos e franceses e redigindo em língua inglesa acessível ao cidadão leigo (Tiersma, s.a.).

Já em Portugal foi criado o Decreto-Lei n.º 329-A/95 no âmbito de rever e alterar o Código Civil e a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais (Diário da República Eletrónico), para que o cidadão possa ter acesso a uma justiça que seja capaz de compreender e que dita o seguinte:

“Pretende-se prosseguir uma linha de desburocratização e de modernização, com a vista a melhor atingir a qualidade na prestação de serviços ao cidadão que recorre aos tribunais, esforço esse que passa, nomeadamente, por uma verdadeira simplificação processual.”

Para isso é preciso que seja utilizada:

“(…) uma linguagem clara, acessível, que não prossiga e persiga velhas e ultrapassadas querelas doutrinárias, mas que aponte, a par da certeza e da segurança do direito e da afirmação da liberdade e da autonomia da vontade das partes, para claros índices de eficácia.”

Em 1999, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 135/99 de 22 de Abril (Diário da República Eletrónico), cujo artigo 16º cita o seguinte:

“Na redacção dos documentos, designadamente de formulários, ofícios, minutas de requerimentos, avisos, convocatórias, certidões e declarações, em especial na comunicação com os cidadãos, deve usar-se linguagem simples, clara, concisa e significativa, sem siglas, termos técnicos ou expressões reverenciais ou intimidatórias.”

Mais recentemente, em 2010, foi criado o Programa Simplegis (DGPJ), cuja missão é:

- Simplificar a legislação;
- Assegurar que os cidadãos e empresas tenham acesso à legislação;
- Melhorar a aplicação das leis.

Contudo, em Portugal, há também quem discorde destas medidas adotadas pelo Governo no esforço de tornar a justiça acessível a todos. Segundo Castanheira

Neves, Professor de Direito da Universidade de Coimbra, a linguagem corrente é ambígua e “não consegue traduzir com objetividade a complexidade dos problemas que a lei trata”, não se devendo simplificar a linguagem, mas antes tentar melhorar a “sintaxe do texto legal” através da cooperação entre linguistas e juristas.<sup>4</sup>

Por sua vez, o Professor de Direito Freitas do Amaral critica o Programa Simplegis, dizendo que “não é possível condensar em poucas palavras a interpretação autêntica de um diploma. (...) Isto abre a porta a que qualquer legislador, eventualmente mal-intencionado, possa tentar forçar uma interpretação do diploma que não é correcta.”<sup>5</sup>

Posto isto, é um facto que a linguagem jurídica é um assunto que não prevê para breve um consenso entre as posições tomadas relativamente à sua simplificação ou não. Não obstante, no momento da redação de um documento legal, é importante ter em conta o público-alvo ao qual se dirige. Desta forma, poderia optar-se por uma linguagem especializada se o documento se dirigir apenas a profissionais do Direito (ex.: Advogados e Juízes) e por um a linguagem simplificada se este se dirigir ao cidadão comum. (ex.: contratos de trabalho, contratos de arrendamento).

### ➤ **Caracterização da linguagem jurídica**

Independentemente do acima exposto, a linguagem jurídica permanece, todavia, complexa e pouco clara. Assim, é possível caracterizá-la como sendo uma linguagem de especialidade, visto que compreende “um conjunto de conhecimentos numa determinada área do saber” (Rodrigues, 2005: 204). A ela estão vinculados um léxico e um estilo característico, que lhe confere um elevado grau de tecnicidade e complexidade, tornando-a ininteligível.

### **Léxico**

Começando pelo léxico, existem termos que apenas são utilizados em contexto jurídico, tais como, *processo sumário*, *autoria material* e *arguido*. Por sua vez, termos

---

<sup>4</sup> Informação veiculada por Ana Bela Cabral.

<sup>5</sup> Informação veiculada por Ana Bela Cabral.

como *inquérito* e *autor* que tanto são empregues na linguagem legal como na linguagem corrente, vêm contribuir para a opacidade desta linguagem de especialidade (Rodrigues, 2005: 214), uma vez que podem causar problemas de ambiguidade.

### ***Morfologia***

Seguidamente, na morfologia da linguagem jurídica é de apontar o elevado número de nominalizações com vista à tentativa de designar conceitos jurídicos. (Rodrigues, 2005: 219). Como exemplo ilustrativo de nominalização temos o seguinte termo: *exerce de l'autorité parentale*.

### ***Sintaxe e semântica***

No que respeita a sintaxe e a semântica, a complexidade deste tipo de linguagem advém dos seguintes fatores:

- Uso de frases extremamente longas que se tornam difíceis de compreender (Rodrigues, 2005: 227), tal como se pode verificar pelos exemplos 1 e 2.

Ex.1: “Excepcionalmente, a tomada de declarações ao assistente, às partes civis, às testemunhas, a peritos ou a consultores técnicos pode, oficiosamente ou a requerimento, não ser prestada presencialmente, podendo ser solicitada pelo presidente ao juiz de outra comarca, por meio adequado de comunicação, nos termos do artigo 111.º, se:” – Excerto pertencente ao Artigo 318º do Código de Processo Penal.



Ex. 2: « *La partie défaillante est rendue attentive au fait qu'elle peut demander le relief du présent jugement, dans le délai de dix jours dès l'assignation, en assignant par exploit (en trois exemplaires) la partie adverse devant le juge qui a instruit la cause, pour régler les frais de procédure, y compris ceux de la séance en relief, et être admise à suivre la cause.* » – excerto retirado de um « *Jugement Contumacial* » suíço.

- Uso de frases não necessariamente longas, mas que não deixam de comportar um carácter ininteligível (Rodrigues, 2005: 227), como se pode verificar pelo excerto da conclusão de uma carta rogatória.

Ex.1: “Para audiência de julgamento designo o próximo dia 31 de Outubro de 2014, pelas 14:00h.

**Proceda-se, no demais, como se promover.”<sup>6</sup>**

Em linguagem corrente, esta frase significa que, depois de marcado o julgamento, deverá proceder-se conforme mencionado na carta rogatória (“como se promover”), relativamente aos restantes assuntos que nela figuram (“no demais”).

- Impessoalidade, principalmente através do uso de voz passiva (Rodrigues, 2005: 229) como ilustra o exemplo extraído de uma carta rogatória:

Ex.1: “Solicita-se assim às autoridades judiciárias competentes que se proceda às diligências a seguir indicadas, relativas ao(à) Arguido abaixo mencionado:”

Para além do acima exposto, a linguagem jurídica comporta simultaneamente um carácter normativo e performativo, em que o primeiro dita o que deve ser respeitado e o segundo encarrega-se de o fazer respeitar.

---

<sup>6</sup> Exemplo retirado de um documento não trabalhado no estágio curricular.

Estas características da linguagem jurídica, entre outras não abordadas, são dos fatores que mais contribuem para a sua tecnicidade, complexidade e opacidade, não sendo de todo acessível a qualquer pessoa.

#### **7.4. A Problemática da Tradução Jurídica**

Como foi referido anteriormente, a problemática da tradução jurídica deriva da tecnicidade e complexidade características da linguagem legal. Para agravar, embora o Direito Comparado se empenhe na harmonização dos sistemas jurídicos, as diferenças entre estes são ainda bastante notórias. Não se pode deixar de referir ainda que, apesar de a tradução jurídica estar a adquirir cada vez mais peso no mercado, são escassos e de difícil acesso trabalhos de investigação que tenham por objeto o discurso jurídico (Rodrigues, 2005: 65), assim como recursos fidedignos e atualizados, principalmente em Portugal.

No presente subcapítulo irão ser abordadas algumas das dificuldades sentidas durante a tradução de textos jurídicos, assim como a justificação da escolha de cada solução. Considerando que são duas as línguas estrangeiras de trabalho e tendo em conta que a maior afluência de traduções jurídicas envolveram a língua francesa e portuguesa, surgiram com mais frequência questões relacionadas com estas duas línguas. Este subcapítulo está organizado consoante a tipologia das dificuldades sentidas, sendo apresentados casos práticos justificativos de cada uma delas.

##### **a) Dificuldades linguísticas**

Como ponto de partida, temos as dificuldades linguísticas que surgiram principalmente em termos de retroversão para a língua francesa (ver Tabela 10), dado que é a língua com a qual apenas se contactou em contexto académico e cujo ensino iniciou apenas na Licenciatura. Estas dificuldades foram sentidas a nível das unidades linguísticas em geral e sua ordem de disposição, assim como de fraseologia.

Sempre que existiam dúvidas, eram consultados dicionários bilingues e monolíngues. Todavia, foi necessário resolver algumas questões linguísticas com a Diretora da empresa.

Original	Tradução	Correção
“Depois de o arguido haver chamado a menor ofendida, foi-se esconder num beco que dá acesso a umas <b>casas velhas</b> , e que faz esquina com a Rua do relógio, perto do recinto onde decorria a festa.”	« Après le mis en examen avoir appelé la victime mineure il s'est caché dans une ruelle qui permet l'accès à des <b>maisons vieilles</b> , et qui se croise avec Rua do Relógio, près du lieu de la fête. »	« Après le mis en examen avoir appelé la victime mineure il s'est caché dans une ruelle qui permet l'accès à des <b>vieilles maisons</b> , et qui se croise avec Rua do Relógio, près du lieu de la fête. »
“A menor ofendida <b>sofreu</b> ainda <b>pesadelos</b> e perturbações no seu estado emocional, que implicaram um disfuncionamento das suas rotinas diárias.”	« La victime mineure a encore <b>subi des cauchemars</b> et eu des troubles dans son état émotionnel, engendrant un dysfonctionnement de sa routine quotidienne. »	« La victime mineure a encore <b>fait des cauchemars</b> et eu des troubles dans son état émotionnel, engendrant un dysfonctionnement de sa routine quotidienne. »
“O arguido agiu sempre em obediência a renovados desígnios, livre, lúcida e deliberadamente e com perfeita consciência que as <b>suas condutas</b> eram proibidas e punidas por lei.”	« Le mis en examen a agi librement selon sa volonté, de façon lucide et délibérée, et sachant que <b>ses conduites</b> étaient interdites et punies par la loi. »	« Le mis en examen a agi librement selon sa volonté, de façon lucide et délibérée, et sachant que <b>sa conduite</b> était interdite et punie par la loi. »

<p>“A entidade requerida <b>apenas terá que proceder á convocação</b> do assistente e testemunha e certificar a sua identidade, sendo as formalidades do acto asseguradas pelo Tribunal Português através do sistema de videoconferência (...)”</p>	<p>« L'entité requérante <b>seulement devra convoquer</b> l'assistant et le témoin et certifier leur identité, les formalités étant assurées par le Tribunal portugais par vidéoconférence. »</p>	<p>« L'entité requérante <b>ne devra que convoquer</b> l'assistant et le témoin et certifier leur identité, les formalités étant assurées par le Tribunal portugais par vidéoconférence. »</p>
<p>3 - O facto não é punível:  a) Se a utilização do meio para atingir o fim visado não for censurável;</p>	<p>3 - Le fait n'est pas punissable :  a) Si l'utilisation du moyen pour atteindre le but visé n'est pas <b>censurable</b> ;</p>	<p>3 - Le fait n'est pas punissable :  a) Si l'utilisation du moyen pour atteindre le but visé n'est pas <b>reprochable</b> ;</p>

**Tabela 10:** Exemplos retirados da tradução de uma carta rogatória.

## b) Diferenças entre sistemas jurídicos

*“Legal concepts, legal norms and application of laws differ in each individual society reflecting the differences in that society. Legal translation involves translation from one legal system into another.” (Cao, 2007: 24)*

Durante o estágio curricular trabalhou-se com determinados países com sistemas jurídicos distintos, sendo importante identificar qual a família a que pertencem de forma a se conhecer as diferenças entre eles, as quais poderão influenciar algumas das decisões no momento da tradução. Portanto, as duas famílias principais identificadas são a família Romano-germânica, onde se insere Portugal, França e Suíça, e a *Common Law*, onde se insere o Reino Unido.

Em traços gerais, o que distingue na essência as duas famílias é o facto de que, na família Romano-germânica, o Direito rege as relações entre a população, esperando que ajam de determinada forma através de um conjunto de normas legais de carácter geral previamente concebidas. Contrariamente, a *Common Law* formou-se com base em experimentações por parte dos tribunais em que novos casos eram julgados com base em decisões já tomadas em casos análogos, os precedentes. Estes aspetos refletem-se essencialmente nas questões analisadas abaixo.

#### ▪ Dificuldades Terminológicas

As dificuldades terminológicas (ver Tabelas 11 a 15) derivam das diferenças entre sistemas jurídicos, as quais conduzem ao surgimento de termos com conceitos que, por vezes, não existem no Direito vigente no país do documento de chegada. Daí resulta a dificuldade da descoberta e escolha dos termos que mais fielmente transmitem tais conceitos.

#### Caso prático n.º 1: Arguido(a)

Original
<p>“Corre termos neste(a) Tribunal Judicial de Viseu – 1º Juízo Criminal, um Processo Comum (Tribunal Singular), registado sob o n.º [confidencial], em que são.</p> <p>Autor: Ministério Público</p> <p><b>Arguido:</b> [confidencial], e outro(s)...”</p>

**Tabela 11:** Excerto de carta rogatória.

Um dos termos mais controversos do discurso jurídico português é provavelmente o termo *arguido*, pois o seu conceito é muito característico do Direito vigente em Portugal. Em primeiro lugar, é importante saber que um *arguido* é “(...) aquele contra quem for aberto inquérito, deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal e que, por isso, seja considerado suspeito da prática de um crime.” (Prata, 2012: 49).

Na língua inglesa, os potenciais equivalentes de *arguido* encontrados no dicionário de Maria Gouveia Andrade, no IATE e Eur-Lex, foram *defendant* e *accused* (Andrade, 2008: 20). Primeiramente, *defendant* caracteriza “*a person who is accused of committing a crime*” (The Crown Prosecution Service) num processo penal, mas também pode referir-se a “*person who has a claim made against them*” (Ministry of Justice) num processo civil, enquanto *arguido* apenas é utilizado em matéria penal. Por sua vez, *accused* é “*a person charged with an offence.*” (The Crown Prosecution Service). Nenhum destes termos abrange na totalidade o sentido de *arguido*, pois embora tenha sido alvo de acusação, este é considerado ainda suspeito da prática de crime. *Suspect* também não é um equivalente pertinente porque, nesse caso, a pessoa com tal estatuto ainda não teria sido alvo de acusação, como se pode verificar pelo excerto:

“After the police have completed their investigation (...) We [The Crown Prosecution Service] will then make a decision on whether a suspect should be charged, and what that charge should be” (The Crown Prosecution Service).

Acontece que, no Reino Unido, a figura jurídica do *arguido* não existe. Este facto comprovou-se aquando do caso do desaparecimento de Madelaine McCann, onde se gerou uma polémica em torno deste termo português. Para evitar equívocos e interpretações erradas as autoridades britânicas, seguidas pelos media, optaram por utilizar o termo original. No excerto que se segue, extraído de um artigo da BBC News UK, verifica-se o acima exposto: “**21 July:** *The Portuguese authorities shelve their investigation and lift the “arguido” status of the McCanns and Mr Murat.*”(BBC News UK).

Desta forma, escolheu-se manter o termo original em *itálico* e colocar uma nota de tradutor, explicativa do significado de *arguido*, como se pode visualizar na Tabela 12.

Original	Tradução
<p><b>1- INTRODUÇÃO</b></p> <p>Corre termos neste(a) 1º Juízo Criminal - Tribunal Judicial de Viseu, uns autos de Processo Comum (Tribunal Coletivo), registados sob o n.º [confidencial], em que são:</p> <p>Participante: Ministério Público</p> <p><b>Arguido:</b> [confidencial] e outro(s)...</p>	<p><b>1- INTRODUCTION</b></p> <p>At the 1st Criminal Section – Judicial Court of Viseu, Ordinary Proceedings (Collective Court) are underway, recorded under no. 117/07.0TASPS, in which:</p> <p>Plaintiff: Public Prosecutor’s Office</p> <p><b>Arguido<sup>1</sup>:</b> [confidencial] and others...</p>
	<p><sup>1</sup> NT: Person named as a suspect of committing a crime against whom a criminal procedure is underway.</p>

**Tabela 12:** Exemplo extraído de uma carta rogatória traduzida para a língua inglesa onde se emprega o termo *arguido*.

Já em França, existem três distinções principais para designar a pessoa acusada da prática de crime e que depende da fase em que se encontra o processo e que são:

- *Mis(e) en examen*, anteriormente designado por *Inculpé(e)*, que se refere à pessoa suspeita de ter cometido uma infração em qualidade de autor ou cúmplice, na fase de instrução” (Eck);
- *Prévenu(e)*, que concerne a pessoa que, após o encerramento da fase de instrução, comparece perante um tribunal criminal. (Lopes, 2009: 52);

- *Accusé(e)* que é a designação de pessoa acusada da prática de crime quando o processo passa para um Tribunal de 2ª Instância (court d’assises) (Lopes, 2009: 52).

Contrariamente ao que sucede com o Reino Unido, no contexto das cartas rogatórias o equivalente funcional de *arguido* é *mis(e) en examen*, tendo sido adotado nas traduções para esta língua:

Original	Tradução
<p>1- INTRODUÇÃO</p> <p>Corre termos neste(a) Tribunal Judicial de Viseu – 1º Juízo Criminal, um Processo Comum (Tribunal Singular), registado sob o n.º [confidencial], em que são.</p> <p>Autor: Ministério Público</p> <p><b>Arguido:</b> [confidencial] e outro(s)...</p>	<p>1- INTRODUCTION</p> <p>Une procédure ordinaire (juge unique) est en cours au Tribunal judiciaire de Viseu – 1ère chambre criminelle, enregistrée sous le n° [confidencial], dans laquelle sont.</p> <p>Demandeur : Ministère Public</p> <p><b>Mis en examen:</b> [confidencial] et al.</p>

**Tabela 13:** Exemplo extraído de uma carta rogatória traduzida para a língua francesa onde se emprega o termo *mis en examen*.



## Caso prático n.º 2: Processo sumário

Original	Tradução
<b>2- O CONTEÚDO DA NOTIFICAÇÃO</b> Solicita-se assim às autoridades judiciárias competentes que se proceda às diligências a seguir indicadas, relativas ao(à) Arguido abaixo mencionado:  a)- seja notificado [sic] de todo o conteúdo da sentença proferida no âmbito do <b>processo sumário</b> em referência-	<b>2- LE CONTENU DE L'ASSIGNATION</b> Il est demandé aux autorités judiciaires compétentes d'accomplir les démarches suivantes, concernant le mis en examen mentionné ci-après :  a) Assigner le mis en examen de tout le contenu du jugement rendu dans le cadre de la <b>procédure sommaire</b> en référence.

**Tabela 14:** “Processo sumário” como exemplo de dificuldade terminológica extraído de uma carta rogatória.

Parafraseando Ana Prata, em matéria penal, o processo sumário é um processo que decorre num prazo mais curto do que o processo comum “desde de se conheça e se proceda à boa decisão da causa” (Prata, 2012: 408). O seu objetivo é julgar casos de flagrante delito por crime punível com pena de prisão não superior a cinco anos ou casos de flagrante delito por crime punível com pena de prisão superior a cinco anos, se o Ministério Público considerar que não se deve aplicar tal pena. Regra geral, o julgamento ocorre em 48h. Se tal não for possível, o arguido é libertado, sendo sujeito a medidas de coação que o Ministério Público considere adequadas (Prata, 2012: 408).

Em França, não existe nenhum termo cujo conceito corresponda na totalidade ao do termo português. No *website* do Senado francês é referenciado um processo célere que se assemelha ao processo sumário, denominado *procédure de comparution immédiate*. Este é igualmente um processo mais rápido, utilizado em matéria penal para julgar casos cuja pena de prisão seja igual ou superior a dois anos

ou, em caso de flagrante delito, onde a pena de prisão seja superior a seis meses. Este apenas pode ser utilizado se as provas reunidas forem suficientes para que o caso seja julgado, não podendo o “arguido” ser menor, nem o crime ser político, entre outras restrições (Ministère de la Justice). Contudo, o Senado francês, que elaborou um estudo sobre os processos céleres em Portugal, refere-se ao processo sumário como *procédure sommaire* (Sénat). Foi igualmente encontrado no dicionário de Maria Andrade este termo como equivalente de processo sumário (Andrade, 2008: 102), juntamente com o Eur-Lex e o IATE. Por estas razões, *procédure sommaire* foi o termo adotado na respetiva tradução.

### Caso prático n.º 3: Autoria material

Original	Tradução
“Nos presentes autos o arguido encontra-se acusado da prática em <b>autoria material</b> de um crime de abuso sexual de crianças, na forma continuada, previsto e punido pelos artigos 171º nº 1 e 2, 30º nº 2 e 79º todos do C. Penal, em concurso real com um crime de abuso sexual de crianças, na forma continuada, p.e p. pelos artigos 171º nº1, 30º, nº 2 e 79º todos do C.Penal.-”	Dans la présente procédure le mis en examen est accusé de la pratique <b>en qualité d'auteur</b> d'un crime d'abus sexuel d'enfants, de manière continue, prévu et puni par les articles 171 paragraphe n° 1 et 2, 30 paragraphe n° 2 et 79, tous du Code Pénal, en concours réel avec un crime d'abus sexuel d'enfants, de manière continue, prévu et puni par les articles 171 paragraphe n° 1 et 2, 30 paragraphe n° 2 et 79, tous du Code Pénal.

**Tabela 15:** “Autoria material” como exemplo de dificuldade terminológica extraído de uma carta rogatória.

Segundo Ana Prata, “Autoria material” é o termo utilizado para indicar que o autor do crime o cometeu por si mesmo (Prata, 2012: 63). Na língua francesa, Óscar Manuel Aires Lopes (Lopes, 2009: 64) sugere a expressão “*en qualité d’auteur*” como

possível tradução do termo original. Por a expressão sugerida no dicionário monolíngue transmitir a mensagem do termo do texto de partida, achou-se pertinente adotá-la no texto de chegada.

#### ▪ Falsos-amigos

*“In the jargon of the translator, ‘faux amis’ are words which look or sound the same in both the target language and the source language”* (Houbert, 2005 : 65)

Na tradução de qualquer género textual é frequente encontrarem-se termos cuja grafia ou fonética se assemelham quer na língua-fonte, quer na língua-alvo, mas cujos significados são totalmente diferentes, designando-se por falsos-amigos. Como exemplos ilustrativos de falsos-amigos encontrados durante o estágio, veja-se “acusação” (ver Tabela 16) e “*jugement*” (ver Tabela 17).

#### Caso prático nº 1: Acusação

Original	Tradução
<p><b>2- ENUNCIADO DOS FACTOS</b></p> <p>São imputados ao referido arguido, os factos da <b>acusação</b> cujas cópias se juntam.</p>	<p><b>2- FACTS</b></p> <p>The <i>arguido</i> is charged of the facts in the <b>indictment</b>, copies of which are attached.</p>

**Tabela 16:** Exemplo de falso-amigo extraído de uma carta rogatória.

No contexto desta carta rogatória, o termo *acusação* é considerado falso-amigo, uma vez que pode ser confundido com o termo *accusation*. Neste caso, *acusação* diz respeito a uma “Peça processual deduzida (...) contra o arguido, em virtude de durante o inquérito se considerar terem sido recolhidos indícios suficientes de se ter verificado o crime e de se ter apurado quem foi o seu agente ou agentes” (Prata, 2012: 28). Por sua vez, “*accusation*” representa “*comunicação de facto criminoso à autoridade competente para que dê início à acção penal contra o seu autor.*” (Mello, 2002: 25).

Depois de levada a cabo uma pesquisa terminológica, encontrou-se como equivalente de *acusação* no dicionário de Maria Gouveia Andrade o termo *indictment*. Segundo o glossário de The Criminal Procedure Rules do Reino Unido, *indictment* consiste em “*A formal document accusing one or more persons of committing a specified indictable offense or offenses.*” (Justice). Apesar de ambos os termos não serem detentores da mesma aceção, considera-se *indictment* um equivalente funcional de *acusação*, visto conseguir transmitir ao país de chegada qual a função do documento português.

### Caso prático nº 2: *Jugement*

Original	Tradução
« 2. Ce jour, LE TRIBUNAL rend le <b>jugement</b> suivant :  Vu la demande en divorce formée par acte déposé au greffe du Tribunal de première instance le 8 mars 2000 par [confidencial].	“2. Neste dia, O TRIBUNAL profere a seguinte <b>sentença</b> :  Considerando o pedido de divórcio apresentado por ato entregue na secretaria do Tribunal de primeira instância, a 8 de março de 2000 por [confidencial]”

**Tabela 17:** Exemplo de falso-amigo extraído de uma sentença de divórcio.

O termo *jugement* retirado de uma sentença de divórcio é, neste contexto, uma decisão proferida pelos juízes de um tribunal de primeira instância (Eck). Considerando que a sua grafia e fonética são muito semelhantes às do termo português “julgamento”, é natural que ambos sejam confundidos. No Direito português, em matéria cível, que é o caso do documento de partida, um julgamento é um “Acto processual pelo qual o tribunal aprecia as provas produzidas ao longo de todo o processo, e sobretudo na audiência, (...) e aplicando finalmente as regras de direito adequadas à situação de facto apurada. O julgamento de uma causa materializa-se, em regra, numa sentença ou num acórdão. (...) Chama-se também julgamento à audiência de discussão e julgamento.” (Prata, 2012: 843). Como é

possível averiguar pelo acima exposto, ambos têm significados diferentes apesar da sua semelhança, pois o termo original consiste numa decisão, e o falso-amigo, numa audiência.

É igualmente importante realçar que, no Direito português, a decisão de um julgamento pode ser quer sentença, quer acórdão. Aqui, a escolha entre um termo e outro vai depender se a decisão original foi proferida por um juiz (sentença) ou por um coletivo de juízes (acórdão) (Prata, 2012: 1344). Depois de verificada a primeira situação, pôde concluir-se que, neste contexto, o equivalente de *jugement* é *sentença* e não o falso-amigo *julgamento*.

- **Polissemia**

« *La polysémie dans un texte juridique pose principalement un problème d'interprétation.* » (Houbert, 2005 : 81)

A polissemia ocorre quando uma palavra possui mais do que um significado, pelo que, tal como citado acima, pode causar problemas de interpretação ao tradutor. Deste modo, a escolha do termo da língua de partida mais adequado vai depender do contexto no qual o termo original se insere. O exemplo de um termo polissémico encontrado durante o estágio foi *procès-verbal* (ver Tabela 18).

**Caso prático nº 1: *Procès-verbal***

Original	Tradução
<p>« <b>PROCES-VERBAL</b></p> <p>L'an deux mil [confidencial],</p> <p>Le [confidencial] décembre, à seize heures vingt cinq</p> <p>Nous, [confidencial] GARDIEN DE LA PAIX En fonction CSP d'ALBI AGENT DE POLICE JUDICIAIRE en résidence ALBI</p> <p>— Nous trouvant au service, — Agissant en exécution des instructions contenues dans la note n° [confidencial] en date du [confidencial] de Monsieur [confidencial], PROCUREUR DE LA REPUBLIQUE près le TGI ALBI.—</p> <p>— Agissant en matière d'enquête préliminaire,</p> <p>— Vu les articles 75 et suivants du Code de procédure pénale, —</p> <p>(...)</p> <p>— Après lecture faite par lui-même, le déclarant signe avec nous le présent <b>procès-verbal</b> à 17h20. — »</p>	<p>“<b>AUTO</b></p> <p>No ano de dois mil e [confidencial],</p> <p>a [confidencial] de dezembro, às dezasseis horas e vinte e cinco minutos</p> <p>Nós, [confidencial] POLÍCIA DE SEGURANÇA Em funções na CSP [Circunscrição de Segurança Pública] de ALBI AGENTE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA com residência em ALBI</p> <p>— Estando de serviço, — Agindo em execução das instruções contidas na nota n° [confidencial] datada de [confidencial] de [confidencial], PROCURADOR DA REPÚBLICA junto do TGI (Tribunal de Primeira Instância) de ALBI.—</p> <p>— Agindo em matéria de inquérito preliminar,</p> <p>— Considerando os artigos 75.º e seguintes do Código do Processo Penal, —</p> <p>(...)</p> <p>— Após feita leitura pelo próprio, o declarante assina connosco o presente <b>auto</b> às 17h20. —“</p>

**Tabela 18:** Excerto de um *procès-verbal*.

As aceções que este termo detém compreendem:

- « *Acte juridique écrit dans lequel est retranscrit l'ensemble des contestations relatives à une enquête.* » (Eck)
- « *Résumés précis des discussions menées et des décisions prises lors des réunions d'une commission.* » (Parlement européen / Commissions)
- *Contravention.*

Para se alcançar a solução final consultou-se o dicionário jurídico bilingue da advogada Maria Andrade que sugere como equivalentes os termos: auto e ata (Andrade, 2008: 335). Aqui foi necessário perceber qual a diferença entre ambos os termos fornecidos, pelo que, através de consultas em dicionários se chegou à conclusão que:

- *Auto* é um “Acto processual destinado a conhecer e fazer constar do processo um determinado acto praticado na presença do juiz ou de um funcionário judicial. (...) a redação do auto é efetuada pelo funcionário de justiça, ou pelo funcionário de polícia criminal durante o inquérito.” (Prata, 2012: 60)
- *Ata* é um “registo escrito dos factos ocorridos e das decisões tomadas em reunião, congresso, etc.” (Infopédia)

Considerando o contexto do termo original, os equivalentes sugeridos e suas definições, adotou-se o termo “auto” como tradução de *procès-verbal* por ser o mais próximo e fiel ao termo original.

#### ▪ **Equivalência**

A equivalência foi outro dos problemas emergentes do trabalho de tradução, pelo que em situações destas é importante saber se os termos têm equivalentes semânticos (ver Tabela 19 e 20), equivalentes funcionais (Houbert, 2005: 37-38) (ver Tabelas 21) ou se são termos que simplesmente não têm tradução possível (ver Tabela 22), de forma a saber como proceder nessas situações.

### Caso Prático nº 1: Equivalente semântico “Testemunha”

Em termos de equivalência, *witness* é considerado um equivalente semântico de *testemunha*. Isto advém do facto de o termo inglês significar “*a person who stands up in court to state what they know after taking an oath to tell the truth.*” (The Crown Prosecution Service) e, por sua vez, o português dizer respeito ao “Particular chamado a depor em juízo, sob juramento, acerca de factos de que pessoalmente tenha tido conhecimento.” (Prata, 2012: 485)

Original	Tradução
<p>“a)- Se proceda à inquirição da pessoa a seguir indicada, acerca dos factos descritos no ponto 2 desta Carta rogatória:</p> <p><b>Testemunha:</b> [confidencial], filho de [confidencial] e de [confidencial], estado civil: Solteiro, nascido em [confidencial], natural da freguesia de [confidencial], nacional de Portugal (...)”</p>	<p>“a)- Carry out the hearing of the person mentioned below about the facts described in point 2 of this Letter of Request:</p> <p><b>The Witness:</b> [confidencial], son of [confidencial] and [confidencial], marital status: Single, born on [confidencial], in - [confidencial], a Portuguese National (...)”</p>

**Tabela 19:** Exemplo de equivalente semântico extraído de uma carta rogatória.

### Caso Prático nº 2: Equivalente semântico *Procureur de la république*

Ainda que seja possível uma tradução por equivalência, existe a eventualidade de o equivalente na língua de chegada não cobrir na totalidade o significado do termo original, como acontece com os cargos. Tome-se como exemplo o cargo de *Procureur de la république* constante de um auto francês que tem como equivalente semântico português *Procurador da República* (Ver Tabela 19). Apesar de em termos linguísticos serem equivalentes semânticos, as funções de um e de outro não são exatamente as mesmas. Por um lado ambos são magistrados do Ministério Público que o representam perante Tribunais de 1ª instância. Por outro lado, o Procurador da



República português tem o poder de, por exemplo, “orientar e fiscalizar o exercício das funções do Ministério Público”, “conferir posse aos procuradores” e “emitir ordens e instruções (Prata, 2012: 1139). Já o *Procureur de la république* tem o poder de dar por encerrado qualquer processo no qual o autor da infração não seja identificado ou seja demente e coordena a aplicação de contratos de segurança locais (Ministère de la Justice).

Original	Tradução
<p>AGENT DE POLICE JUDICIAIRE en résidence ALBI</p> <p>—Nous trouvant au service,</p> <p>Agissant en exécution des instructions contenues dans la note n° 13/954 en date du 29/11/2013 de Monsieur DERENS Claude, <b>PROCUREUR DE LA RÉPUBLIQUE</b> près le TGI ALBI.</p>	<p>AGENTE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA com residência em ALBI</p> <p>—Estando de serviço,</p> <p>—Agindo em execução das instruções contidas na nota n° 13/954 datada de 29/11/2013 de Claude Derens, <b>PROCURADOR DA REPÚBLICA</b> junto do TGI (Tribunal de Primeira Instância) de ALBI.</p>

**Tabela 20:** Exemplo de equivalente semântico extraído de uma carta rogatória.

### **Caso Prático nº 3: Equivalentes funcionais “Ministério Público”**

Já os equivalentes funcionais existem relativamente a títulos pessoais e instituições. Por exemplo, durante a tradução de uma carta rogatória para a língua inglesa dirigida às autoridades do Reino Unido surgiu referida a instituição portuguesa **Ministério Público**. Aqui é necessário encontrar qual a instituição inglesa que em termos funcionais é mais próxima que, neste caso, é *Public Prosecutor’s Office*, não se podendo optar por uma tradução literal – *Public Ministry* – visto que o conceito não existe no Direito inglês. Sempre que necessário, pode ser introduzida uma nota explicativa entre parêntesis ou em rodapé.

Original	Tradução
<p>“Corre termos neste 1º Juízo Criminal - Tribunal Judicial de Viseu, uns autos de Processo Comum (Tribunal Singular), registados sob o n.º [confidencial], em que são:</p> <p>Autor: <b>Ministério Público</b></p> <p>Arguido: [confidencial]</p>	<p>At this 1st Criminal Section - Judicial Court of Viseu, Ordinary Proceedings (Single-Judge Court) are underway, recorded under no. [confidencial], in which:</p> <p>Plaintiff: <b>Public Prosecutor’s Office</b></p> <p><i>Arguido</i><sup>1</sup>: [confidencial]</p>

**Tabela 21:** Exemplo de equivalente funcional extraído de uma carta rogatória.

#### **Caso Prático nº 4: Termos intraduzíveis “Permis C”**

Para terminar a questão da equivalência, os termos intraduzíveis são termos pertencentes ao Direito do país de partida que não integram a realidade do Direito do país de chegada. Como exemplo veja-se o termo “Permis C”, extraído de uma sentença de divórcio suíça, que diz respeito a uma autorização de residência permanente que cidadãos estrangeiros residentes na Suíça há mais de 10 anos podem adquirir (République et Canton de Genève). Embora Portugal também emita autorizações de residência permanente, o modo de obtenção das mesmas em ambos os países é diferente, pois cada país tem a sua própria forma de lidar com a imigração. Assim, neste optou-se por manter no texto traduzido o termo original, tendo-se colocado uma nota explicativa entre parêntesis.

Original	Tradução
<p><u>EN DROIT</u></p> <p>I.</p> <p>Les époux résident dans le canton de Genève au bénéfice d'un permis "C". Le Tribunal de première instance est compétent en application de l'article 59 LDIP.</p>	<p><u>DIREITO APLICÁVEL</u></p> <p>I.</p> <p>Os cônjuges residem no cantão de Genebra, beneficiando de um <i>permis "C"</i> [autorização de residência permanente]. O Tribunal de primeira instância é competente em aplicação do artigo 59.º da LDIP [Lei federal suíça sobre o direito internacional privado].</p>

**Tabela 22:** Exemplo de termo intraduzível extraído de uma sentença de divórcio suíça.

#### ▪ Siglas

A problemática das siglas (ver Tabelas 23 a 25) reside na trabalhosa decodificação do seu significado e no modo de proceder no momento da tradução. No Gabinete ABC, a filosofia adotada relativamente a este problema dita que se deve manter na tradução a sigla do texto de partida, colocando por extenso e entre parêntesis retos o seu significado literal na língua de chegada, como se pode verificar pelos casos práticos abaixo.

### Caso prático nº 1: CPC VS

Original	Tradução
« Par écriture notifiée le 6 septembre 2010, De Bastos s'est exprimé sans respecter les règles de forme du CPC VS. »	“Através de ofício notificado a 6 de setembro de 2010, o Sr. De Bastos expressou-se sem respeitar as normas do CPC VS [Código de Processo Civil do Cantão de Valais].”

**Tabela 23:** Sigla CPC VS.

### Caso prático nº 2: RVJ

Original	Tradução
« 10. Le Tribunal examine d'office si les conditions d'un jugement par défaut sont réalisées (art. 101 al. 5 CPC VS; RVJ 1994 p. 138 consid. 1a). »	“10. O Tribunal examina oficiosamente se estão reunidas as condições de uma decisão à revelia (art. 101º al. 5º CPC VS; RVJ [Revista de jurisprudência de Valais] 1994 pág. 138º consid. 1a).”

**Tabela 24:** Sigla RVJ.

### Caso prático nº 3: LDIP

Original	Tradução
« 12. Selon l'art. 116 al. 1 LDIP, le contrat est régi par le droit choisi par les parties. »	“12. De acordo com o art. 116º al. 1 da LDIP [lei federal suíça sobre o direito internacional privado], o contrato é regido pelo direito escolhido pelas partes.”

**Tabela 25:** Sigla LDIP.

### c) Expressões fixas

Os documentos jurídicos tendem a ter uma estrutura específica e rigorosa que os profissionais responsáveis pela sua redação têm de respeitar. Por conseguinte, são utilizadas expressões consideradas fixas que, apesar do conteúdo mudar de documento para documento, estas se mantêm praticamente inalteradas. Este fenómeno é frequentemente observado em cartas rogatórias (ver Tabela 26).

#### Caso Prático nº 1

Original	Tradução para inglês	Tradução para francês
“EM NOME DA JUSTIÇA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL (LEI N.º 144/99, DE 31 DE AGOSTO);”	“IN THE NAME OF JUSTICE AND UNDER THE LEGAL PROVISIONS FOR MUTUAL LEGAL ASSISTANCE IN CRIMINAL MATTERS (LAW NO. 144/99, OF 31 AUGUST);”	AU NOM DE LA JUSTICE ET EN VERTU DES DISPOSITIONS LÉGALES DE COOPÉRATION JUDICIAIRE INTERNATIONALE EN MATIÈRE PÉNALE (LOI N° 144/99 DU 31 AOÛT) ;
“Corre termos neste 1º Juízo - Tribunal Judicial de [confidencial], uns autos de Processo Comum (Tribunal Coletivo), registados sob o n.º [confidencial], em que são.”	“At the 1st Criminal Section – Judicial Court of [confidencial], Ordinary Proceedings (Collective Court) are underway, recorded under no. [confidencial], in which:”	« Une procédure ordinaire (formation collégiale) est en cours à la 2 <sup>ème</sup> chambre criminelle - Tribunal judiciaire de [confidencial], enregistrée sous le n° [confidencial], dans laquelle sont : »

**Tabela 26:** Exemplo extraído de uma carta rogatória e respetivas traduções.

Como já foi referido anteriormente, de entre todos os documentos jurídicos trabalhados, o género mais frequente foi a carta rogatória. Este género textual tem a particularidade de possuir uma macroestrutura praticamente fixa, onde, por vezes, apenas são substituídas as informações relativas a cada caso. Esta estrutura fixa vem facilitar o processo de tradução, pois tendo sido traduzida uma vez, as vezes restantes consistem em atualizar datas, nomes, etc., traduzindo apenas a informação diferente. Contudo, a forma como estas expressões estão redigidas, pode levantar problemas de inteligibilidade e causar estranheza por não serem conhecidas, tal como se pode ver no segundo exemplo da Tabela 26. Sempre que uma determinada estrutura frásica seja ininteligível, uma das estratégias possíveis é ligar para o cliente, neste caso o Tribunal competente, para esclarecer a dúvida.

#### **d) Fórmulas de cortesia e fórmulas de despedida em Cartas Rogatórias**

Sendo as cartas rogatórias, cartas formais na sua essência, estas têm sempre fórmulas de cortesia (ver Tabela 27) e de despedida (ver Tabela 28) que variam consoante a cultura de cada país, pelo que é essencial saber quais os equivalentes funcionais mais adequados. Estes equivalentes variam consoante o género textual, uma vez que cada género tem a sua estrutura fixa.

#### **Caso Prático nº 1**

<b>Original</b>	<b>Tradução para inglês</b>	<b>Tradução para francês</b>
“O Mmº Juiz de Direito [confidencial], do 1º Juízo Criminal -Tribunal Judicial de [confidencial], roga às autoridades competentes de [confidencial] (...)”	“The honourable judge, [confidencial], of the 1st Criminal Section - Judicial Court of [confidencial], requests that the competent [confidencial] (...)”	« M. le juge de première instance [confidencial], de la 1ère chambre criminelle - tribunal judiciaire de [confidencial], demande aux autorités judiciaires compétentes de [confidencial] (...) »

**Tabela 27:** Fórmula de cortesia de uma carta rogatória e respetivas traduções.

Nas cartas rogatórias portuguesas, a fórmula de cortesia utilizada para com o juiz concerne o título *Meritíssimo* (Mm<sup>o</sup>). Comparativamente à língua inglesa e francesa, a primeira tende usar adjetivação nas suas fórmulas, como *The hounorable* ou *He/Her Excellency*, enquanto na segunda os títulos são omissos, resumindo-se apenas a *M. le juge* (Sr. juiz). Não quer isto dizer que um a língua é mais ou menos cortês do que outra. Estas discrepâncias apenas se verificam devido às diferenças culturais entre os países em questão.

### Caso Prático nº 2

Original	Tradução para inglês	Tradução para francês
“Com os meus melhores cumprimentos pela vossa prestimosa e estimável colaboração.”	“We thank you in advance for your cooperation. Kind regards,”	« Je vous prie d’agréer mes sincères salutations et je vous remercie de votre précieuse collaboration. »

**Tabela 28:** Fórmula de despedida de uma carta rogatória e respetivas traduções.

Nas fórmulas de despedida acontece o mesmo que nas fórmulas de cortesia. Isto é, também a fórmula de despedida das cartas rogatórias, que se pode ver na Tabela 28, é fixa e o equivalente adotado na tradução para as línguas inglesa e francesa deve ter em consideração as marcas culturais dos respetivos países. Embora a fórmula de despedida das línguas portuguesa e francesa soem mais cortês, neste género textual a língua inglesa tem tendência a ser mais curtas e diretas do que as outras.

As soluções, quer das fórmulas de cortesia, quer das fórmulas de despedida foram obtidas através da MT “Cartas Rogatórias”, onde constavam traduções previamente efetuadas por tradutores nativos da língua inglesa e francesa. Estas foram posteriormente inseridas no glossário e BDT “Termos Jurídicos”.

#### e) Qualidade do texto de partida

Neste ponto pretende-se demonstrar a falta de rigor na redação de textos jurídicos (ver Figuras 4 a 7). Devido seu ao carácter extremamente formal, este tipo de documentos deveriam ser cuidadosamente redigidos por profissionais de cada área do Direito. Porém, a verdade é que em Portugal, documentos jurídicos, tais como Cartas Rogatórias, são redigidos por funcionários judiciais sem formação que lhes permita executar tal tarefa, quando deveriam ser redigidos por Juristas. Esta falta de rigor pode ser constatada pelos casos práticos abaixo, e que compreendem erros gramaticais, gralhas, acentuação errada, entre outros.

#### Caso prático nº 1: “se esquivasse-se”

No dia 8 de Julho de 2012, pelas 21 horas, quando a menor ofendida se encontrava num convívio de angariação de fundos para a Igreja de , juntamente com os seus pais, o arguido, aproveitando-se da relação de confiança que havia criado quer com a menor ofendida, que costumava tratar por “fofinha”, quer com os seus pais, fez com que a mesma se esquivasse-se por uns momentos do local e ficasse assim fora do alcance da sua mãe.

**Figura 4:** Erro gramatical.

Como primeiro exemplo temos a repetição do clítico – “se” – em posição pré-verbal e pós-verbal. Nesta situação, a construção frásica correta é “fez com se a mesma se esquivasse”, em que o clítico se encontra em posição pré-verbal.

#### Caso prático nº 2: “aquela juntamente com o pai vieram denunciar”

No entanto, depois de confrontada pela sua mãe e por ela confortada, a menor ofendida acabou por fazê-lo, sendo que aquela juntamente com o pai vieram a denunciar os factos às autoridades.

**Figura 5:** Erro de concordância.

Ainda na mesma carta temos um erro de concordância entre sujeito e predicado. Antes de mais, sendo “juntamente com o pai” informação adicional, esta deveria constar entre vírgulas, fazendo-se o acordo entre o pronome demonstrativo feminino



“aquela” e o verbo “vir”. Desta forma, o correto seria “sendo que aquela, juntamente com o pai, veio a denunciar os factos às autoridades”.

### **Caso prático nº 3**

Por acórdão de 10-08-2013, foi a arguida condenada na pena de 2 ANOS E DEZ MESES DE PRISÃO, pelo crime de furto qualificado , p.e p. pelo artº 203º , nº1 e 204º nº2 al. e) , por referência ao artº 202º d) todos do CPenal -

#### **3-O PEDIDO DE COOPERAÇÃO**

*Artº4º e 5º nº2 a, b) da Convenção Relativa ao Auxilio Mutuo em Matéria Penal entre os Menbros da União Europeia de 29/05/2002.*

*Solicita- assim às autoridades judiciárias competentes que se proceda às diligências a seguir indicadas, relativas ao (á) arguida abaixo indicada.*

a)- seja notificado de todo o conteudo do acórdão proferido no âmbito do processo C.Colectivo em referência-cuja cópia se junta para lhe ser entregue no ato da notificação e :

#### **Figura 6: Erros de acentuação e gralha**

O terceiro exemplo mostra erros de acentuação em “PRISÃO” e “COOPERAÇÃO” que deveriam ser acentuados com um til, em “ás” e “á”, cujo acento correto seria o acento grave, uma vez que ambas são contrações da preposição “a” + “a”, estando uma no plural e outra no singular e, por fim, uma gralha em “notificado”.

Nestas situações, este tipo de erros não são transpostos para o texto de chegada, sendo que a passagem para a língua-alvo é feita de forma correta no que concerne a escrita.

## Caso prático nº 4

### CARTA ROGATÓRIA

DIRIGIDA ÀS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS COMPETENTES DE  
Autoridades Judiciárias Competentes de França  
Tribunal de Grand Instance-Rue de Paris-52000-Chaumont  
FRANÇA\*

EM NOME DA JUSTIÇA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS DE  
COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL (LEI N.º 144/99, DE  
31 DE AGOSTO);

O(A) Mm<sup>o(a)</sup> Juiz de Direito, do(a) 1º Juízo  
Criminal - Tribunal Judicial de Viseu, roga às autoridades competentes de Justiça de  
Espanha, que em cumprimento desta e atento os factos que a justificam, se proceda com  
observância das formalidades legais às diligências que a seguir se indicam:

**Figura 7:** Troca do país ao qual a carta rogatória é dirigida.

O último exemplo mostra uma carta rogatória que no cabeçalho se dirige às autoridades francesas e, no corpo da carta, se dirige às autoridades de Espanha, como se pode verificar na Figura 7 acima.

Em casos como o acima indicado, o procedimento mais correto não é corrigir o erro no texto de chegada, mas sim colocar a o advérbio latino “sic” entre parêntesis retos à frende de onde o erro se encontra, para indicar que a tradução está fiel ao texto de partida. Assim sendo, a tradução sugerida para este excerto é a seguinte:

### COMMISSION ROGATOIRE

ADRESSÉE AUX AUTORITÉS JUDICIAIRES COMPÉTENTES DE  
la République française

Tribunal de Grande Instance, Rue de Paris-52000-Chaumont  
FRANCE\*

AU NOM DE LA JUSTICE ET EN VERTU DES DISPOSITIONS LÉGALES DE  
COOPÉRATION JUDICIAIRE INTERNATIONALE EN MATIÈRE PÉNALE (LOI N°  
144/99 DU 31 AOÛT) ;

M. le juge du fond -----, de la 1ère chambre  
criminelle - tribunal judiciaire de Viseu, demande aux autorités judiciaires  
compétentes d'Espagne [SIC], en exécution de cette commission rogatoire et compte  
tenu des faits qui la justifient que, celles-ci accomplissent les démarches suivantes,  
dans le respect des formalités légales :

Apesar dos exemplos fornecidos não comprometerem a compreensão do texto de partida, é possível verificar que mesmo sendo documentos pertencentes a um domínio de especialidade de extremo peso, é notória a falta de rigor por parte dos seus redatores.

## 8. Conclusões

Com o presente relatório é possível concluir-se que, apesar dos esforços do Direito Comparado com vista à harmonização internacional, as diferenças entre os sistemas jurídicos continuam a ser notórias, constituindo um obstáculo à tradução jurídica. Quer isto dizer que cada sistema jurídico tem os seus próprios conceitos, leis, modos de solucionar problemas sociais que se espelham no discurso jurídico a eles vinculados e que diferem de país para país, levando à falta de equivalência. Este fenómeno obriga a que sejam adotadas diferentes estratégias para se chegar à tradução final o mais fielmente possível, de modo a não se deturpar a mensagem do texto original. Apesar de tudo, é importante referir que o conhecimento em Direito Comparado revela-se uma mais-valia para as competências do tradutor jurídico, visto que este tipo de tradução implica uma constante comparação entre sistemas jurídicos.

O estágio numa empresa de tradução permitiu perceber melhor o setor da tradução, tendo-se verificado que a crise económica sentida na Europa leva à procura de serviços de tradução por motivos de emigração, sendo de esperar um aumento do fluxo de trabalho das empresas desta área. Contudo, a concorrência desleal por parte de profissionais de outras áreas como, por exemplo, professores de línguas, bem como a automatização da tradução, vem diminuir a atividade económica das empresas de tradução, uma vez que os clientes não olham à qualidade, mas antes ao baixo custo oferecido.

Ainda relativamente à tradução, teóricos como Daniel Gouadec defendem que tradutores profissionais apenas devem traduzir para a sua língua materna, uma teoria que foi contrariada neste estágio, pois em contexto profissional foi várias vezes solicitada a realização de retroversões, tendo em consideração as línguas estrangeiras de trabalho. Para além disso, os mesmos ditam regras e metodologias de trabalho que apenas são exequíveis em contexto ideal e não em meio profissional. É importante não esquecer a mais-valia da utilização da ferramenta de apoio à tradução (Déjà Vu X) adotada pela ABC, a qual facilitou e acelerou o processo de tradução, principalmente em documentos jurídicos pela sua macroestrutura fixa e fórmulas linguísticas repetidas.

No que diz respeito, à tarefa de revisão não se pode deixar de salientar a sua importância após o processo de tradução, pois é nesta fase que se vão corrigir erros de qualquer natureza, desde linguísticos, gralhas, de pontuação e formatação. Para além da revisão feita pelo próprio tradutor ao seu trabalho, é imprescindível que haja lugar a uma revisão por terceiros, pois um profissional que não tenha entrado em contacto com a tradução consegue encontrar erros mais facilmente. Para além disso, é possível optar ainda por uma revisão técnica, caso esta seja solicitada.

Por sua vez, a sistematização da utilização de memórias de tradução e bases de dados terminológicas, bem como a criação e atualização de glossários com base em traduções previamente efetuadas tornaram o processo de tradução mais fácil e rápido, assegurando igualmente uma coesão terminológica para a empresa.

A realização deste estágio curricular contribuiu positivamente quer para a entidade empregadora, quer para a estagiária. Por outras palavras, todos os objetivos estabelecidos pela Diretora-Geral da empresa foram cumpridos com sucesso, conseguindo-se iniciar, assim, o processo de certificação do Gabinete ABC pela norma EN 15038. Por sua vez, este estágio possibilitou a aquisição de experiência profissional por parte da estagiária, ao dar a conhecer o modo de funcionamento de uma empresa de tradução e de sentir na pele o que é ser uma tradutora profissional. Adicionalmente, este estágio curricular culminou na realização de um estágio profissional ao abrigo da medida Estágio-Emprego pelo IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.

## 9. Referências Bibliográficas

Andrade, Maria Paula Gouveia (2008). *Dicionário Jurídico Português-Francês Francês-Português*. Lisboa: Quid Juris? Sociedade Editora.

Andrade, Maria Paula Gouveia & Saraiva, Álvaro Dias (1996). *Dicionário Jurídico (Francês – Português)*. 2ª Edição. Lisboa: Tempus Editores.

Bocquet, Claude (2008). *La Traduction Juridique*. 1ª Edição. de boeck.

Cao, Deborah (2007). *Translating Law*. Multilingual Matters Ltd.

Gouadec, Daniel (2007). *Translation as a Professional*. John Benjamins Publishing Company.

Houbert, Frederic (2005). *Guide Pratique de la Traduction Juridique – Anglais/Français*. Paris : La Maison du Dictionnaire.

Justo, A. Santos (2012). *Introdução ao Estudo do Direito*. 6ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora.

Mello, Maria Chaves de (2002). *Dicionário Jurídico Português – Inglês Inglês – Português*. 3ª Edição. Lisboa: Dinalivro.

Pelage, Jacques (2007). *La Traduction des Discours Juridiques – Problématique et Méthodes*. Editado pelo Autor.

Prata, Ana (2012). *Dicionário Jurídico Direito 1º V.: Direito civil, processo civil, organização judiciária*. 5ª Edição atualizada e aumentada. Coimbra: Almedina.

Prata, Ana (2012). *Dicionário Jurídico Direito 2º V.: Direito penal, direito processual penal*. 2ª Edição. Coimbra: Almedina.

Rodrigues, Maria da Conceição Carapinha (2005). *Contributos para a análise da linguagem jurídica e da interação verbal na sala de audiências*. Universidade de Coimbra.

Vicente, Dário Moura (2012). *Direito Comparado – Volume I*. 2ª Edição. Coimbra: Almedina.

### ➤ Fontes de consulta em linha

BBC News UK (2013). *Madelaine McCann inquiry timeline*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:< <http://www.bbc.com/news/uk-13386785> > Consult. 07-07-2014

Braudo, Serge. *Dictionnaire du droit prive de serge braudo*. [Em linha]  
Disponível em: WWW:<URL:<<http://www.dictionnaire-juridique.com/>>  
Consult. 15-05-2014

Diário da República Eletrónico. *Decreto-Lei n.º 135/99 de 22 de Abril*. [Em linha].  
Disponível em: WWW:<URL:< <http://dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=d&cap=1-199&doc=19991207%20&v02=&v01=2&v03=1999-01-01&v04=1999-12-31&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=%27Decreto-Lei%27&v12=135%2F99&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar&d=2008-08-18&maxDate=2008-08-18&minDate=1960-01-01>> Consult. 05-07-2014

Diário da República Eletrónico. *Decreto-Lei n.º 329-A/95 de 12 de Dezembro*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:< <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19954220%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=%27Decreto-Lei%27&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>> Consult. 05-07-2014

DGPJ. *Programa Simplegis*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:< <http://www.dgpj.mj.pt/sections/politica-legislativa/anexos/avaliacao-do-impacto/anexos9170/programa-simplegis/>> Consult. 05-07-2014

Eck, Marie-Camille. *MCE AVOCAT*. [Em linha].  
Disponível em: WWW: URL:<<http://mce-avocat.fr/>> Consult. 15-05-2014

Fisher-Martins, Sandra (2011). *Pelo direito a compreender*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:<<https://portuguesclaro.pt/>> Consult. 08-02-2014

Gabinete ABC. *ABC – Tradução, Formação & Eventos*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:<<http://www.gabineteabc.com/>> Consult. 05-07-2014

Infopédia. *Enciclopédia e Dicionários Porto Editora*. Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:<<http://www.infopedia.pt/>> Consult. 30-05-2014

Justice (2013). *The Criminal Procedure Rules Glossary as in force on 7 October 2013*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:< <http://www.justice.gov.uk/courts/procedure-rules/criminal/docs/crim-proc-rules-2013-Glossary.pdf>> Consult. 07-07-2014

Merriam-Webster. Dicionário. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:<<http://www.merriam-webster.com/dictionary/>> Consult. 18-05-2014

Ministère de la Justice. *Procureur*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:<<http://www.justice.gouv.fr/le-ministere-de-la-justice-10017/direction-des-services-judiciaires-10022/procureur-26218.html>> Consult. 4-06-2014

Ministry of Justice. *HM Courts & Tribunals Service – Glossary of terms – Legal*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:<<http://www.justice.gov.uk/courts/glossary-of-terms/glossary-of-terms-legal>> Consult. 06-07-2014

Parlement européen / Commissions. *Procès-verbaux*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:<<http://www.europarl.europa.eu/committees/fr/juri/minutes.html>> Consult. 15-05-2014

Porto Editora. *Conversor Ortográfico*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:<<http://www.portoeditora.pt/acordo-ortografico/conversor-texto/>> Consult. 03-06-2014

République et Canton de Genève. *Étrangers et Confédérés*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:<<http://www.ge.ch/etrangers-confederes/fr/sejour/welcome.asp?rubrique=titres-de-sejour-non-ue-aele>> Consult. 8-05-2014

The Crown Prosecution Service. *Glossary*. [Em linha]. Disponível em: WWW: URL:<[http://www.cps.gov.uk/victims\\_witnesses/glossary.html](http://www.cps.gov.uk/victims_witnesses/glossary.html)> Consult. 01-07-2014

The Crown Prosecution Service. *The decision to charge*. [Em linha]. Disponível em: WWW:<URL:<[http://www.cps.gov.uk/victims\\_witnesses/reporting\\_a\\_crime/decision\\_to\\_charge.html](http://www.cps.gov.uk/victims_witnesses/reporting_a_crime/decision_to_charge.html)> Consult. 07-07-2014



Tiersma, Peter. *The Plain English Movement*. [Em linha]. Disponível em:

WWW:<URL:<<http://www.languageandlaw.org/PLAINENGLISH.HTM>>

Consult. 05-07-2014

Université de Genève. *Bienvenue*. [Em linha]. Disponível em:

WWW:<URL:<<http://www.unige.ch/fapse/logopedie/index.html>> Consult. 03-06-2014



## PLANO DE ESTÁGIO

Estagiária: Ana Cláudia Monteiro

Período de Estágio: de 3 de setembro de 2013 a 2 de janeiro de 2014

dias de estágio: terças, quartas, quintas e sextas de manhã.

1. Apoio ao Controlo de Qualidade / Revisão de Traduções.
2. Gestão terminológica / atualização de glossários para as seguintes tipologias de clientes:
  - Estações de Tratamento;
  - Sementes Agrícolas;
  - Termos Químicos e Farmacêuticos;
  - Climatização;
  - Tribunais / Advogados (Direito Internacional + Direito da Família);
  - Documentos Académicos (criação de tabelas de correspondência de graus académicos).
3. Criação de Memórias de Tradução para as 6 tipologias de clientes acima.

Supervisora do Estágio: Ana Bela Cabral

Viseu, 5 de setembro de 2013

Ana Bela Cabral

## ANEXO II

### Gestão Terminológica

➤ **Glossário de Termos Jurídicos**

Os termos inseridos pela Estagiária estão representados a negrito.

<b>Glossário de Termos Jurídicos</b>				
<b>ENGLISH</b>	<b>ESPAÑOL</b>	<b>PORTUGUÊS</b>	<b>FRANÇAIS</b>	<b>Fonte / Validação</b>
<b>Processed by computer</b>		Processado por computador	Traité par ordinateur	Trad. Contextual
<b>Summary proceeding</b>		Ação sumária	Assignment en référé	Celex Dic. Jurídico  ProZ
<b>Expert witness</b>		Perito	Expert (expert cité comme témoin)	Dic. Jurídico
<b>To grant a loan</b>		Conceder um empréstimo	Accorder un prêt	Trad. Contextual
<b>Ordinary proceeding</b>		Processo ordinário	Procédure ordinaire	Celex Dic. Jurídico
<b>Single-Judge Court</b>		Tribunal singular	Tribunal à juge unique	Celex PROZ
<b>Collective Court</b>		Tribunal coletivo	Formation collégiale	Celex
<b>Foreseen and punishable under</b>		p. e p. = previsto e punido  ps. e ps.- plural	Prévu et puni	Doc. Referência  PROZ
Defendant		<b>Requerido</b>  <b>Réu</b>	Défendeur	Robert  N/ Glossário
		<b>Acórdão do tribunal federal</b>	ATF = Arrêt du tribunal fédéral	Doc. Referência
<b>Arguido</b>		<b>Arguido</b>	<b>Mis(e) en examen</b>	<b>Acervo ABC</b>

<b>Certificate of dissolution</b>		<b>Certificado de dissolução</b>		<b>Doc. Referência</b>
<b>Judicial district</b>		<b>Comarca</b>		<b>Doc. Referência</b>  <b>Dic. Jurídico</b>
<b>Docket No.</b>		<b>Registo Nº</b>		<b>Doc. Referência</b>  <b>Dic. Jurídico</b>
<b>Date of judgement</b>		<b>Data de deliberação</b>		<b>Doc. Referência</b>
<b>This is to certify that</b>		<b>Serve a presente para certificar que</b>		<b>Doc. Referência</b>
<b>In testimony whereof</b>		<b>Por ser verdade</b>		<b>Doc. Referência</b>
<b>I have hereunto set my hand and affixed the seal of said Court</b>		<b>Assino e aponho o carimbo do tribunal acima referido</b>		<b>Doc. Referência</b>
<b>Auxiliary Clerk</b>	<b>Secretario auxiliar</b>	<b>Escrivão Auxiliar</b>	<b>Agent auxiliaire</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Deputy Clerk</b>	<b>Secretario adjunto</b>	<b>Escrivão Adjunto</b>	<b>Agent adjoint</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Clerk</b>	<b>Secretario jurídico</b>	<b>Escrivão de Direito</b>	<b>Agent</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Auxiliary Legal Clerk</b>	<b>Técnico de justicia auxiliar</b>	<b>Técnico de Justiça Auxiliar</b>	<b>Agent de justice auxiliaire</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Deputy Legal</b>	<b>Técnico de</b>	<b>Técnico de</b>	<b>Agent de</b>	<b>e-Justice</b>

<b>Clerk</b>	<b>justicia adjunto</b>	<b>Justiça Adjunto</b>	<b>justice adjoint</b>	
<b>Main Legal Clerk</b>	<b>Técnico de justicia principal</b>	<b>Técnico de Justiça Principal</b>	<b>Agent de justice principal</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Registrar</b>	<b>Registradores</b>	<b>Conservador</b>	<b>Greffier</b>	<b>Eur-lex e-Justice</b>
<b>Registrar in the Land Register</b>	<b>Registradores del Registro de la Propiedad Inmobiliaria</b>	<b>Conservador do Registo Predial</b>	<b>Greffiers du cadastre</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Registrar in the Vehicle Register</b>	<b>Registradores del Registro de Vehículos</b>	<b>Conservador do Registo de Veículos</b>	<b>Greffiers du registre des véhicules</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Registrar in the Commercial Register</b>	<b>Registradores del Registro Mercantil</b>	<b>Conservador do Registo Comercial</b>	<b>Greffiers du registre du commerce</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Civil Register Office</b>	<b>Oficina del Registro Civil</b>	<b>Conservatória do Registo Civil</b>	<b>Bureau de l'état civil</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Land Register Office</b>	<b>Oficina del Registro de la Propiedad Inmobiliaria</b>	<b>Conservatória do Registo Predial</b>	<b>Bureau du cadastre</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Commercial Register Office</b>	<b>Oficina del Registro Mercantil</b>	<b>Conservatória do Registo Comercial</b>	<b>Bureau du registre du commerce</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Council of Notaries</b>		<b>Conselho do Notariado</b>		<b>e-Justice</b>
<b>Prosecutor-General</b>	<b>Fiscal General de la República</b>	<b>Procurador-Geral da República</b>	<b>Procureur général</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Vice-Prosecutor-General</b>	<b>Vicefiscal General de la República</b>	<b>Vice-Procurador-Geral da República</b>	<b>Vice-procureur général</b>	<b>e-Justice</b>

<b>Deputy-Prosecutor-General</b>	<b>Fiscal General Adjunto</b>	<b>Procurador-Geral da Adjunto</b>	<b>Procureur général adjoint</b>	<b>e-Justice</b>
<b>District Prosecutor</b>	<b>Fiscal de la República</b>	<b>Procurador da República</b>	<b>Procureur</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Deputy District Prosecutor</b>	<b>Fiscal Adjunto de la República</b>	<b>Procurador da República Adjunto</b>	<b>Procureur adjoint</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Prosecutor-General's Office</b>	<b>Fiscalía General de la República</b>	<b>Procuradoria-Geral da República</b>	<b>Bureau de procureur général</b>	<b>e-Justice</b>
<b>District Prosecutor-General's Offices</b>	<b>Fiscalías Generales de la República</b>	<b>Procuradorias-Gerais Distritais</b>	<b>Bureaux de district du procureur général</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Central Department of Criminal Investigation and Prosecution</b>	<b>Departamento Central de Investigación y Acción Penal</b>	<b>Departamento Central de Investigação e Ação Penal</b>	<b>Département central d'investigations et de poursuites pénales</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Departments of Criminal Investigation and Prosecution</b>	<b>Departamentos de Investigación y Acción Penal</b>	<b>Departamentos de Investigação e Ação Penal</b>	<b>Départements d'investigations et de poursuites pénales</b>	<b>e-Justice</b>
<b>Civil Action</b>		<b>Ação Cível/Civil</b>		<b>Doc. Referência</b>  <b>Dic. Jurídico</b>
<b>Attorney</b>		<b>Advogado</b>	<b>Avocat</b>	<b>Doc. Referência</b>
		<b>Certidão da sentença de divórcio</b>	<b>Extrait du jugement de divorce</b>	<b>Doc. Referência</b>

		<b>Cônjuges/Nubentes</b>	<b>Époux</b>	<b>Doc. Referência</b>
		<b>Conservador do Registo Civil</b>	<b>Officier de l'état civil</b>	<b>Doc. Referência e-Justice</b>
		<b>Poder paternal</b>	<b>Autorité parentale</b>	<b>Doc. Referência</b>
		<b>Sentença de divórcio</b>	<b>Jugement de divorce</b>	<b>Doc. Referência</b>
		<b>Auto</b>	<b>Procès-verbal</b>	<b>Doc. Referência</b> <b>Dic. Jurídico</b>
		<b>Escrivão</b>	<b>Greffier</b>	<b>Doc. Referência</b> <b>Dic. Jurídico</b>
		<b>Processo de divórcio por mútuo consentimento</b>	<b>Procédure de divorce par consentement mutuel</b>	<b>Doc. Referência</b>
		<b>Escrutário Superior</b>	<b>Commis principal</b> <b>Premier greffier</b>	<b>Doc. Referência</b> <b>EUR-LEX</b>
		<b>Adjunta de Conservador</b>	<b>Officier de l'état civil adjoint</b>	<b>Doc. Referência</b> <b>PROZ</b>
<b>Premarital Agreement</b>		<b>Convenção antenupcial</b>	<b>Accord pré-nuptial</b>	<b>Doc. Referência</b>
		<b>Regime de comunhão de adquiridos</b>	<b>Régime de la communauté réduite aux (biens)</b>	<b>Doc. Referência</b> <b>Dic.</b>



			<b>acquêtes</b>	<b>Jurídico</b>
		<b>Em consequência e tendo presente o disposto nos artigos</b>	<b>En conséquence e en vertu des dispositions des articles</b>	<b>Doc. Referência</b>
		<b>Transitar (em julgado)</b>	<b>Passer en force de chose jugée</b>	<b>Doc. Referência</b> <b>Dic. Jurídico</b>
<b>Marriage Certificate</b>		<b>Assento de casamento</b>	<b>Acte de mariage</b>	<b>Doc. Referência</b> <b>Dic. Jurídico</b>
<b>Birth Certificate</b>		<b>Assento de nascimento</b>	<b>Acte de naissance</b>	<b>Doc. Referência</b>
		<b>Tribunal judicial</b>	<b>Tribunal judiciaire</b>	<b>Doc. Referência</b>
		<b>Juiz de Direito</b>	<b>Juge de première instance</b>	<b>Dic. Jurídico</b>
		<b>Magistrado do Ministério Público</b>	<b>Magistrat du Ministère public</b>	<b>Doc. Referência</b>
		<b>Sentença</b>	<b>Jugement</b>	<b>Dic. Jurídico</b>
		<b>Acórdão</b>	<b>Arrêt</b>	<b>Dic. Jurídico</b>
		<b>Recurso</b>	<b>Appel</b>	<b>Doc. Referência</b>
<b>Ordinary proceedings</b>		<b>Processo comum</b>	<b>Procédure ordinaire</b>	<b>Acervo ABC</b> <b>Dic. Jurídico</b>

<b>Single-Judge Court</b>		<b>Tribunal Singular</b>	<b>Juge unique</b>	<b>Dic. Jurídico</b>
<b>Letter of Request</b>		<b>Carta Rogatória</b>	<b>Commission Rogatoire</b>	<b>Docs. de Referência</b>  <b>Dic. Jurídico</b>
<b>Video conference deposition</b>		<b>Depoimento por videoconferência</b>		<b>Docs. de Referência</b>
<b>To the competent court authorities of</b>		<b>Dirigida às autoridades judiciárias competentes de</b>	<b>Adressée aux autorités judiciaires compétentes de</b>	<b>Acervo ABC</b>
<b>In the name of justice and under the legal provisions for mutual legal assistance in criminal matters</b>		<b>Em nome da justiça e ao abrigo das disposições legais de cooperação judiciária internacional em matéria penal</b>	<b>Au nom de la justice et en vertu des dispositions légales de coopération judiciaire internationale en matière pénale</b>	<b>Acervo ABC</b>
<b>The Honourable Judge</b>		<b>O(A) Mm<sup>o(a)</sup> Juiz</b>	<b>M./Mme le juge</b>	<b>Docs. de Referência</b>
<b>Criminal Section</b>		<b>Juízo Criminal</b>	<b>Chambre criminelle</b>	<b>Docs. de Referência</b>
<b>At the 1st Criminal Section – Judicial Court of Viseu, Ordinary Proceedings (Collective Court) are underway,</b>		<b>Corre termos neste(a) 1º Juízo Criminal – Tribunal Judicial de Viseu, uns autos de Processo Comum (Tribunal</b>	<b>Une procédure ordinaire (formation collégiale) est en cours au Tribunal judiciaire de Viseu – 1ère chambre criminelle,....,</b>	<b>Acervo ABC</b>

<b>recorded under no.</b>		<b>Coletivo), registados sob o n.º</b>	<b>enregistrée sous le n°</b>	
<b>Introduction</b>		<b>Introdução</b>	<b>Introduction</b>	<b>Docs. de Referência</b>
<b>Facts</b>		<b>Enunciado dos factos</b>	<b>Les faits</b>	<b>Docs. de Referência</b>
<b>The Law (Applicable Legal Regulations)</b>		<b>O Direito (Normas Legais Aplicáveis)</b>	<b>Le droit (norme légales applicables)</b>	<b>Acervo ABC</b>
<b>The Request</b>		<b>O Pedido</b>	<b>La demande</b>	<b>Docs. de Referência</b>
<b>Content of notification</b>		<b>Conteúdo da Notificação</b>	<b>Le contenu de la notification</b>	<b>Docs. de Referência</b>
<b>To be notified</b>		<b>A notificar</b>	<b>Doit être notifié</b>	<b>Docs. de Referência</b>
<b>Statement of identity and residence</b>		<b>Termo de Identidade e Residência</b>	<b>Déclaration d'identité et de résidence</b>	<b>IATE</b>
		<b>Autoria material</b>	<b>En qualité d'auteur</b>	<b>Dic. Jurídico</b>
		<b>Concurso real</b>	<b>Concours réel</b>	<b>Dic. Jurídico</b>
		<b>Pedido de auxílio judiciário mútuo complementar no âmbito de ações penais</b>	<b>Demande d'entraide complémentaire dans le cadre de poursuites pénales</b>	<b>Docs. de Referência</b>
<b>Count  Crime</b>		<b>Crime</b>	<b>Délit  Crime</b>	<b>Acervo ABC  Dic. Jurídico</b>

<b>This Letter of Request is crucial to discover and clarify the truth. Thus, it is hereby requested that the Court authorities of</b>		<b>Tornando-se fundamental esta Carta Rogatória para a descoberta da verdade, solicita-se às autoridades judiciárias de Justiça de Inglaterra que:</b>	<b>La présente commission rogatoire étant fondamentale pour établir la vérité des faits, il est demandé aux autorités judiciaires compétentes de</b>	<b>Acervo ABC</b>
<b>European Convention on Mutual Assistance in Criminal Matters between Member States</b>	<b>Convenio relativo a asistencia judicial en materia penal entre los Estados miembros de la Unión Europea</b>	<b>Convenção Relativa ao Auxílio Mutuo em Penal entre os Estados Membros da União Europeia Matéria</b>	<b>convention relative à l'entraide judiciaire en matière pénale entre les États membres de l'Union européenne</b>	<b>Docs. de Referência (DGPJ)</b>  <b>Europa.eu</b>
<b>Resolution of the Assembly of the Republic</b>		<b>Resolução da Assembleia da República</b>		<b>Docs. de Referência</b>
<b>Official gazette</b>		<b>DR (Diário da República)</b>		<b>EUR-LEX</b>
<b>Order</b>		<b>Despacho</b>	<b>Ordonnance</b>	<b>Dic. Jurídico</b>
<b>Decree(-law)</b>		<b>Decreto(-lei)</b>	<b>Décret(-loi)</b>	<b>IATE</b>
<b>Hearing</b>		<b>Audição</b>	<b>Audience</b>	<b>IATE</b>
		<b>Intimação</b>	<b>Note de mise en examen</b>	<b>Acervo ABC</b>
		<b>Crime de insolvência dolosa</b>	<b>Délit d'organisation frauduleuse d'insolvabilité</b>	<b>Dic. Jurídico</b>

		<b>Crime de frustração de créditos</b>	<b>Délit de détournement de créances</b>	<b>Acervo ABC</b>
		<b>Despacho de pronúncia</b>	<b>Ordonnance de renvoi</b>	<b>Dic. Jurídico</b>
		<b>Pedidos civis</b>	<b>Demandes des parties civiles</b> <b>Actions civiles</b>	<b>Dic. Jurídico</b>
<b>Crime of sexual coercion</b>		<b>Crime de coação sexual</b>	<b>Crime de contrainte sexuelle</b>	<b>Dic. Jurídico</b> <b>Docs. de Referência</b>
		<b>Na forma continuada</b>	<b>Sous la forme continue</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Na forma tentada</b>	<b>Sous la forme tentée</b> <b>Manqué</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Meios de prova</b>	<b>Eléments de preuve</b>	<b>EUR-LEX</b>
<b>Fully vested rights</b>		<b>Todos os seus direitos estatutários</b>		<b>Acervo ABC</b>
<b>Judicial Acts</b>		<b>Atos Jurisdicionais</b>		<b>Docs. de Referência</b>
<b>The Examining Judge</b>		<b>Juiz de Instrução</b>		<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Recurso abusivo ou dilatório</b>	<b>Recours abusif ou dilatoire</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Tribunal da Comarca</b>	<b>Tribunal d'instance</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Juiz das</b>	<b>Juge des</b>	<b>Docs. de</b>

		<b>Tutelas</b>	<b>tutelles</b>	<b>Referência</b>
		<b>Fundamentos (sentenças)</b>	<b>Motifs</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Face ao exposto</b>	<b>Par ces motifs</b>	<b>Docs. de Referência</b>
<b>Judge for Criminal Investigation</b>		<b>Juiz de Instrução Criminal</b>	<b>Juge d'instruction</b>	<b>PROZ</b>
<b>Diligence</b>		<b>Diligência</b>	<b>Diligence</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Declaração de opção</b>	<b>Déclaration d'option</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Sociedade civil profissional</b>	<b>Société civile professionnelle</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Cartório notarial</b>	<b>Etude notarial</b>	<b>Acervo ABC</b>
		<b>Ato notarial</b>	<b>Acte authentique</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Disposição de últimas vontades</b>	<b>Dispositions dernières volontés</b>	<b>Acervo ABC</b>
		<b>Relatório de pesquisa</b>	<b>Compte rendu d'interrogation</b>	<b>Acervo ABC</b>
		<b>Cônjuge sobrevivente</b>	<b>Conjoint survivant</b>	<b>7449</b>
		<b>Regime da comunhão de adquiridos</b>	<b>Communauté de biens meubles et acquêts</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Regime da comunhão de adquiridos</b>	<b>Communauté de biens réduite aux acquêts</b>	<b>Docs. de Referência</b>

		<b>Qualidade de herdeiro</b>	<b>Qualités héréditaires</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Doação entre cônjuges</b>	<b>Donation entre époux</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Direitos vitalícios de habitação e de utilização</b>	<b>Droit viagers d'habitation et d'usage</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Documentos hipotecários e cadastrais</b>	<b>Documents hypothécaires cadastraux</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Emolumentos</b>	<b>Frais</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>De que damos fé em dez páginas</b>	<b>Dont acte sur dix pages</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Certidão integral</b>	<b>Copie intégrale</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Pública-forma</b>	<b>Pour copie conforme</b>  <b>Copie authentique</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Averbamento</b>	<b>Mention marginale</b>  <b>émergement (certidões de empresas)</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Registo central de disposições de últimas vontades</b> <b>[Registo central de escrituras de testamentos]</b> <b>(IRN)</b>	<b>Fichier central de dispositions de dernières volontés</b>	<b>Docs. de Referência</b>

		<b>Doação entre vivos</b>	<b>Donation entre vifs</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Instância de separação ou de divórcio</b>	<b>Instance en séparation de corps ou en divorce</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Inquérito preliminar</b>	<b>Enquête préliminaire</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Guarda nacional – posto de</b>	<b>Gendarmerie nationale - compagnie de</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Certificado do registo criminal central</b>	<b>Extrait du casier judiciaire central</b>	<b>Docs. de Referência</b>
<b>Photocopy verification</b>		<b>Conferência de fotocópias</b>	<b>Vérification de Copies</b>	<b>Docs. de Referência</b>
<b>POCAL [Official plan of local authorities]</b>		<b>POCAL</b>		<b>Docs. de Referência</b>
<b>City council</b>		<b>Junta de freguesia</b>	<b>Arrondissement</b>	<b>Acervo ABC</b>
<b>For all due purposes</b>		<b>Para os devidos efeitos</b>	<b>À toutes fins utiles</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Cópula completa</b>	<b>Pénétration complète</b>	<b>Acervo ABC</b>
		<b>Coação</b>	<b>Contrainte</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Audiência de discussão e julgamento</b>	<b>Audience de débat et de jugement</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Alvará de construção</b>	<b>Permis de construire</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Subempreitada</b>	<b>Sous-traitance</b>	<b>Docs. de</b>



				<b>Referência</b>
		<b>Empreitada</b>	<b>Marché</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Para efeito de concurso</b>	<b>Pour valoir en matière d'appel d'offre</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Auto de comparência pessoal</b>	<b>Procès-verbal de comparution personnelle</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Prestação de livre passagem</b>	<b>Prestation de libre passage</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Fundo LPP [Lei federal suíça sobre a previdência profissional]</b>	<b>Fonds LPP</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Certifica que</b>	<b>Donner acte à</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Custas do processo</b>	<b>Dépens de la cause</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Sentença por Contumácia</b>	<b>Jugement contumacial</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Juiz da comarca de</b>	<b>Juge du district de</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Processo civil</b>	<b>Cause civile</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Requerimento de prova pericial</b>	<b>Requête de preuve à futur</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Relatório de peritaje</b>	<b>Rapport d'expertise</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Deliberação de</b>	<b>Décision du (jugements)</b>	<b>Docs. de Referência</b>

		<b>Petição inicial</b>	<b>Mémoire-demande</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Contra</b>	<b>À l'encontre de (jugements)</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Via oficial internacional</b>	<b>Voie officielle internationale</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Sob pena de incorrer em incumprimento</b>	<b>À peine de défaut</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Ofício notificado</b>	<b>Écriture notifié</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Estraneidade</b>	<b>extranéité</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Obrigação em litígio</b>	<b>Obligation litigieuse</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Decisão � revelia</b>	<b>Jugement par défaut</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>RVJ [Revista de jurisprud�ncia de Valais]</b>	<b>RVJ [Revue Valaisanne de Jurisprudence]</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Contrato de venda de bens</b>	<b>Contrat de vente de marchandises</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Contrato de fornecimento de bens</b>	<b>Contrat de livraison d'ouvrage</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Emolumento de justiça</b>	<b>�molument de justice</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Representado(a) por</b>	<b>Comparant par</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Cujo Escrit�rio a mesma eleger como seu domicílio</b>	<b>En l'�tude duquel elle �lit domicile</b>	<b>Docs. de Referência</b>

		<b>legal</b>		
		<b>Subsídio de desemprego</b>	<b>Indemnité chômage</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Abono de família</b>	<b>Allocations familiales</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Oficial de justiça</b>	<b>Huissier de justice</b>	<b>IATE</b>
		<b>Pedido de divórcio distinto do mútuo consentimento</b>	<b>Demande en divorce autre que par consentement mutuel</b>	<b>Acervo ABC</b>
		<b>Juiz de família</b>	<b>Juge aux affaires familiales</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Deliberação</b>	<b>Débats</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Pedido de divórcio</b>	<b>Requête en divorce</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Despacho de não conciliação</b>	<b>Ordonnance de non-conciliation</b>	<b>Docs. de Referência</b>
		<b>Instância</b>	<b>Ressort</b>	<b>Docs. de Referência</b>

## ➤ Gestão das Memórias de Tradução

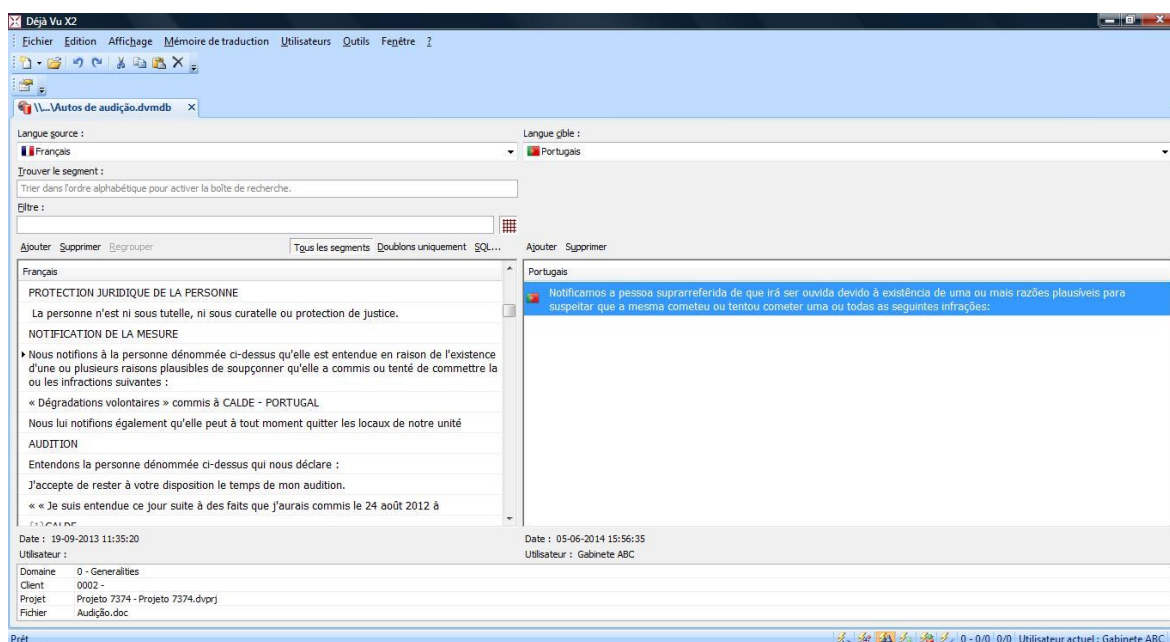


Figura 1: Autos de Audição

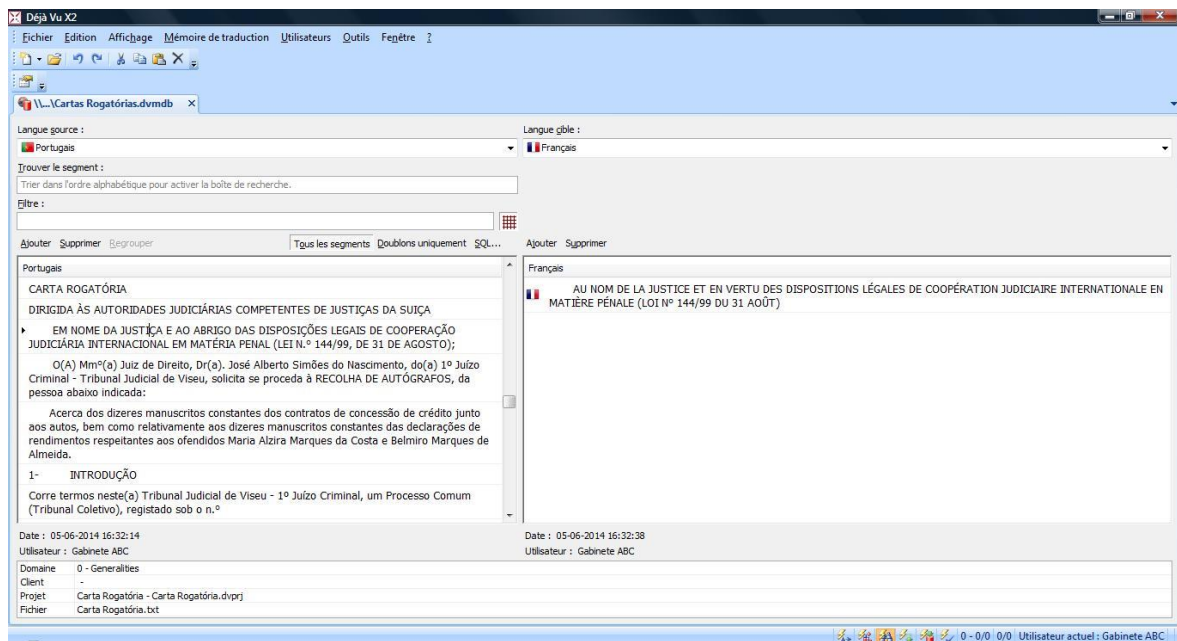


Figura 2: Cartas Rogatórias

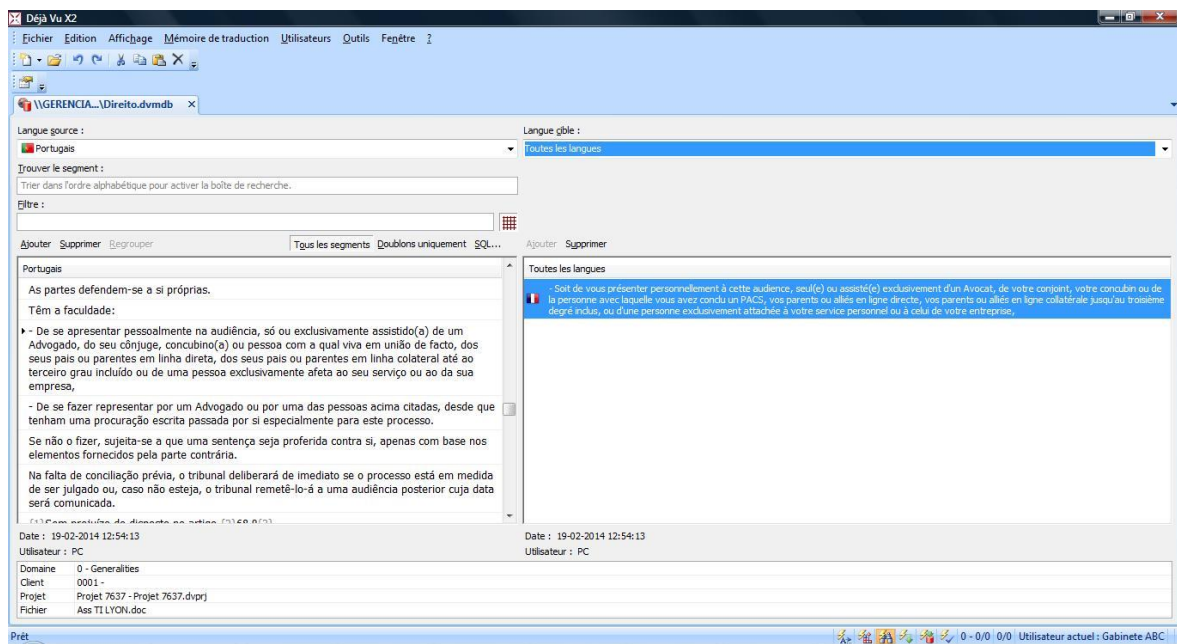


Figura 3: Direito

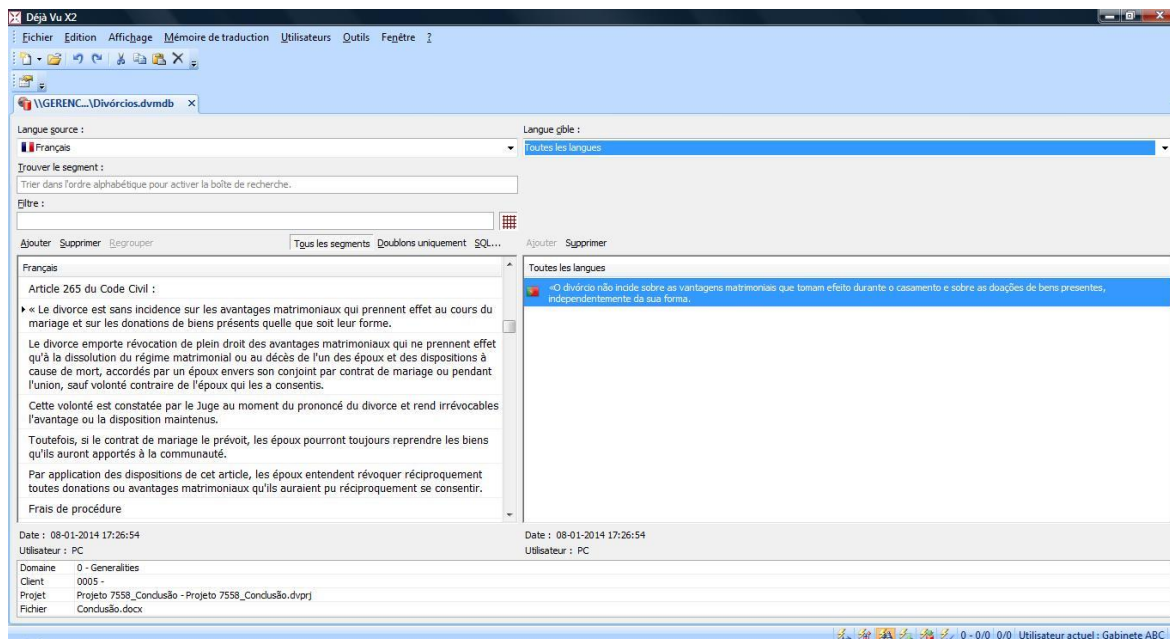


Figura 4: Divórcio

## ➤ Gestão das Bases de Dados Terminológicas

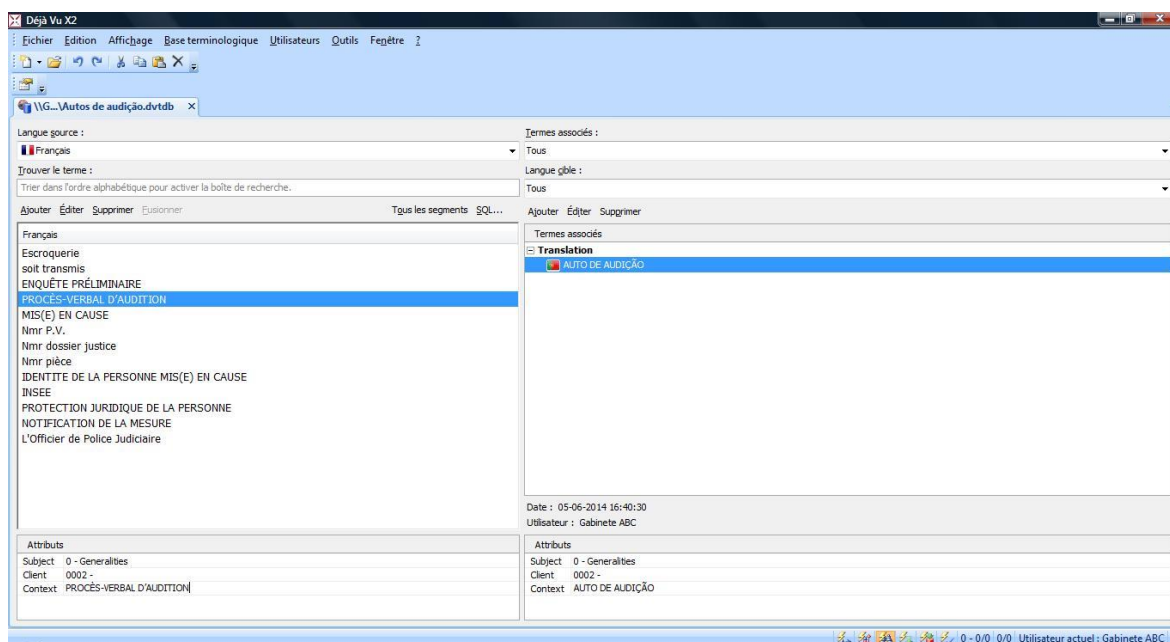


Figura 5: Autos de Audição

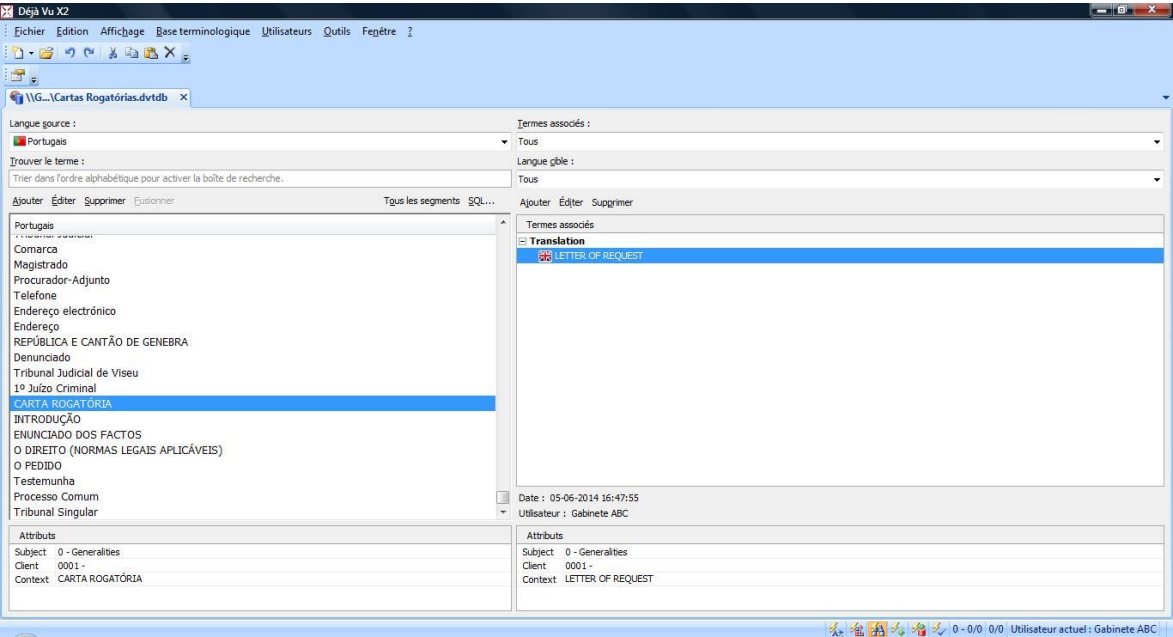


Figura 6: Cartas Rogatórias

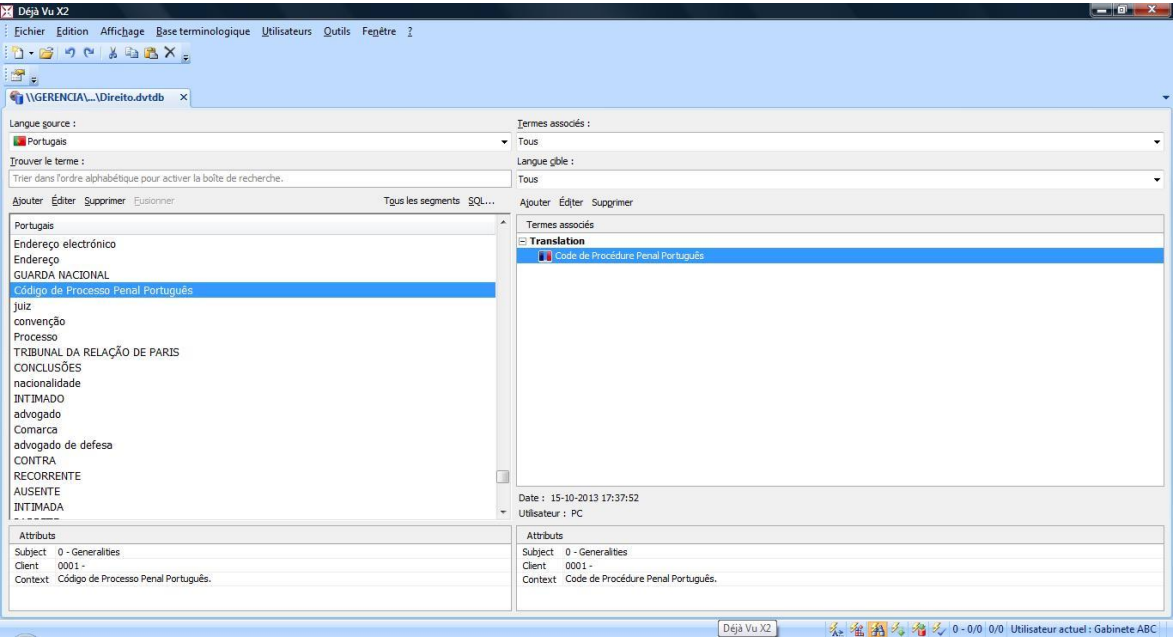


Figura 7: Direito

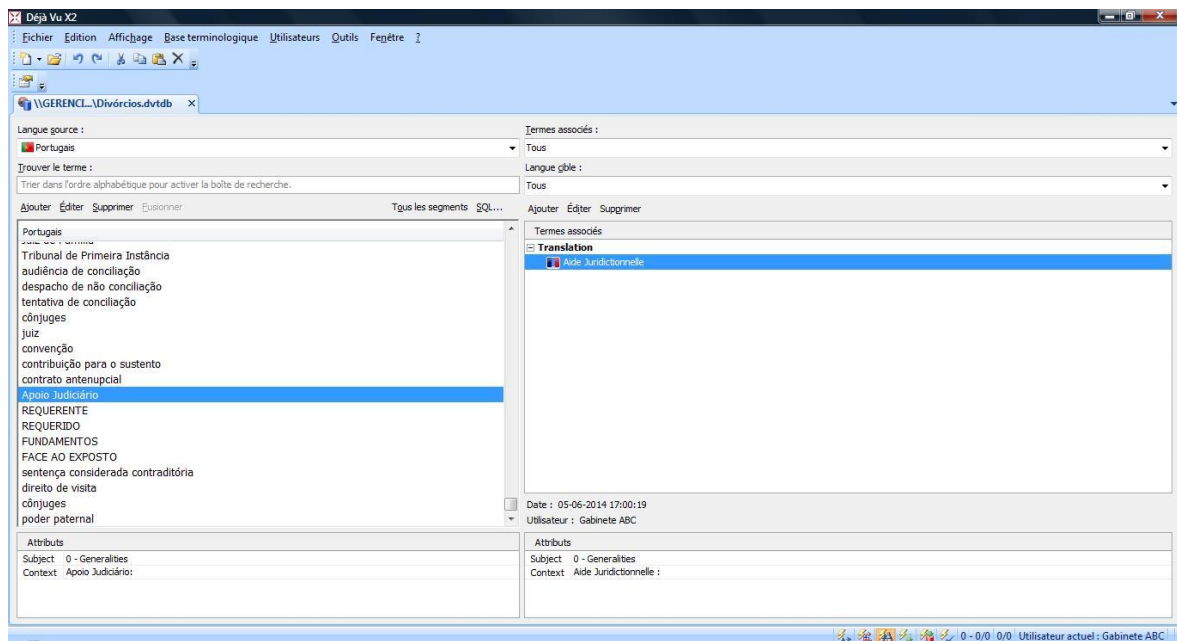


Figura 8: Divórcio

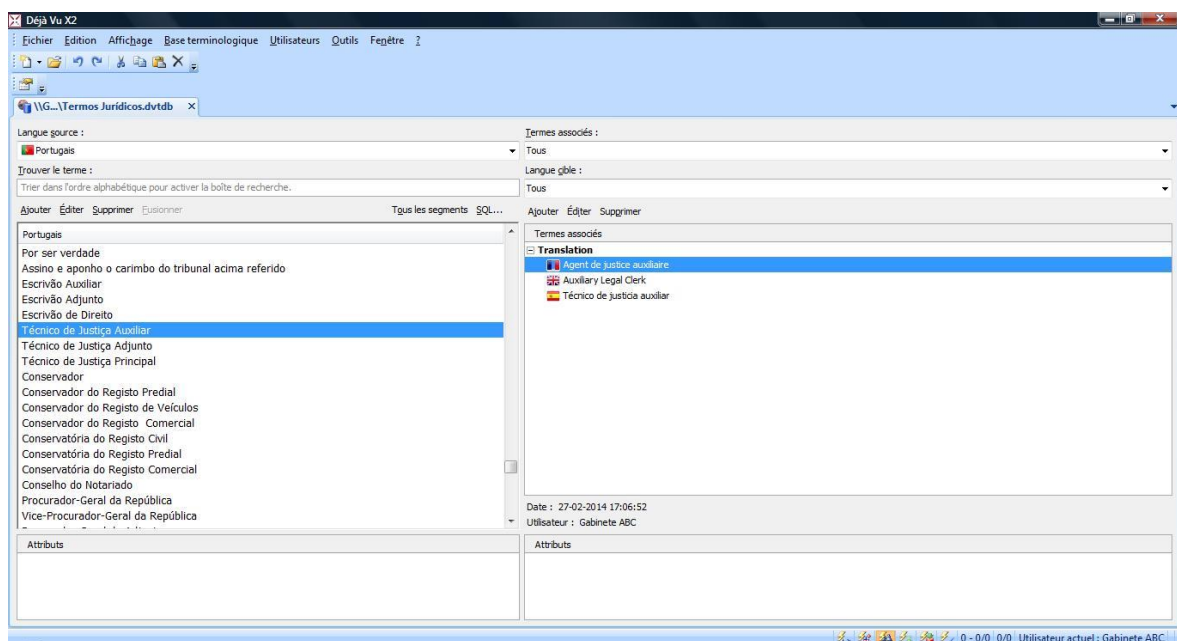


Figura 10: Termos Jurídicos



## ANEXO III

### Traduções

Inglês> Português



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL

STAATSANWALTSCHAFT OSNABRÜCK  
10  
KOLLEGIENWALL 1 49074 -  
OSNABRÜCK  
GERMANY



YOUR REFERENCE: YOUR DATE

OUR REFERENCE: N/ DATA:  
OP n° [confidential] /2013 2013-06-05  
P° [confidential], L°CIMP

**SUBJECT:** Letter of request.

According to article 15 of the European Convention on Mutual Assistance in Criminal Matters, open for signature by the Member-States of the European Council of Europe on April 1959, enclosed please find a letter of request received from the Court of Viseu, in the framework of file nr. [confidential]. We would be grateful for the execution of this request regarding [confidential].

Thank you in advance for your co-operation..

Yours faithfully

ON BEHALF OF THE HEAD OF THE LEGAL ADVISORY STAFF

[confidential]

([confidential])

Attach: 1 (mentioned)

[confidential]



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL

STAATSANWALTSCHAFT OSNABRÜCK  
10  
KOLLEGIENWALL 1 49074 –  
OSNABRÜCK  
ALEMANHA

[Carimbo de entrada datado de 2 de julho de 2013]

V/ REFERÊNCIA:

V/ DATA

N/REFERÊNCIA:

N/ DATA:

OP n.º [confidencial]/2013

2013-06-05

P.º [confidencial], L.º CIMP

**ASSUNTO:** Carta Rogatória.

De acordo com o artigo 15.º da Convenção Europeia de Auxílio em Matéria Penal, aberta para assinatura por parte dos Estados-Membros do Conselho Europeu em abril de 1959, encontrará em anexo uma carta rogatória recebida do Tribunal de Viseu, no âmbito do processo n.º [confidencial]. Agradecemos a execução deste pedido relativo a [confidencial].

Obrigado desde já pela V/ cooperação.

Subscrevo-me com a máxima consideração,

EM NOME DO DIRETOR DA EQUIPA DE ASSESSORIA JURÍDICA

[Assinatura ilegível]

([confidencial])

Anexo: 1 (suprarreferido)

**[confidencial]**



[confidential] RECHTSANWÄLTE  
ATRIUM [confidential] BERLIN

**By telecopy: 00351/232 427091**

Servicos do Ministérop Publico de Viseu  
Seccao de Processos  
Av. da Europa  
P-3514-506 Viseu



UNSER ZEICHEN, UNSERE NACHRICHT  
[confidential]

TELEFON  
[confidential]  
BERLIN

E-MAIL  
[confidential]

DATUM  
17. Juli 2013

**Referência: [confidential]**

Dear Mr [confidential],

Referring to your letter from [confidential]-2013, I inform you that the proceedings in Germany (Public Prosecution Office (Staatsanwaltschaft) [confidential], in Germany, referencenumber: [confidential]), against Mr [confidential] were dropped. The decision is dated 16-03-2012. The reason for termination the proceedings was the minor fault of Mr [confidential] as a finance-agency.

Best regards,

[confidential]  
Dr. [confidential]

**BERLIN**

[confidential]  
Partner \*/Rechtsanwalt

[confidential]  
Rechtsanwältin

[confidential]  
Rechtsanwalt

[confidential]  
Rechtsanwalt

[confidential]  
Rechtsanwalt

**FRANKFURT**

[confidential]  
Partner \*/Rechtsanwalt

[confidential]  
Partner \*/Rechtsanwalt  
Diplom-Verwaltungswirt

[confidential]  
Partner \*/Rechtsanwalt

[confidential]  
Partner \*/Rechtsanwalt

[confidential]  
Partner \*/Rechtsanwalt  
Fachanwalt für Strafrecht

[confidential]  
Partner \*/Rechtsanwalt

[confidential]  
Partner \*/Rechtsanwalt

[confidential]  
Partner \*/Rechtsanwalt

[confidential]  
Partner \*/Rechtsanwalt  
Fachanwalt für Arbeitsrecht

[confidential]  
Rechtsanwalt / Staatsminister a. D.

[confidential]  
Rechtsanwältin / Of Counsel

[confidential]  
Rechtsanwalt

[confidential]  
Rechtsanwalt

[confidential]  
Rechtsanwältin

[confidential]  
Rechtsanwalt

[confidential]  
Rechtsanwalt

[confidential]  
Rechtsanwältin

[confidential]  
Rechtsanwalt

[confidential]  
Rechtsanwältin

[confidential]  
Rechtsanwalt

\*Nicht Partner gemäß PartGG

[confidential]  
IST EINE PARTNERGESELLSCHAFT VON  
RECHTSWÄLTEN MIT SITZ IN FRANKFURT A.M.  
EINGETRAGEN IM PARTNERSCHAFTSREGISTER  
AMTSGERICHT FRANKFURT A.M. REGISTERNR. PR  
[confidential]

FRANKFURT  
[confidential]  
FRANKFURT AM MAIN  
TELEFON [confidential]  
TELEFAX [confidential]

BERLIN  
ATRIUM FRIEDRICHSTRASSE  
FRIEDRICHSTRASSE 60  
10117 BERLIN  
TELEFON + 4930259244-0  
TELEFAX +49 3025 9244-320

BANKVERBUNDLIG  
DEUTSCHE BANK AG  
BLZ [confidential]  
IBAN [confidential]  
BIC - [confidential]

[confidential]  
[confidential]

[confidencial] RECHTSANWÄLTE  
ATRIUM [confidencial] BERLIM

**Por Fax: 00351/232 427091**

Serviços do Ministério Público  
de Viseu Secção de Processos  
Av. da Europa  
P-3514-506 Viseu

[Carimbo datado de 19 JUL. 2013]

[2111217]

[Rubrica]

N/REFERÊNCIA.  
[confidencial]

TELEFONE  
[confidencial]  
BERLIM

E-MAIL  
[confidencial]

DATA  
17 de Julho de 2013

**Referência: [confidencial]**

Caro Sr. [confidencial],

Relativamente à sua carta de [confidencial]-2013, venho pela presente informá-lo que, na Alemanha [Ministério Público (Staatsanwaltschaft) de [confidencial], Alemanha, referência n.º [confidencial]], os processos contra o Sr. [confidencial] foram arquivados. O seu arquivamento baseou-se em erros menores por parte do Sr. [confidencial] na qualidade de entidade financeira.

Melhores cumprimentos,

[Assinatura ilegível]

Dr. [confidencial]

BERLIM

[confidencial]  
Sócio\* / Advogado

[confidencial]  
Advogada

[confidencial]  
Advogado

[confidencial]  
Advogado

[confidencial]  
Advogado

FRANKFURT

[confidencial]  
Sócio / Advogado

[confidencial]  
Sócio / Advogado/  
Diploma-Administração

[confidencial]  
Sócio / Advogado

[confidencial]  
Sócio / Advogado

[confidencial]  
Sócio \* / Advogado/  
Especialista em Direito Penal

[confidencial]  
Sócio / Advogado

[confidencial]  
Sócio / Advogado

[confidencial]  
Sócio / Advogado

[confidencial]  
Sócio / Advogado  
Especialista em Direito do Trabalho

[confidencial]  
Advogado / Ex-Secretário de Estado

[confidencial]  
Advogada/ Consultora Jurídica

[confidencial]  
Advogado

[confidencial]  
Advogado

[confidencial]  
Advogada

[confidencial]  
Advogado

[confidencial]  
Advogado

[confidencial]  
Advogada

[confidencial]  
Advogado

[confidencial]  
Advogada

[confidencial]  
Advogado

\*Nenhum sócio está de acordo com a PartGG

[confidencial]  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS SEDEADA EM  
FRANKFURT A.M. INSCRITA NA CONSERVATÓRIA DO  
REGISTO COMERCIAL NO TRIBUNAL DE COMARCA  
DE FRANKFURT A.M. REGISTO NR.º [confidencial]

FRANKFURT  
[confidencial]  
FRANKFURT AM MAIN  
TELEFONE [confidencial]  
FAX [confidencial]

BERLIM  
[confidencial] BERLIM  
TELEFONE [confidencial]  
FAX [confidencial]

BANKVERBIMDUIIG  
DEUTSCHE BANK AG  
BLZ [confidencial]  
BAN [confidencial]  
BIC-[confidencial]

[confidencial]  
[confidencial]

Francês> Português

<b>GENDARMERIE NATIONALE</b> Compagnie d'ANNECY BTA SEYNOD				<b>ENQUÊTE PRÉLIMINAIRE</b>  <b>PROCÈS-VERBAL D'AUDITION</b>  <b>MISE EN CAUSE</b>		
Code uni é [confidential]	Nmr P.V. [confidential]	Année <b>2013</b>	Nmr dossier justice		Nmr pièce <b>02</b>	N° feuillet <b>1/2</b>

Le jeudi 20 juin 2013 à 11 heures 35 minutes.  
 Nous soussigné Maréchal des logis-chef [confidential], Officier de Police Judiciaire en résidence à SEYNOD  
 CEDEX [confidential]  
 Vu l'(les) article(s) 16 à 19 et 75 à 78 du Code de Procédure Pénale.  
 Nous trouvant au bureau de notre unité à SEYNOD [confidential], rapportons les opérations suivantes

#### IDENTITE DE LA PERSONNE MIS(E) EN CAUSE

Sexe Nom F <b>[confidential]</b>		Prénom <b>[confidential]</b>	
Situation de famille Epouse Marié(e) [confidential]		Validité état-civil Identité confirmée	
Date naissance [confidential]	Commune naissance et Code Postal [confidential]	Pays (Portugal)	INSEE [confidential]
Fille de [confidential] et de [confidential]			
Adresse [confidential] Commune résidence et Code Postal [confidential]		Pays (France)	INSEE [confidential]
N° de téléphone [confidential]	N° de fax [confidential]	Profession Femme de ménage	Nationalité [confidential] Française

#### PROTECTION JURIDIQUE DE LA PERSONNE

La personne n'est ni sous tutelle, ni sous curatelle ou protection de justice.

#### NOTIFICATION DE LA MESURE

Nous notifions à la personne dénommée ci-dessus qu'elle est entendue en raison de l'existence d'une ou plusieurs raisons plausibles de soupçonner qu'elle a commis ou tenté de commettre la ou les infractions suivantes :

« **Dégradations volontaires** » **commis à [confidential]**

Nous lui notifions également qu'elle peut à tout moment quitter les locaux de notre unité \_\_\_\_\_

#### AUDITION

Entendons la personne dénommée ci-dessus qui nous déclare :

J'accepte de rester à votre disposition le temps de mon audition.

« « Je suis entendue ce jour suite à des faits que j'aurais commis le 24 août] 2012 à [confidential]. Je me souviens très bien de cette journée. Je possède un terrain dont l'accès se fait par un chemin qu'on appelle une servitude. La maison de mon voisin est également accessible par ce chemin.....

« « Ce jour là, alors que je venais pour chercher du bois sur mon terrain, j'ai vu que des ouvriers étaient en train de construire un mur pour fermer le chemin. Je pense que le voisin a ordonné ces travaux pour que je ne puisse plus accéder à ma propriété. ....

« « J'ai donc demandé aux ouvriers qui n'y pouvaient rien de partir. Ils arrêté leurs travaux. J'ai alors continué à avancer pour me rendre sur mon terrain, mais un échafaudage est tombé sur moi alors que je marchais. J'ai été blessée par la chute de cet échafaudage et les pompiers m'ont emmené à l'hôpital.

Ensuite je ne sais pas ce qu'il s'est passé.....

« « Je tien à préciser qu'à aucun moment je n'ai eu de binette entre mes mains et que je n'ai rien cassé et que je n'en avais même pas la volonté ni la force. Je sortais d'une opération lourde des intestins et je n'allais pas risquer ma vie. Je reconnais juste que j'ai haussé le ton pour que les ouvriers arrêtent leurs travaux mais rien de plus.....

« « En résumé, je ne reconnais pas les faits qui me sont reprochés à savoir la dégradation du muret.....

« « Concernant mon adresse, je suis domicile au [confidential]. J'ai également une adresse au Portugal à [confidential], rue [confidential]. Il n'y a pas de numéro. J'y suis trois semaine au mois d'août de chaque année. Je reçoit exclusivement mon courrier en France. ....

« « Je n'ai jamais reçu de note de mise en examen. ....



« « Je reconnais avoir reçu ce jour une copie de celle ci. ....

« « Je n'ai rien à ajouter. ....

« « Lecture faite par moi des renseignements d'état civil et de la déclaration ci-dessus, j'y persiste et n'ai rien à changer, à y ajouter ou à y retrancher.

A SEYNOD [confidential], le 20 juin 2013 à 12 heures 15 minutes.

**La personne entendue**

[confidential]

**L'Officier de Police Judiciaire**

[confidential]

<b>GUARDA NACIONAL</b>				<b>INQUÉRITO PRELIMINAR</b>		
Posto de ANNECY BTA SEYNOD				<b>AUTO DE AUDIÇÃO</b>		
				<b>ARGUIDO(A)</b>		
<i>Código da unidade</i> <b>[confidencial]</b>	<i>N.º Auto</i> <b>[confidencial]</b>	<i>Ano</i> <b>2013</b>	<i>Nº processo</i> <i>Justiça</i>		<i>N.º documento</i> <b>02</b>	<i>N.º Folha</i> <b>1/2</b>

Quinta-feira, dia 20 de junho de 2013 às 11 horas e 35 minutos.

Nós, abaixo-assinados, Maréchal des logis-chef [Sargento-Chefe] [confidencial], Agente da Polícia Judiciária com residência em SEYNOD

CEDEX [confidencial]

Considerando o(s) artigo(s) 16.º a 19.º e 75.º a 78.º do Código de Processo Penal [francês].

Encontrando-nos no escritório da nossa unidade em SEYNOD [confidencial], relatamos as seguintes operações:

#### **IDENTIDADE DO(A) ARGUIDO(A)**

<i>Sexo</i> <b>F</b>	<i>Apelido</i> <b>[confidencial]</b>	<i>Nome</i> <b>[confidencial]</b>	
<i>Estado Civil</i> <b>Casado(a)</b>	<i>Nome de solteira</i> <b>[confidencial]</b>	<i>Validade do estado civil</i> <b>Identidade confirmada</b>	
<i>Data nascimento</i> <b>[confidencial]</b>	<i>Naturalidade e Código postal</i> <b>[confidencial]</b>	<i>País</i> <b>(Portugal)</b>	<i>Cód. INSEE</i> <b>[confidencial]</b>
<i>Filha de</i> <b>[confidencial]</b>	<i>e de</i> <b>[confidencial]</b>		
<i>Morada</i> <b>[confidencial]</b>	<i>Domicílio e Código postal</i> <b>[confidencial]</b>	<i>País</i> <b>(França)</b>	<i>Cód. INSEE</i> <b>[confidencial]</b>
<i>N.º de Telefone</i> <b>[confidencial]</b>	<i>Nº de fax:</i>	<i>Profissão</i> <b>Funcionária de limpezas</b>	<i>Nacionalidade</i> <b>Francesa</b>

#### **PROTEÇÃO JURÍDICA DA PESSOA**

A pessoa não se encontra sob tutela, curatela ou proteção judicial.

#### **NOTIFICAÇÃO DA MEDIDA**

Notificamos a pessoa suprarreferida que irá ser ouvida devido à existência de uma ou mais razões plausíveis para suspeitar que a mesma cometeu ou tentou cometer uma ou todas as seguintes infrações:

**«Degradações voluntárias» cometidas em [confidencial]**

Notificamo-la igualmente que pode a qualquer momento deixar as instalações da nossa unidade

#### **AUDIÇÃO**

Ouvimos a pessoa suprarreferida que nos declara: Aceito ficar à vossa disposição durante o tempo da minha audição.

«Sou ouvida hoje, no seguimento dos factos que terei cometido no dia 24 de agosto de 2012 em [confidencial]. Lembro-me muito bem desse dia. Possuo um terreno cujo acesso se faz por um caminho ao qual chamamos de servidão. A casa do meu vizinho é igualmente acessível por esse caminho.....»

«Nesse dia, enquanto ia buscar lenha ao meu terreno, vi que operários estavam a construir um muro para fechar o caminho. Penso que o vizinho mandou fazer estas obras para que eu não pudesse aceder à minha propriedade. ....»

«Pedi aos operários, que não tinham culpa, para se irem embora. Estes pararam com a obra. Então, continuei a avançar para chegar ao meu terreno, quando um andaime caiu em cima de mim enquanto caminhava. Fiquei ferida pela queda desse andaime e os bombeiros levaram-me para o hospital.

Não sei o que se passou nos momentos seguintes. ...»

«Gostaria de deixar claro que em nenhum momento tive uma sachola nas mãos, que não parti nada e que não tinha sequer vontade, nem força. Tinha saído de uma operação complexa aos intestinos e não iria por em risco a minha vida. Apenas reconheço que levantei o tom de voz para que os operários parassem com a obra, nada mais.....»

«Em resumo, não reconheço os factos que me são imputados, ou seja, a degradação do muro .....»

«Relativamente à minha morada, tenho domicílio em [confidencial], em SEYNOD. Tenho igualmente uma morada em Portugal, em [confidencial], rua campo da bola. Não existe número. Todos os anos estou lá três semanas no mês de agosto. Recebo exclusivamente a minha correspondência em França.

«Nunca recebi nenhuma intimação. ....»

«Reconheço ter recebido, hoje, uma cópia desta.....»

«Não tenho mais nada a acrescentar.

«Depois de lidas as informações relativas ao meu estado civil e à declaração acima, persisto nas mesmas e nada tenho a alterar, acrescentar ou eliminar.

Feito em SEYNOD [confidencial], dia 20 de junho de 2013 às 12 horas e 15 minutos.

**A pessoa ouvida**  
[assinatura ilegível]

**O Agente da Polícia Judiciária**  
[assinatura ilegível]



POUVOIR JUDICIAIRE

J U G E M E N T

TRIBUNAL DE  
PREMIÈRE INSTANCE

9ème CHAMBRE

N° [confidential]

DU MERCREDI 21 JUIN 2000

---

ENTRE : Madame [confidential], née [confidential],  
[confidential], Genève, comparant par Me Claude ABERLE,  
avocat, en l'Etude duquel elle élit domicile.

ET : Monsieur [confidential],  
[confidential], Genève, comparant par Me [confidential],  
avocat, en l'Etude duquel il élit domicile.

Cause n° [confidential]

[confidential]

[confidential]



**POUVOIR JUDICIAIRE**

**2 .**

**TRIBUNAL DE PREMIÈRE INSTANCE**

Ce jour, LE TRIBUNAL rend  
le

jugement suivant :

Vu la demande en divorce  
formée par acte déposé au greffe du Tribunal de première  
instance le 8 mars 2000 par **[confidencial]**.

Vu les pièces produites.

Vu le procès-verbal de  
comparution personnelle des parties du **5 avril** 2000 par  
devant le Tribunal.

Vu les lettres de  
confirmation des époux adressées au Tribunal respectivement  
le **9 juin** 2000 par **[confidencial]** et le **5 juin** 2000 par  
**[confidencial]** ainsi que les dernières conclusions des  
parties.

Vu l'acte de mariage.

Attendu qu'il résulte de la  
procédure LES FAITS suivants :

1.

Les époux, **[confidencial]**,  
né le **[confidencial]** 1969 à Viseu (Portugal), de  
nationalité portugaise, et **[confidencial]**, née  
**[confidencial]** le **[confidencial]** 1974 à **[confidencial]**  
(Lugo/ Espagne), de nationalité espagnole, se sont mariés  
le **22 avril** 1994 à Genève.

**[confidencial]**



**POUVOIR JUDICIAIRE**

**3.**

**TRIBUNAL DE PREMIÈRE INSTANCE**

2.

Ils n'ont pas d'enfant issu  
de

leur union.

**3.**

Leur régime matrimonial est  
le

régime légal.

4.

Montserrat **[confidenciel]**

est employée par la société **[confidenciel]** où elle réalise  
un salaire net mensuel de Frs 2'550.--.

5.

**[confidenciel]** travaille en  
qualité de cuisinier à la pizzeria **[confidenciel]** pour un  
salaire mensuel net de Frs 4'500. --.

6.

Ils ont convenu de partager  
leur prestation de libre-sortie de leur fonds LPP par un  
versement de Frs 5'000.-- du fonds de prévoyance de pension  
de Gastrosuisse Aarau sur celui dont bénéficie l'épouse en  
faveur des membres de la FAC chez Lombard Odier & Cie à  
Genève.



## POUVOIR JUDICIAIRE

4.

### TRIBUNAL DE PREMIÈRE INSTANCE

#### EN DROIT

##### I.

Les époux résident dans le canton de Genève au bénéfice d'un permis "C". Le Tribunal de première instance est compétent en application de l'article 59 LDIP.

Le droit suisse est applicable en application de l'article 61 al. 1 LDIP.

##### II.

Après avoir formé une demande unilatérale en divorce, les époux ont formé une requête commune en divorce lors de leur audition par devant le Tribunal le [confidenciel] 2000. Ils ont confirmé leur requête commune en divorce après avoir été entendus, par lettres adressées au Tribunal respectivement les **5 juin** et **9 juin** 2000.

Le divorce doit donc être prononcé en application de l'article 111 CC.

##### III.

Les conditions du divorce convenues par les époux sont adéquates et peuvent être ratifiées par le Tribunal en application de l'article 140 CC.

[confidencial]

RÉPUBLIQUE ET CANTON DE GENÈVE



## **POUVOIR JUDICIAIRE**

### **TRIBUNAL DE PREMIÈRE INSTANCE**

IV.

S'agissant de la prestation  
de libre-passage LPP, le transfert du montant convenu par  
les époux sera ordonné en application de l'article 122 CC.

★

[confidencial]





POUVOIR JUDICIAIRE

6 .

TRIBUNAL DE PREMIÈRE INSTANCE

Par ces motifs,

LE TRIBUNAL,

Statuant sur requête commune,  
contradictoirement et en premier  
ressort :

1.

Dissout par le divorce le  
mariage contracté le **22 avril** 1994 à Genève par les époux :

- Victor **[confidencial]**, né le **[confidencial]** 1969 à Viseu  
(Portugal), de nationalité portugaise, et
- Monserrat **[confidencial]**, née **[confidencial]** le  
**[confidencial]** 1974 à **[confidencial]**  
**[confidencial]**/Espagne), de nationalité espagnole.

2.

Donne acte aux époux de ce  
qu'ils n'ont aucune prétention l'un envers l'autre à titre  
de contribution d'entretien après le divorce.

3.

Liquide le régime  
matrimonial des époux aux conditions suivantes :

- **[confidencial]**  
s'engage à rembourser le crédit personnel N°  
**[confidencial]** auprès de la Banque cantonale de Genève.

[confidencial]



## POUVOIR JUDICIAIRE

### TRIBUNAL DE PREMIÈRE INSTANCE

- La propriété exclusive du bien immobilier situé à **[confidencial]** en Espagne (**[confidencial]**) devient propriété exclusive de **[confidencial]**.

- Le mobilier garnissant l'appartement conjugal est propriété exclusive de **[confidencial]** à l'exclusion d'un vélo d'appartement, d'un service à raclette, de draps et des objets personnels de l'épouse qui deviennent ou qui restent sa propriété exclusive.

- Chaque époux conserve le véhicule dont il a l'usage et dont il devient propriétaire.

- Il est donné acte à **[confidencial]** de ce qu'il s'engage à payer à son épouse la somme de Frs 4'000.-- pour solde de tout compte et de toute prétention dans le cadre de la liquidation du régime matrimonial, au plus tard le jour de l'entrée en force du divorce.

- Donne acte aux époux de ce que moyennant bonne et fidèle exécution des conditions ci-dessus, ils n'auront plus aucune prétention à titre de liquidation de leur régime matrimonial.

Les condamne en tant que de besoin à exécuter les présentes conditions.

[confidencial]



**POUVOIR JUDICIAIRE**

8.

**TRIBUNAL DE PREMIÈRE INSTANCE**

4.

Ordonne à la caisse de prévoyance LPP PVE Prévoyance vieillesse d'entretien Gastrosuisse Aarau de procéder au transfert de la somme de Frs 5'000.- du compte de [confidencial] sur le compte de prévoyance LPP en faveur des membres de la FAC et de leur personnel salarié N° [confidencial] chez [confidencial] au bénéfice de [confidencial].

5.

Compense les dépens de la cause.

6.

Déboute les parties de toutes autres conclusions.

Siégeant : [confidencial],  
juge, et Mme [confidencial], greffière de chambre.

Le présent jugement est  
communiqué aux parties par plis recommandés de la greffière

Le

28 JUIN 2000

[cachet : pour communication  
conforme p. o. [confidencial]]

[confidencial]

Greffier de Chambre

[confidencial]

REPÚBLICA E CANTÃO DE GENEBRA



PODER JUDICIAL

TRIBUNAL DE  
PRIMEIRA INSTÂNCIA

S E N T E N Ç A

9.ª SECÇÃO

Nº [confidencial]

QUARTA-FEIRA, DIA 21 DE JUNHO DE 2000

ENTRE: Senhora [confidencial], nome de solteira [confidencial],  
residente em [confidencial], Genebra, representada pelo  
Dr. [confidencial], advogado, cujo Escritório a mesma  
elegeu como seu domicílio legal.

E : Senhor [confidencial],  
residente em [confidencial], Genebra, representado pelo Dr.  
[confidencial], advogado, cujo Escritório o mesmo elegeu  
como seu domicílio legal

Processo nº [confidencial]

[confidencial]

[confidencial]

# REPÚBLICA E CANTÃO DE GENEBRA



## PODER JUDICIAL

2.

### TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Neste dia, O TRIBUNAL profere a

seguinte sentença:

Considerando o pedido de divórcio apresentado por ato entregue na secretaria do Tribunal de primeira instância, a 8 de março de 2000 por [confidencial].

Considerando os documentos apresentados.

Considerando o auto de comparência pessoal das partes do dia 5 de abril de 2000 perante o Tribunal.

Considerando as cartas de confirmação dos cônjuges endereçadas ao Tribunal a 9 de junho de 2000 por [confidencial] e a 5 de junho de 2000 por [confidencial], respetivamente, bem como as últimas conclusões das partes.

Considerando a certidão de casamento.

Dado que resultam do processo

os seguintes FACTOS:

1.

Os cônjuges, [confidencial], nascido a [confidencial] de 1969 em Viseu (Portugal), de nacionalidade portuguesa, e [confidencial], nome de solteira [confidencial], nascida a [confidencial] de 1974 em [confidencial] ([confidencial], Espanha), de nacionalidade espanhola, contraíram matrimónio no dia 22 de abril de 1994 em Genebra.



**PODER JUDICIAL**

3.

**TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

2.

Da sua união não resultaram  
filhos.

3.

O seu regime de bens é o  
regime da comunhão de adquiridos.

4.

[confidencial] é funcionária na  
empresa [confidencial] onde auferir um salário mensal de 2.550  
francos suíços. –.

5.

[confidencial] trabalha na pizzeria  
[confidencial] na qualidade de cozinheiro e auferir um salário mensal  
líquido de 4.500 francos suíços. –.

6.

Ambos acordaram partilhar a sua  
prestação de livre passagem do seu fundo LPP [Lei federal suíça  
sobre a previdência profissional] através do pagamento de 5.000  
francos suíços – do fundo de previdência de pensão da Gastrosuisse  
Aarau, do qual a esposa beneficia em favor dos membros da FAC na  
empresa [confidencial], em Genebra.



**PODER JUDICIAL**

4.

**TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

DIREITO APLICÁVEL

I.

Os cônjuges residem no cantão de Genebra, beneficiando de um *permis "C"* [autorização de residência permanente]. O Tribunal de primeira instância é competente em aplicação do artigo 59.º da LDIP [Lei federal suíça sobre o direito internacional privado].

O direito suíço é aplicável em aplicação do artigo 61.º al. 1 da LDIP.

II.

Após terem interposto o pedido unilateral de divórcio, os cônjuges interpuseram um pedido de divórcio por mútuo consentimento por altura da sua audição perante o Tribunal, no dia 5 de abril de 2000. Ambos confirmaram o seu pedido de divórcio por mútuo consentimento, depois de serem ouvidos, por cartas endereçadas ao Tribunal nos dias 5 de junho e 9 de junho de 2000, respetivamente.

O divórcio deverá então ser decretado o em aplicação do artigo 111.º do Código Civil suíço.

III.

As condições do divórcio acordadas pelos cônjuges são adequadas e podem ser ratificadas pelo Tribunal em aplicação do artigo 140.º do CC.

REPÚBLICA E CANTÃO DE GENEBRA



**PODER JUDICIAL**

**TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

IV.

Tratando-se da prestação de livre  
passagem LPP, a transferência do montante acordado pelos cônjuges  
será ordenada em aplicação do artigo 122.º do CC.

★



# REPÚBLICA E CANTÃO DE GENEBRA



## PODER JUDICIAL

### TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

6.

Face ao exposto,

O TRIBUNAL,

Deliberando por pedido mútuo, com  
base no princípio do contraditório e  
em primeira instância:

1.

Dissolve, através de divórcio, o  
casamento contraído no dia 22 de abril de 1994 em Genebra entre os  
cônjuges:

- [confidencial], nascido a [confidencial] de 1969 em Viseu  
(Portugal), de nacionalidade portuguesa, e
- [confidencial], nome de solteira [confidencial], nascida a  
[confidencial] de 1974 em [confidencial] ([confidencial],  
Espanha), de nacionalidade espanhola.

2.

Certifica que os cônjuges não têm  
qualquer pretensão, um para com ao outro, a título de contribuição  
para o sustento, após o divórcio.

3.

Liquida o regime de bens dos  
cônjuges nas seguintes condições:

- [confidencial] compromete-se a  
reembolsar o crédito pessoal n.º [confidencial] junto do banco  
"Banque cantonale de Genève".

[confidencial]



**PODER JUDICIAL**

**TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

7.

- A propriedade exclusiva do bem imóvel sito em [confidencial], Espanha ([confidencial]) torna-se propriedade exclusiva de [confidencial].

- O recheio do apartamento conjugal é propriedade exclusiva de [confidencial] com exceção de uma bicicleta de *fitness*, de um serviço de *raclette*, lençóis e outros objetos pessoais da esposa que se tornam ou permanecem propriedade exclusiva da mesma.

- Cada cônjuge conserva o veículo que usa e do qual se torna proprietário.

- Certifica-se que [confidencial] se compromete a pagar à sua esposa a quantia de 4.000 francos suíços – para liquidar todas as contas e pretensões no âmbito da dissolução do regime de bens, o mais tardar no dia da entrada em vigor do divórcio.

- Certifica-se que os cônjuges – mediante boa e fiel execução das condições acima descritas – não terão mais nenhuma pretensão no que diz respeito à dissolução do seu regime de bens.

Condena-os, sempre que necessário, a executar as presentes condições.

# REPÚBLICA E CANTÃO DE GENEBRA



## PODER JUDICIAL

8.

### TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

4.

Ordena que a caixa de previdência  
"LPP PVE Prévoyance vieillesse d'entretien Gastrosuisse  
Aarau" proceda à transferência da quantia de 5.000 francos  
suíços – da conta de [confidencial] para a conta de  
previdência LPP em favor dos membros da FAC e dos seus  
funcionários n.º [confidencial], na empresa [confidencial],  
em benefício de [confidencial].

5.

Cada uma das partes paga as  
suas custas do processo.

6.

Indefere quaisquer outros  
pedidos das partes.

Estavam presentes: Sr.

[confidencial], juiz, e Sr.<sup>a</sup> [confidencial], secretária de  
secção.

A presente sentença foi  
comunicada às partes por meio de correio registado por parte  
da secretária, no dia 28 de junho de 2000.

[Carimbo]  
Comunicação conforme o original  
[confidencial]  
[Assinatura ilegível]

[confidencial]



TRIBUNAL DE SION

CANTON DU VALAIS

RECEVÉ

[confidential]

## JUGEMENT CONTUMACIAL DU 24 JANVIER 2011

### Le juge du district de Sion

M. [confidential], assisté d'[confidential], greffière,

### en la cause civile

**[confidential]**, [confidential] Sion, demandeur, représenté par Maître [confidential], avocat,  
[confidential] Sion,

**et**

**Luis Araujo [confidential]**, [confidential], Lamego (Portugal), défendeur et défaillant.

(entreprise)

[confidential]

[confidential]

## FAITS ET PROCEDURE

1. [confidencial] a acquis, pour lui et sa famille, un appartement à la rue de la Treille 24, à Sion. Comme l'appartement devait être rénové, [confidencial] a pris contact avec l'entreprise [confidencial], à Châteauneuf, en juin 2007. Le 14 juin 2007, l'entreprise lui a fait parvenir plusieurs devis pour la livraison, le montage et la pose d'une cuisine. A réception des devis, [confidencial] s'est adressé à [confidencial], au Portugal, afin que ce dernier prépare la cuisine, la livre et la pose pour un prix inférieur. [confidencial] s'est rendu à l'appartement de [confidencial] pour y prendre toutes les mesures, plans, cotes et documents nécessaires. [confidencial] a encore indiqué à [confidencial] qu'il allait expédier les devis et qu'il était beaucoup moins cher que la concurrence. Sur la base de ces informations, [confidencial] a affirmé à son client que la commande allait pouvoir être réalisée pour un coût moindre que celui proposé par [confidencial]. A la suite de différents échanges en portugais, et sur requête de [confidencial], [confidencial] a versé une avance de 20'000 euros, le 29 juin 2007.

2. Alors que les travaux auraient du être réalisés en juillet 2007, ce n'est qu'en août 2007, et à l'issue d'appels répétés, que [confidencial] a livré la cuisine. De nombreux défauts se sont révélés au moment de la pose. En effet, les cotes du mobilier de la cuisine n'étaient pas respectées. Certains éléments étaient soit trop petits, entraînant la pose d'un listage bien visible, soit trop grands, empêchant ainsi l'ouverture des portes et placards. La plonge et l'évier étaient placés du mauvais côté. Le marbre posé sur le plan de travail ne correspondait pas à la teinte choisie par [confidencial]. Les meubles ne pouvaient pas être correctement installés puisqu'ils ne correspondaient pas aux places des prises électriques au mur. Les appareillages électriques n'ont jamais été raccordés. De plus, ils ne correspondaient pas aux normes locales (courant triphasé et non monophasé). Les électroménagers n'étaient pas de la marque commandée et ne correspondaient même pas aux normes européennes. La cuisine était inutilisable. [confidencial] était contraint de laver la vaisselle à la main, dans le lavabo de la salle de bains. Deux plaques chauffantes indépendantes étaient installées sur le balcon. Le frigo était placé dans le salon.

3. Outre l'aménagement de la cuisine, [confidencial] avait commandé à [confidencial] du mobilier pour les trois chambres, le salon et le corridor. Les meubles livrés pour les chambres des enfants ne correspondaient pas à ceux commandés par [confidencial]. Comme les mesures avaient été mal prises, le mobilier ne pouvait pas entrer en totalité dans l'une des chambres. Les tables de chevet ont dû être placées au pied des lits car l'espace était insuffisant pour les poser en tête de lit. Certaines armoires obstruaient l'entrée dans la chambre, de sorte que l'accès en était empêché. [confidencial] s'est engagé auprès de [confidencial] à refaire toute la cuisine, le mobilier et les portes, conformément aux mesures réelles et aux normes en vigueur, sans frais supplémentaires. Il a toutefois établi un bulletin de livraison de 41'685 euros, pour le travail effectué et les meubles livrés. Comme une avance de 20'000 euros avait déjà été versée et encaissée, [confidencial] a établi deux chèques de 12'185 euros et de 9500 euros. En dépit des requêtes, écrites et orales, de [confidencial], [confidencial] n'a rien entrepris pour remédier aux défauts. Face à l'attitude passive de [confidencial], et estimant que le prix de 41'685 euros était bien trop élevé pour le résultat obtenu, [confidencial] a fait annuler les deux chèques.

4. [confidencial] a dû commander une nouvelle cuisine chez [confidencial], à Conthey. La facture pour l'achat, la livraison et le montage de la cuisine s'est chiffrée à 23'500 fr. A ce montant s'ajoutaient 4498 fr. 25 pour la pose et la fabrication du pian en granité de la cuisine, confiées à l'entreprise [confidencial], à Châlais, et 1440 fr. 75 pour la pose d'une glace sur le mur de la cuisine, par l'entreprise [confidencial]. Comme la nouvelle cuisine était prête à être livrée, une requête de preuve à futur a été déposée le 5 mai 2009 auprès du Tribunal du district de Sion, afin qu'un expert judiciaire détermine l'ampleur des défauts relatifs à la cuisine et au mobilier livrés et posés dans l'appartement de [confidencial] (SIO C2 09 136). Le Tribunal a désigné, en qualité d'expert, [confidencial], responsable technique et chef de vente chez [confidencial], à Saxon. Le rapport d'expertise et les rapports complémentaires ont été établis le 4 août 2009, respectivement les 4 et 9 novembre 2009, puis traduits en portugais et notifiés à [confidencial]. Le rapport d'expertise du 4 août 2009 énonçait les nombreux défauts existant dans la conception et la pose de la cuisine, notamment, le non-respect des dimensions, l'ajout de listages visibles, l'espace insuffisant pour ouvrir certains placards, le bassin de l'évier trop petit, de sorte qu'une assiette ne pouvait y être lavée et le manque de place sous l'évier pour y installer la poubelle. L'expert a également relevé que l'aération du frigo n'était pas conforme, que la découpe du vitrocéram ne

correspondait à aucun standard d'appareils vendus en Suisse ou en Europe, et a conclu que la cuisine réalisée par [confidencial] ne correspondait pas aux réquisits de bonne et fidèle exécution énoncés par les cuisinistes de la branche. A ces erreurs de conception s'ajoutaient le fait que certaines portes étaient décalées et non réglées. L'expert a en outre mentionné que de nombreuses rayures, marques et trous étaient visibles sur les faces, les côtés et à l'intérieur du mobilier. L'expert a conclu que la cuisine était inutilisable et par conséquent non facturable. Il a ajouté que la valeur des travaux pour mettre en conformité la cuisine était si importante qu'il était préférable de recomposer totalement l'aménagement de celle-ci. Dans son rapport complémentaire du 4 novembre 2009, l'expert a relevé que les mesures du mobilier ne correspondaient pas à la dimension des chambres, qu'il était impossible

d'ouvrir complètement les tiroirs sous les lits, et que l'une des armoires n'était pas à niveau. Le coût des travaux de réfection pour les deux chambres a été estimé à 19'500 fr., selon le rapport complémentaire du 9 novembre 2009. Les encadrements des portes étaient également défectueux. Pour chiffrer ces défauts, l'expert a conseillé d'évaluer le prix de remplacement des cadres et faux-cadres de toutes les portes afin de les abaisser, pour diminuer le jeu sous les portes et de les aligner.

5. Par décision du 11 janvier 2010, le Juge de district de Sion a clos la procédure de preuve à futur. Les frais de procédure, par 4300 fr., ont été avancés par [confidencial]. A ce jour, [confidencial] a dépensé, pour mettre en conformité sa cuisine, 29'439 fr., à savoir 23'500 fr. auprès de Fust, 4498 fr. 35 auprès de l'entreprise [confidencial] et 1440 fr. 75 auprès de l'entreprise [confidencial]. Les travaux de réfection pour les chambres, estimés à 19'500 fr. par l'expert judiciaire, ainsi que les travaux pour les portes, n'ont pas encore été entrepris. [confidencial] n'a jamais réparé les dommages.

6. Par mémoire-demande du 28 juin 2010, [confidencial] a ouvert action contre [confidencial], en concluant :

1. La demande de M. [confidencial] à rencontre de M. Luis Araujo [confidencial] est admise.
2. M. [confidencial] est condamnée à verser à M. [confidencial] un montant de 53'239 fr. à titre de dommage.
3. Les frais de la présente procédure sont mis à la charge de M. [confidencial].
4. Une indemnité équitable est octroyée à M. [confidencial] pour ses dépens.

7. Par ordonnance du 29 juin 2010, le Tribunal du district de Sion a invité [confidencial] à fournir sa réponse dans un délai de trente jours courant dès la notification, par voie officielle internationale, effectuée le 19 juillet 2010 (p. 32), à peine de défaut. Par écriture notifiée le 6 septembre 2010, [confidencial] s'est exprimé sans respecter les règles de forme du CPC VS. Le 15 septembre 2010, par voie officielle internationale, effectuée le 26 octobre 2010, le Tribunal lui a imparti un ultime délai de dix jours pour déposer sa réponse, à peine de jugement contumacial. Par écriture notifiée le 1er octobre 2010 (p. 167), [confidencial] s'est à nouveau exprimé sans respecter les règles de forme du CPC VS. La notification au Portugal par voie officielle internationale ne nécessite pas de traduction (p. 151). Les actes de la cause ont été transmis le 4 octobre 2010 au Tribunal cantonal pour examen des conditions du défaut (do. TC C1 10 151). Le 6 décembre 2010, le Tribunal cantonal a requis le dépôt de la notification de l'ordonnance du 15 septembre 2010, laquelle avait été effectuée le 26 octobre 2010. Cette notification a de nouveau été confirmée par le Ministère de la Justice du Portugal le 16 décembre 2010. Le 13 janvier 2011, le Tribunal cantonal a retourné le dossier au Tribunal de district comme objet de ses nouvelles compétences.

### **SUR QUOI LE TRIBUNAL**

8. Le Tribunal de district est désormais compétent, en première instance, pour juger toutes les causes civile pécuniaires. En l'espèce, le demandeur conclut au paiement par le défendeur de 53'239 fr. La valeur litigieuse précitée fonde ainsi la compétence matérielle du Tribunal de district.

9. La cause présente un élément d'extranéité dans la mesure où le défendeur n'a pas de domicile en Suisse. La Suisse et le Portugal sont parties à la Convention de Lugano (CL), laquelle est applicable en l'espèce. Selon l'art. 2 al. 1 CL, les personnes domiciliées sur le territoire d'un Etat contractant sont en principe attirées devant les juridictions de cet Etat. Les dispositions particulières de la Convention sont cependant réservées. Ainsi, l'art. 5 ch. 1 CL prévoit que lorsque la demande est fondée sur une obligation contractuelle, le défendeur peut être recherché, quel que soit son domicile, devant les tribunaux du lieu où cette obligation a été ou doit être exécutée. La notion de «matière contractuelle» de l'art. 5 est une notion autonome qui ne doit pas être interprétée par renvoi au droit interne de l'un ou l'autre des Etats concernés;



l'obligation à retenir n'est ni l'une des obligations nées du contrat, ni l'obligation caractéristique, mais l'obligation qui sert de base à l'action en justice. A contrario, le lieu où l'obligation a été ou doit être exécutée ne se détermine pas de manière autonome; lorsque les parties n'ont pas désigné le lieu d'exécution de l'obligation litigieuse, le lieu où l'obligation a été ou doit être exécutée est déterminé conformément à la loi qui régit l'obligation litigieuse selon sa règle de conflit de lois, et c'est ensuite le lieu d'exécution désigné par cette loi qui fonde la compétence spéciale (arrêt 4C.412005 du 16 juin 2005, consid. 3).

En l'espèce, le lieu d'exécution de l'obligation litigieuse, déterminant pour l'application de l'art. 5 ch. 1 CL, a été désigné par les parties et coïncide avec le lieu de domicile du demandeur. En effet, le contrat liant les deux parties concerne l'aménagement de la cuisine, ainsi que la livraison de mobilier dans l'appartement du demandeur, sis à Sion. Partant, le Tribunal du district de Sion est compétent, *ratione loci*, pour connaître du présent litige.

**10.** Le Tribunal examine d'office si les conditions d'un jugement par défaut sont réalisées (art. 101 al. 5 CPC VS; RVJ 1994 p. 138 consid. 1a). A teneur de l'art. 99 CPC VS, si des actes ou toute autre obligation de procédure ne sont pas exécutés dans le délai imparti, le juge, sauf disposition contraire de la loi, fixe à la partie défaillante un nouveau délai de dix jours avec commination expresse des suites du défaut. Lorsque ce nouveau délai n'est pas observé, le juge compétent au fond rend un jugement contumacial pour autant que la partie non défaillante n'ait pas renoncé par écrit aux suites du défaut (art. 100 CPC VS).

En l'espèce, le défendeur s'est vu valablement notifier les actes de la procédure par voie officielle internationale. Il n'a pas répondu au mémoire-demande dans le premier délai imparti. Il n'a pas non plus donné suite à la deuxième sommation, laquelle est intervenue avec la commination expresse des suites légales du défaut. Quant à la partie non défaillante, elle n'a pas passé expédient sur le défaut encouru. Partant, les conditions pour rendre un jugement contumacial sont réunies.

**11.** A teneur de l'art. 102 al. 1 CPC VS, en cas de jugement par défaut, les faits allégués et les conclusions de la partie non défaillante sont admis, à moins qu'il ne résulte du dossier ou de la situation juridique que la prétention est manifestement irrecevable. N'est pas manifestement irrecevable la demande qui, sur la base des faits allégués et dont l'inexactitude n'est pas établie par des actes du dossier, permet une

construction juridique justifiant que les conclusions prises soient allouées. Le juge ne peut, en effet, être contraint, par des règles de procédure, à couvrir de son autorité une application inexacte du droit matériel (RVJ 1995 p. 164 consid. 1c; 1992 p. 205 consid. 1c et les références).

Dans ces conditions, dans le cadre du jugement contumacial, le Tribunal retient les faits tels qu'énoncés aux considérants 1 à 5 précités.

**12.** Selon l'art. 116 al. 1 LDIP, le contrat est régi par le droit choisi par les parties. Lorsqu'elles n'ont pas choisi le droit applicable à leurs relations obligationnelles, celui-ci doit être recherché à l'aide d'une règle de conflit objective qui a un caractère subsidiaire (KNOEPFER/SCHWEIZER/OTHENIN-GIRARD, Droit international privé suisse, 3e éd., Berne 2005, n° 518). Les art. 117 ss LDIP déterminent, à défaut d'élection de droit, le droit applicable aux relations contractuelles nouées par les parties. Selon l'art. 125 LDIP, les modalités d'exécution ou de vérification sont régies par le droit de l'Etat dans lequel elles sont effectivement prises. Elles ne sont donc pas nécessairement soumises au droit du lieu d'exécution du contrat mais bien à celui de leur propre lieu d'exécution (FF 1983 I 233, n° 282.3). Si l'art. 125 LDIP s'applique en premier lieu aux contrats de vente de marchandises, il vise également d'autres contrats, tels que les emprunts internationaux, les contrats d'entreprise, de transport, de location. Un rattachement particulier pour les modalités d'exécution ou de vérification se justifie, lorsqu'il s'agit de mesures qui sont en lien étroit avec les conditions locales ou encore lorsqu'il ne serait pas acceptable pour les intéressés de devoir procéder selon un autre droit que celui de leur environnement (DUTOIT, Droit international privé suisse, Commentaire de la loi fédérale du 18 décembre 1987, 4e éd., Bâle-Genève-Munich 2005, n° 1 ad art. 125).

En l'espèce, [confidencial] a confié à [confidencial] la réalisation d'une cuisine (préparation, livraison et pose) et la confection de mobiliers pour son appartement sis à la [confidencial] à Sion. La cuisine était inutilisable, les dimensions n'étaient pas respectées et un certain nombre d'éléments n'étaient pas conforme aux normes suisses. Partant, le rattachement doit se faire au lieu des modalités d'exécution et de vérification. Dès le droit suisse est applicable.

**13.** Les parties sont liées par un contrat de livraison d'ouvrage, au sens de l'art. 363 CO. A l'instar du contrat d'entreprise simple, le contrat de livraison d'ouvrage par lequel l'entrepreneur s'oblige en plus à livrer la matière nécessaire à sa fabrication, ou à tout le moins une partie de celle-là, est un contrat d'entreprise au sens des art. 363 ss CO (GUHL/KOLLEFI/SCHNYDER/DRUEY, Das

schweizerische Obligationenrecht, 9e éd., Zurich 2000, p. 523 n° 7 ; GAUCH, Le contrat d'entreprise, Zurich 1999, p. 38 ; BÜHLER, Commentaire zurichois, 1998, ad art. 363 CO n° 139 à 142). Comme la cuisine posée par le défendeur présente des défauts de dimension et de conformité, le demandeur est en droit d'exiger une indemnité. Il convient dès lors de déterminer, selon le droit suisse, et conformément à l'art. 125 LDIP, quelle garantie l'entrepreneur doit fournir et à quelles exigences de fond l'avis relatif aux défauts de la chose doit satisfaire (ATF 101 II 83). Par modalités d'exécution au sens de l'art. 125 LDIP, il faut comprendre tout ce qui a trait à l'exécution, sans toucher à la substance du contrat (BÜCHER/BONOMI, Droit international privé, 2e éd., Bâle-Genève-Munich 2004, n° 1025). En d'autres termes, il s'agit des voies et moyens en vue d'accomplir les actes nécessaires à l'exécution d'une obligation contractuelle (DUTOIT, op. cit., n° 2 ad art. 125). La notion de modalités d'exécution n'englobe pas tout ce que le débiteur doit faire pour répondre à ses obligations contractuelles; elle n'entend soumettre au droit du lieu en cause que les questions qui sont étroitement liées aux relations et institutions locales (FF 1983 I 233, n° 282.3 in fine). Il s'agit par exemple des détails de l'exécution, notamment les mesures, les poids, les modalités de la livraison (DUTOIT, op. cit., n° 2 ad art. 125). En vertu du contrat d'entreprise, l'entrepreneur est tenu de livrer un ouvrage exempt de défauts, soit assorti d'une qualité dont l'entrepreneur avait promis l'existence, ou à laquelle le maître pouvait s'attendre d'après les règles de la bonne foi (BÜHLER, op. cit., ad art. 368 CO n° 25). Lorsque les parties n'ont rien prévues, l'entrepreneur doit livrer un ouvrage présentant les qualités que le maître pouvaient en attendre, pour l'usage qu'il entendait en faire. Pour déterminer si une qualité a été convenue, il y a lieu d'appliquer les principes généraux concernant l'interprétation des contrats, sans se limiter à ce qui a été expressément spécifié entre les parties, pour rechercher ce à quoi l'entrepreneur s'est obligé dans le cas particulier. La qualité légitimement attendue par le maître porte sur la matière utilisée, d'une part, qui ne doit pas être de qualité inférieure à la moyenne (art. 71 al. 2 CO), et, d'autre part, sur les propriétés nécessaires ou usuelles pour l'usage convenu (CHAIX, Commentaire romand, 2003, n° 5 ad art. 368 CO ; GAUCH, op. cit., n° 1352 ss). En principe, l'ouvrage doit répondre aux exigences techniques et à la destination que lui réserve le maître. Lorsque l'utilisation prévue est usuelle, l'ouvrage doit correspondre, au minimum, aux règles de l'art reconnues ou à un standard équivalent. L'entrepreneur ne peut en particulier pas se libérer de sa responsabilité en prouvant qu'il a agi d'une manière conforme aux règles de l'art, si, en l'espèce, celles-ci se révèlent inadéquates au résultat promis (TERCIER, Les contrats spéciaux, 3e éd., Zurich-Bâle-Genève 2003, n° 4078 ss). Les règles de l'art sont considérées comme reconnues lorsque leur exactitude théorique a été attestée par la science, qu'elles sont établies et que, d'après la grande majorité des spécialistes qui les appliquent, elles ont fait leurs preuves dans la pratique (CHAIX, op. cit., n° 4 ad art. 364 CO ; GAUCH, op. cit., n° 846). Dire s'il existe dans un cas particulier une règle professionnelle, un usage ou une règle de l'art et en définir le contenu relève du fait (ATF 133 II 121 consid. 3.1; 113 II 25 consid. 1a). L'existence de telles règles ou usages peut ainsi être établie par tout moyen de preuve, en particulier sur la base d'une expertise (CHAIX, op. cit., n° 4 ad art. 364 CO).

14. Les parties ont convenu que l'entrepreneur réaliserait et poserait une cuisine dans l'appartement de [confidencial]. La cuisine, telle que réalisée pour le demandeur, ne correspond pas aux règles de l'art reconnues ou à un standard équivalent. En effet, l'expert désigné par le Juge de district dans le cadre de la procédure de preuve à futur a fait état d'un grave manquement aux règles de l'art dans la réalisation de la cuisine. Il a exposé que cette dernière ne correspondait pas aux réquisits de bonne et fidèle exécution énoncés par les cuisinistes de la branche et a conclu qu'elle était inutilisable. L'expert judiciaire a tout d'abord relevé que les dimensions des éléments n'avaient pas été respectées et que des listages visibles avaient dû être ajoutés. Il s'agit principalement d'un listage de 10 cm à l'intérieur des éléments à droite du four ainsi que d'un listage de 10 cm à droite des armoires suspendues pour compenser la dimension du plan de travail. A contrario, d'autres listages n'étaient pas assez importants, de sorte que la porte de l'élément poubelle butait sur la poignée du meuble de gauche. Certaines portes étaient décalées et non réglées, et d'autres n'étaient pas stables et mal fixées. D'autres problèmes de dimension apparaissaient, dont notamment la porte au-dessus du frigo qui butait sur le caisson du store. En outre, il manquait de place pour pouvoir placer la poubelle sous l'évier. Les joints silicone du plan de travail n'ont par ailleurs pas été exécutés. L'aération du frigo n'était pas conforme. Un minimum de 200 cm<sup>2</sup>, dans le socle sur le devant de l'appareil, est exigé par les fabricants. Un autre problème de conformité s'est également révélé concernant l'évier. En effet, le bassin était trop petit de sorte qu'il était impossible d'y laver une assiette; l'évier était ainsi inadapté à une cuisine familiale. De plus, la découpe du vitrocéram ne correspondait à aucun standard d'appareils vendus en Suisse. A cela s'ajoutait que l'agencement de la cuisine était posé sans raccordement hydraulique. L'expert judiciaire a relevé qu'il y avait eu un défaut de conception, soit celui de se baser sur un plan 3D pour la fabrication d'un agencement de cuisine, défaut qui n'aurait pas dû survenir si l'entrepreneur avait travaillé selon les règles de l'art. Il a conclu que la cuisine était inutilisable et par conséquent non facturable. Il a ajouté que la valeur des travaux pour remettre en conformité cette cuisine était si importante qu'il était préférable de recomposer totalement l'aménagement de celle-ci. Il a ajouté qu'il était difficile de chiffrer le dommage subi par [confidencial]. Dans ces conditions, l'ouvrage livré par [confidencial] ne répond pas aux exigences techniques et à la destination prévue, dans la mesure où [confidencial] s'est trouvé contraint de laver la vaisselle dans la salle de bains, de devoir installer deux plaques indépendantes sur le balcon et d'entreposer son frigo dans le salon. L'expert judiciaire a mis en évidence les défauts de dimensions et de conformité, ainsi que la violation des règles de l'art reconnues par les cuisinistes de la branche, en Suisse. Face à l'attitude passive de [confidencial], lequel n'a pas refait la cuisine conformément aux mesures réelles et aux normes en vigueur, [confidencial] a été contraint de commander une nouvelle cuisine. Comme l'a souligné l'expert, il

était préférable de recomposer totalement l'aménagement de la cuisine dans la mesure où la valeur des travaux pour remettre en conformité était trop importante. Ainsi, la facture de la nouvelle cuisine se chiffre à 29'439 fr. (23'500 fr. + 4498 fr. 25 + 1440 fr. 75).

Outre les défauts de conformité et de dimensions relatifs à la cuisine, de tels défauts sont également apparus dans le mobilier pour les chambres, lequel ne correspondait pas aux dimensions des pièces. De plus, les cadres des portes n'étaient pas adaptés aux dimensions réelles de l'appartement; il fallait ainsi remplacer les cadres et les faux-cadres de toutes les portes afin de les abaisser, pour diminuer le jeu sous les portes et les aligner. En outre, ces cadres et faux-cadres n'étaient pas récupérables dans la mesure où ils étaient collés à la mousse (cf. rapport complémentaire du 4 novembre 2009). Selon l'expert judiciaire, les travaux de réfection s'élevaient, à cet effet, à 19'500 fr. (cf. rapport complémentaire du 9 novembre 2009). Il résulte de ce qui précède que [confidencial] a fait preuve d'un grave manquement dans les règles de l'art. Les ouvrages livrés ne correspondent pas aux normes suisses et présentent d'importants défauts de conformité. Dans la mesure où [confidencial] a dû remettre en état les ouvrages livrés, son préjudice se chiffre aujourd'hui à 48'939 fr. (29'439 fr. + 19'500 fr.). Il appartient dès lors à [confidencial] de réparer ce dommage.

**15.** Par modalités de vérification, la LDIP entend la vérification de la marchandise ou de l'ouvrage par le créancier, soit la procédure à suivre, les délais dans lesquels elle doit avoir lieu, les personnes qui doivent y participer (BUCHER/BONOMI, op. cit., n° 1025). Ainsi, il faut comprendre les actes et les mesures qui sont nécessaires à la conservation des droits et qui impliquent un examen ou une réclamation. Il en va dès lors des formes de contrôle et de contestation de la marchandise livrée mais non pas de la garantie du vendeur et de ses conditions, ni du contenu de la réclamation pour défaut de la chose ou du point de savoir si la réclamation a été faite à temps (DUTOIT, op. cit., n° 3 ad art. 125). Selon l'art. 367 al. 1 CO, après la livraison de l'ouvrage, le maître doit en vérifier l'état aussitôt qu'il le peut d'après la marche habituelle des affaires. Il doit procéder aux vérifications usuelles, et faire preuve de l'attention que l'on peut exiger d'un connaisseur moyen, compte tenu du type d'ouvrage considéré, afin de s'assurer que l'ouvrage présente les qualités attendues ou promises. Le maître peut y procéder lui-même ou faire appel à des tiers experts. Selon l'art. 367 al. 2 CO, chacune des parties a le droit de demander, à ses frais, que l'ouvrage soit examiné par des experts et qu'il soit dressé acte de leurs constatations. Les frais de cette expertise sont à la charge de la partie qui l'a demandée. S'il obtient gain de cause, le maître peut en obtenir le remboursement, au titre des dommages-intérêts. Selon les procédures cantonales, une partie peut également requérir une expertise à titre de preuve à futur

(art. 159 ss CPC). A la différence du cas précédent, il s'agit d'une mesure liée au procès que le maître entend intenter à l'entrepreneur (TERCIER, op. cit, n° 4124 ss).

En l'espèce, le demandeur a signalé au défendeur l'existence des défauts dès qu'il en a eu connaissance. A cet égard, [confidenciel] a informé [confidenciel] qu'il referait toute la cuisine, conformément aux mesures réelles et aux normes en vigueur, sans frais supplémentaires. Cependant, en dépit des nombreuses requêtes, écrites et orales, de [confidenciel], [confidenciel] n'a rien entrepris pour remédier aux défauts. Partant, [confidenciel] a dû se résoudre à commander une nouvelle cuisine. Dans la mesure où cette dernière était prête, une requête de preuve à futur a été déposée auprès du Tribunal de district, afin qu'un expert judiciaire détermine l'ampleur des défauts dans l'appartement. [confidenciel] a ainsi entrepris les démarches judiciaires nécessaires à la conservation de ses droits, notamment en contestant l'ouvrage livré, comme le lui permet le droit de procédure civile suisse. L'expertise judiciaire mise en œuvre dans le cadre de la procédure de preuve à futur a permis de révéler les nombreux défauts de dimension et de conformité des ouvrages réalisés par [confidenciel]. Elle a principalement mis en évidence que la cuisine, telle que réalisée pour [confidenciel], ne correspondait en rien aux règles de l'art reconnues en Suisse par les cuisinistes de la branche. Dite procédure a été close par décision du 11 janvier 2010 et les frais, par 4300 fr., ont été avancés par [confidenciel]. Ce dernier a dès lors droit au remboursement de ces frais, au titre de dommages-intérêts.

Un total de 53'239 fr. (48'939 fr. + 4'300 fr.) est ainsi dû au demandeur.

**16.** La loi fixant le tarif des frais et dépens devant les autorités judiciaires ou administratives (LTar, 173.8) du 11 février 2009, en vigueur depuis le 1<sup>er</sup> janvier 2011, s'applique aux procédures pendantes lors de son entrée en vigueur, en tenant compte des avances faites sur la base de l'ancien droit (art. 46 al. 2 LTar).

Les frais comprennent les frais judiciaires et les dépens (art. 95 CPC). Ils sont fixés conformément à la LTar. (art. 96 CPC, art. 1 LTar). Les frais sont mis à la charge de la partie succombante (art. 106 al. 1 CPC). Le demandeur obtenant gain de cause, les frais et dépens, y compris ceux de la preuve à futur, sont à la charge du défendeur.

Eu égard à la valeur litigieuse (53'239 fr.), l'émolument de justice devrait être fixé entre 2700 et 8000 francs (art. 16 al. 1 LTar). La procédure ayant toutefois abouti à un jugement contumacial, par suite du défaut du défendeur au stade de la réponse, il y a lieu de réduire

proportionnellement l'émolument de justice (art. 14 al. 1 LTar). Compte tenu de l'ampleur et de la difficulté de la cause, celui-ci est arrêté à 2000 francs (art. 13 al. 1 LTar). Ce montant est prélevé sur les avances effectuées par le demandeur (2000 fr.), à charge pour le défendeur de lui rembourser ce montant.

**17.** Les dépens, arrêtés globalement, comprennent les débours nécessaires, le défraiement d'un représentant professionnel et, lorsque la partie n'a pas de représentant professionnel, une indemnité équitable pour les démarches effectuées, dans le cas où cela se justifie (art. 95 al. 3 CPC). Selon l'art. 32 al. 1 LTar, les honoraires des avocats dans les contestations civiles de nature pécuniaire d'une valeur litigieuse de 50'001 fr. à 60'000 fr. sont fixés entre 6'800 fr. et 9'200 francs. Les dépens sont arrêtés entre le minimum et le maximum prévu par le tarif, d'après la nature et l'importance de la cause, ses difficultés, l'ampleur du travail, le temps utilement consacré par le conseil juridique et la situation financière de la partie (art. 27 al. 1 LTar). Ils sont en règle générale proportionnels à la valeur litigieuse (art. 27 al. 2 LTar). En cas de jugement par défaut, cet honoraire peut être réduit en conséquence (art. 29 al. 3 LTar).

En l'espèce, compte tenu du sort des frais, de la simplicité de la cause, de l'ampleur du travail, du temps utilement consacré à la rédaction du mémoire-demande (15 pages et bordereau de pièces), de la procédure de preuve à futur (C2 09 136) et du fait que la procédure s'achève par un jugement contumacial, les honoraires réduits du conseil de la demanderesse sont arrêtés à 6000 fr., débours compris.

Par ces motifs,

**P R O N O N C E**

1. [confidencial] versera à [confidencial] un montant de 53'239 fr.
2. Les frais, par 2000 fr., sont mis à la charge de [confidencial]. [confidencial] versera 2000 fr. à [confidencial], par Me [confidencial], en remboursement de ses avances.
3. [confidencial] versera 6000 fr. à [confidencial], par Me [confidencial], à titre de dépens.

Sion, le 24 janvier 2011

Le juge  
[confidencial]

Le greffier  
[confidencial]

**Expédié par acte judiciaire du 24 janvier 2011 à:**

- Me [confidencial], avocat à Sion

**Expédié sous pli recommandé et par voie officielle internationale du 24 janvier 2011 à:**

- M. [confidencial], à Lamego (Portugal)

**RELIEF DU JUGEMENT (art. 108 CPC VS)**

La partie défaillante est rendue attentive au fait qu'elle peut demander le relief du présent jugement, dans le délai de dix jours dès la notification, en assignant par exploit (en trois exemplaires) la partie adverse devant le juge qui a instruit la cause, pour régler les frais de procédure, y compris ceux de la séance en relief, et être admise à suivre la cause. En cas de défaut de la partie requérante à l'audience en relief, le jugement devient définitif. Si la demande de relief est admise, la cause est reprise dans l'état où elle se trouvait lorsque la partie défaillante a cessé d'y suivre.

[Cachet : Le greffier soussigné atteste que présent jugement  
est actuellement en vigueur et a acquis force exécutoire.

Sion, le 18-1-13

Le greffier]

[confidencial]

[cachet: Tribunal \* DU DISTRICT DE SION]





TRIBUNAL DE SION

CANTÃO DE VALAIS

[confidencial]

GENÈVE

## SENTENÇA POR CONTUMÁCIA DE 24 DE JANEIRO DE 2011

**O Juiz de comarca de Sion**

Dr. [confidencial], assistido pela escrivã [confidencial]

**no processo civil**

**[confidencial]**, rue [confidencial] Sion, requerente, representado pelo advogado Dr. [confidencial]  
Sion,

**e**

**[confidencial]**, [confidencial] Lamego (Portugal), réu e faltoso.

(empresa)

[confidencial]

[confidencial]

## **FACTOS E PROCEDIMENTO**

1. O Sr. [confidencial] adquiriu, para ele e para a sua família, um apartamento na rua [confidencial], em Sion. Como o apartamento tinha de ser renovado, o Sr. [confidencial] entrou em contacto com a empresa [confidencial], em Châteauneuf, em junho de 2007. No dia 14 de junho de 2007, a empresa informou o Sr. [confidencial] sobre vários orçamentos relativos à entrega, montagem e colocação de uma cozinha. Após receção dos orçamentos, o Sr. [confidencial] contactou o Sr. [confidencial], em Portugal, para que este preparasse, entregasse e colocasse a cozinha por um preço inferior. O Sr. [confidencial] dirigiu-se ao apartamento do Sr. [confidencial] para tirar todas as medidas, planos, dimensões e documentos necessários. O Sr. [confidencial] indicou ainda ao Sr. [confidencial] que ia enviar os orçamentos e que era muito mais barato do que na concorrência. Com base nestas informações, o Sr. [confidencial] afirmou ao seu cliente que a encomenda poderia ser realizada por um custo menos elevado do que o proposto pela empresa [confidencial]. No seguimento de diferentes trocas em português, e a pedido do Sr. [confidencial], o Sr. [confidencial] pagou um adiantamento de 20.000,00 euros no dia 29 de junho de 2007.

2. Embora os trabalhos devessem ter sido efetuados em julho de 2007, o Sr. [confidencial] apenas entregou a cozinha em agosto de 2007 na sequência de vários pedidos. Foram apontados inúmeros defeitos no momento da sua colocação, uma vez que as dimensões da mobília da cozinha não tinham sido respeitadas. Alguns elementos ou eram muito pequenos, obrigando à colocação de emendas bastante visíveis, ou muito grandes, impedindo que as portas e os armários abrissem. A banca e o lava-loiças estavam colocados no sítio errado. O mármore colocado no plano de trabalho não correspondia à cor escolhida pelo Sr. [confidencial]. Os móveis não podiam ser bem instalados, pois não coincidiam com os locais onde se encontravam as tomadas elétricas na parede. Os aparelhos elétricos nunca foram ligados. Para além disso, estes não correspondiam às normas locais (corrente trifásica e não monofásica). Os eletrodomésticos não eram da marca pedida e tão pouco correspondiam às normas europeias. A cozinha estava inutilizável. O Sr. [confidencial] viu-se obrigado a lavar a loiça à mão, no lavatório da casa de banho. Foram instaladas duas placas de fogão independentes no balcão e o frigorífico foi colocado na sala.

3. Para além da renovação da cozinha, o Sr. [confidencial] tinha pedido mobília para os três quartos, sala e corredor ao Sr. [confidencial]. Os móveis entregues para os quartos das crianças não correspondiam aos móveis pedidos pelo Sr. [confidencial]. Como as medidas

tinham sido mal tiradas, a mobília não podia entrar na totalidade num dos quartos. As mesas de cabeceira tiveram de ser colocadas aos pés da cama, porque não havia espaço suficiente para as colocar à cabeceira. Alguns armários obstruíam a entrada no quarto, impedindo o acesso ao mesmo. O Sr. [confidencial] comprometeu-se com o Sr. [confidencial] a refazer toda a cozinha, a mobília e as portas de acordo com as medidas reais e normas em vigor, sem custos adicionais. Contudo, o Sr. [confidencial] emitiu uma nota de entrega de 41.685,00 euros relativa ao trabalho efetuado e aos móveis entregues. Como já tinha sido pago e recebido um adiantamento de 20.000,00 euros, o Sr. [confidencial] emitiu um cheque no valor de 12.185,00 euros e outro no valor de 9.500,00 euros. Apesar dos requerimentos, escritos e orais, do Sr. [confidencial], o Sr. [confidencial] nada fez para corrigir os defeitos. Face à atitude passiva do Sr. [confidencial], e tendo em conta que o preço de 41.685,00 euros era bastante elevado para o resultado obtido, o Sr. [confidencial] anulou os dois cheques.

4. O Sr. [confidencial] teve de mandar fazer uma nova cozinha na empresa [confidencial], em Conthey. A fatura para a compra, entrega e montagem da cozinha elevou-se ao montante de 23.500,00 francos suíços. Este montante é acrescido de 4.498,25 francos referentes à colocação e fabrico da bancada da cozinha em granito, confiados à empresa [confidencial], em Châlais, e de 1.440,00 francos referentes à colocação de um vidro na parede da cozinha, pela empresa [confidencial]. Como a nova cozinha estava prestes a ser entregue, foi entregue um requerimento de prova pericial no dia 5 de maio de 2009, no Tribunal de comarca de Sion, para que um perito determinasse a extensão dos defeitos relativos à cozinha e à mobília entregues e colocadas no apartamento do Sr. [confidencial] (SIO C2 09 136). O Tribunal nomeou, na qualidade de perito, o Sr. [confidencial], técnico responsável e chefe de vendas na empresa [confidencial], em Saxon. O relatório de peritagem foi redigido no dia 4 de agosto de 2009 e os relatórios complementares nos dias 4 e 9 de novembro de 2009, seguidamente traduzidos em português e notificados ao Sr. [confidencial]. O relatório de peritagem de 4 de agosto de 2009 enunciava os inúmeros defeitos existentes na conceção e colocação da cozinha, nomeadamente, o incumprimento das dimensões, o acréscimo de emendas visíveis, o espaço insuficiente para abrir determinados armários, a pia do lava-loiças de tal forma pequena que não era possível lavar lá um prato e a falta de espaço debaixo do lava-loiças para instalar o balde do lixo. O perito realçou igualmente que a ventilação do frigorífico não estava correta, que o corte da vitrocerâmica não correspondia a nenhum modelo de aparelhos vendidos na Suíça ou na Europa, e concluiu que a cozinha realizada pelo Sr. [confidencial] não correspondia aos requisitos de boa e fiel execução enunciados pelos fabricantes de cozinhas do ramo. A estes erros de conceção acresce o facto que algumas portas estavam desfasadas e desajustadas. O

perito mencionou ainda que os numerosos riscos, marcas e buracos eram visíveis nas faces, nos lados e no interior dos móveis. O perito concluiu que a cozinha estava inutilizável e, consequentemente, não faturável, acrescentando que o valor dos trabalhos para reparar a cozinha era tão elevado que era preferível fazer uma nova. No seu relatório complementar de 4 de novembro de 2009, o perito salientou que as medidas da mobília não correspondiam às dimensões dos quartos, que era impossível abrir totalmente as gavetas debaixo das camas e que um dos armários o estava desnivelado. De acordo com o relatório complementar de 9 de novembro de 2009 foi avaliado um custo de 19.500,00 francos relativos aos trabalhos de reparação para os dois quartos. O caixilho das portas estava igualmente defeituoso. Para atribuir um valor a estes defeitos, o perito aconselhou uma avaliação do preço da substituição dos caixilhos e das molduras de todas as portas a fim de as baixar, para que seja possível diminuir a folga debaixo das mesmas e alinhá-las.

5. Por deliberação de 11 de janeiro de 2010, o Juiz de comarca de Sion encerrou o processo de prova pericial. As custas processuais no valor de 4.300,00 francos foram adiantadas pelo Sr. [confidencial]. Até ao momento, o Sr. [confidencial] gastou 29.439,00 francos para a reparação da sua cozinha, nomeadamente, 23.500,00 francos na empresa [confidencial], 4.498,35 francos na empresa [confidencial] e 1.440,75 francos na empresa [confidencial]. Os trabalhos de reparação dos quartos avaliados pelo perito em 19.500,00 francos, bem como das portas, ainda não foram iniciados. O Sr. [confidencial] nunca reparou os danos.

6. Por petição inicial de 28 de junho de 2010, o Sr. [confidencial] intentou uma ação contra o Sr. [confidencial], concluindo-se:

1. O pedido do Sr. Alberto Pereira [confidencial] contra o Sr. [confidencial] [confidencial] é aceite.
2. O Sr. [confidencial] é condenado a pagar ao Sr. [confidencial] o montante de 53.239,00 francos a título de prejuízo.
3. As custas do presente processo serão suportadas pelo Sr. [confidencial].
4. É concedida uma indemnização equitativa ao Sr. [confidencial] pelas suas despesas.

7. Por despacho de 29 de junho de 2010, o Tribunal de comarca de Sion convidou o Sr. [confidencial] a fornecer a sua resposta no prazo de trinta dias a partir da notificação, por via oficial internacional efetuada no dia 19 de julho de 2010 (pág. 32) sob pena de incorrer em incumprimento. Através de ofício notificado a 6 de setembro de 2010, o Sr. [confidencial] expressou-se sem respeitar as normas do Código de Processo Civil (CPC) VS. No dia 15 de setembro de 2010, por via oficial internacional efetuada no dia 26 de outubro de 2010, o Tribunal concedeu-lhe um último prazo de dez dias para entregar a sua resposta, sob pena de sentença

de contumácia. Através de ofício notificado a 1 de outubro de 2010 (pág. 167), o Sr. [confidencial] voltou a expressar-se sem respeitar as normas do CPC VS. Em Portugal, a notificação por via oficial internacional não necessita de tradução (pág. 151). Os atos do processo foram transmitidos no dia 4 de outubro de 2010 ao Tribunal cantonal por análise das condições do incumprimento (do. TC C1 10 151). No dia 6 de dezembro de 2010, o Tribunal cantonal exigiu a entrega da notificação do despacho de 15 de setembro de 2010, o qual foi efetuado a 26 de outubro de 2010. Esta notificação foi novamente confirmada pelo Ministério da Justiça de Portugal a 16 de dezembro de 2010. No dia 13 de janeiro de 2011, o Tribunal cantonal devolveu o processo ao Tribunal de comarca como objeto das suas novas competências.

### **COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL**

8. O Tribunal de comarca é de facto competente para julgar todos os processos civis pecuniários em primeira instância. Neste caso, o requerente procedeu ao pagamento da quantia de 53.239,00 francos pelo requerido. O valor supracitado envolvido no litígio estabelece, assim, a competência material do Tribunal de comarca.

9. O processo apresenta um elemento de estraneidade, uma vez que o requerido não tem domicílio na Suíça. A Suíça e Portugal fazem parte da Convenção de Lugano (CL), a qual se aplica neste caso. De acordo com o artigo 2º, al. 1 da CL, as pessoas com domicílio em território de um Estado contratante são em princípio demandadas perante as jurisdições desse Estado. As disposições particulares desta Convenção estão, porém, reservadas. Desta forma, o artigo 5º cap. 1 da CL prevê que quando o pedido é estabelecido sobre uma obrigação contratual, o requerido pode ser procurado, onde quer que se encontre o seu domicílio, perante os tribunais do local onde esta obrigação foi ou deverá ser executada. A noção de "matéria contratual" do artigo 5º é uma noção autónoma que não deverá ser interpretada através de remissões ao direito interno de qualquer um dos Estados envolvidos; a obrigação a reter não é nem uma obrigação nascida do contrato, nem uma obrigação característica, mas sim uma obrigação que serve de base à ação judicial. Contrariamente, o local onde a obrigação deverá ser executada não é determinado de forma autónoma; sempre que as partes não designem o local da execução da obrigação em litígio, o local onde a obrigação será ou deverá ser executada é determinado em conformidade com a lei que rege a obrigação em litígio segundo a sua regra de conflito de leis, e é o local de execução designado para esta lei que estabelece a competência especial (acórdão 4C.412005 de 16 de junho de 2005, consid. 3).

Neste caso, o local de execução da obrigação em litígio determinante para aplicação do artigo 5º cap. 1 da CL, foi designado pelas partes e coincide com o local do domicílio do requerente. Com efeito, o contrato que liga as duas partes diz respeito à transformação da cozinha, assim como à entrega da mobília no apartamento do requerente sito em Sion. Por conseguinte, o Tribunal de comarca de Sion é competente, *ratione loci*, para conhecer do presente litígio.

**10.** O Tribunal examina oficiosamente se estão reunidas as condições de uma decisão à revelia (art. 101º al. 5º CPC VS; RVJ [Revista de jurisprudência de Valais] 1994 pág. 138º consid. 1a). De acordo com o artigo 99º do CPC VS, caso os atos ou qualquer outra obrigação de processo não sejam executados no prazo estabelecido, o juiz, salvo disposição da lei em contrário, concede um novo prazo de dez dias à parte faltosa com cominação expressa na sequência do incumprimento. Sempre que este novo prazo não seja cumprido, o juiz da jurisdição competente profere uma sentença de contumácia desde que a parte faltosa não tenha renunciado por escrito na sequência do incumprimento (art. 100º do CPC VS).

Neste caso, o requerido foi legitimamente notificado dos atos do processo por via oficial internacional, não tendo respondido à petição inicial no primeiro prazo fixado. Nem deu tão pouco seguimento à segunda intimação com a cominação expressa das sequências legais do incumprimento. Quanto à parte não faltosa, esta não aceitou as alegações da outra parte relativas ao incumprimento incorrido. Por conseguinte, estão reunidas as condições para proferir uma sentença de contumácia.

**11.** De acordo com o art. 102º al. 1 do CPC VS, em caso de decisão à revelia, são aceites os factos alegados e as conclusões da parte não faltosa, salvo se não resultar do processo ou da situação jurídica que a pretensão é manifestamente inaceitável. Não é manifestamente inaceitável o pedido que, com base nos factos alegados e cuja inexatidão não está estabelecida por atos do processo, permite uma construção jurídica justificante de que as conclusões adotadas sejam concedidas. O juiz não pode, com efeito, ser obrigado, por normas de processo, a abranger com a sua autoridade uma aplicação falsa do direito material (RVJ 1995 pág. 164 consid. 1c; 1992 pág. 205 consid. 1c e referências).

Nestas condições, no âmbito da sentença de contumácia, o Tribunal detém os factos tais como enunciados nos considerandos de 1 a 5 supracitados.

**12.** De acordo com o art. 116º al. 1 da LDIP [lei federal suíça sobre o direito internacional privado], o contrato é regido pelo direito escolhido pelas partes. Sempre que estas não escolham o direito aplicável às suas relações obrigacionais, este deve ser investigado com a ajuda de uma norma de conflito objetiva que tenha um carácter subsidiário (KNOEPFER/SCHWEÏZER/OTHENIN-GIRARD, *Droit international privé suisse*, 3ª ed., Berne 2005, nº 518). Os art. 117º e seguintes da LDIP determinam, na falta de eleição do direito, o direito aplicável às relações contratuais realizadas pelas partes. Segundo o art. 125º da LDIP, as modalidades de execução ou de verificação são regidas pelo direito do Estado no qual elas são efetivamente adotadas. Estas modalidades não são, porém, necessariamente submetidas ao direito do local de execução do contrato, mas sim ao direito do seu próprio local de execução (FF 1983 I 233, nº 282.3). Embora o art. 125º da LDIP se aplique em primeiro lugar aos contratos de venda de bens, este visa igualmente outros contratos, tais como os empréstimos internacionais, os contratos de empresa, de transporte e de arrendamento. Uma conexão particular para as modalidades de execução ou de verificação justifica-se, quando se trata de medidas que estão em estreita ligação com as condições locais ou ainda quando não sejam aceitáveis para o interesse de dever proceder de acordo com um outro direito que não seja o do seu ambiente (DUTOIT, *Droit international privé suisse, Commentaire de la loi fédérale du 18 décembre 1987*, 4ª ed., Basileia-Genebra-Munique 2005, nº 1 ad art. 125º)

Neste caso, o Sr. [confidencial] confiou ao Sr. [confidencial] a realização de uma cozinha (preparação, entrega e colocação) e a confeção de mobília para o seu apartamento sito na rua [confidencial], em Sion. A cozinha estava inutilizável, as dimensões não tinham sido respeitadas e um determinado número de elementos não estavam em conformidade com as normas suíças. Por conseguinte, a conexão deve ser feita no local das modalidades de execução e de verificação, desde que o direito suíço seja aplicável.

**13.** As partes estão ligadas por um contrato de fornecimento de bens, na aceção do art. 363º Código do Trabalho (CT). À semelhança do contrato de empresa simples, o contrato de fornecimento de bens através do qual o empreiteiro se obriga a entregar a matéria necessária à sua fabricação ou no mínimo uma parte da mesma, é um contrato de empresa na aceção do art. 363º e seguintes do CT (GUHL/KOLLEFÍ/SCHNYDER/DRUEY, *Das schweizerische Obligationrecht*, 9ª ed., Zurique 2000, pág. 523 nº 7 ; GAUCH, *Le contrat d'entreprise*, Zurique 1999, pág. 38 ; BÜHLER, *Commentaire zurichois*, 1998, ad art. 363º do CT nº 139 a 142). Como a cozinha colocada pelo requerido apresenta defeitos a nível de dimensões e de conformidade, o requerente encontra-se no direito de exigir uma indemnização. Desta forma, é conveniente

determinar, de acordo com o direito suíço e em conformidade com o art. 125º da LDIP, qual a garantia que o empreiteiro deverá fornecer e quais os requisitos materiais que o parecer relativo aos defeitos da coisa deverá satisfazer (ATF [Acórdão do Tribunal Federal suíço] 101 II 83). Pelas modalidades de execução na aceção do art. 125º da LDIP é necessário compreender tudo o que diz respeito à execução, sem tocar na substância do contrato (BUCHER/BONOMI, *Droit international privé*, 2ª ed., Basileia-Genebra-Munique 2004, n° 1025). Noutros termos, trata-se de vias e meios com vista a realizar os atos necessários à execução de uma obrigação contratual (DUTOIT, op. cit., n° 2 ad art. 125º). A noção de modalidades de execução não engloba tudo o que devedor deverá fazer para responder às suas obrigações contratuais; ela apenas pretende submeter ao direito do local em causa as questões que estão estreitamente ligadas às relações e instituições locais (FF 1983 I 233º, n° 282º al. 3 in fine). Trata-se por exemplo de detalhes de execução, nomeadamente as medidas, pesos e modalidades da entrega (DUTOIT, op. cit., n° 2 ad art. 125º). Ao abrigo do contrato de empresa, o empreiteiro é obrigado a entregar uma obra isenta de defeitos, seja porque o empreiteiro prometeu qualidade, ou a qual o dono da obra podia esperar de acordo com as normas de boa fé (BULHER, op. cit., ad art. 368º do CT n° 25). Sempre que as partes nada tiverem previsto, o empreiteiro deverá entregar uma obra, apresentando as qualidades que o dono da obra podia esperar para o uso que lhe pretendia dar. Para determinar se a qualidade foi acordada, deverão ser aplicados os princípios gerais relativos à interpretação de contratos, sem se limitar ao que foi expressamente especificado entre as partes, para encontrar aquilo a que o empreiteiro está obrigado no caso particular. A qualidade legitimamente esperada pelo dono da obra recai, por um lado, sobre a matéria utilizada que não deve ter qualidade inferior à média (art. 71º al. 2 do CT), e, por outro lado, sobre as propriedades necessárias ou habituais para o uso acordado (CHAIX, *Commentaire romand*, 2003, n° 5 ad art. 368º do CT ; GAUCH, op. cit., n° 1352 e seguintes). Em princípio, a obra deve corresponder às exigências técnicas, bem como ao destino que o dono da obra lhe reserva. Sempre que a utilização prevista é habitual, a obra deve corresponder, no mínimo, às normas de arte reconhecidas ou a um modelo equivalente. O empreiteiro não pode em particular libertar-se da sua responsabilidade, provando que agiu de acordo com as normas de arte, se, neste caso, estas se mostrem inadequadas aos resultados prometidos (TERCIER, *Les contrats spéciaux*, 3ª ed., Zurique-Basileia-Genebra 2003, n° 4078 e seguintes). As normas de arte são consideradas como reconhecidas sempre que a sua exatidão teórica tenha sido confirmada pela ciência, que estejam estabelecidas e que, de acordo com a grande maioria dos especialistas que as aplicam, tenham sido demonstradas num contexto prático (CHAIX, op. cit., n° 4 ad art. 364º do CT ; GAUCH, op. cit., n° 846). Dizer se existe num caso particular uma norma profissional, um uso ou uma norma de arte e definir o seu conteúdo releva do facto (ATF 133 II 121 consid. 3.1; 113 II 25



consid. 1a). A existência de tais normas ou usos podem igualmente ser estabelecidas através de qualquer meio de prova, particularmente com base numa peritagem (CHAIX, op. cit, nº 4 ad art. 364º do CT).

14. As partes acordaram que o empreiteiro realizaria e colocaria uma cozinha no apartamento do Sr. [confidencial]. A cozinha, tal como foi realizada para o requerente, não corresponde às normas de arte reconhecidas ou a um modelo equivalente. Com efeito, o perito designado pelo Juiz de comarca no âmbito do processo de prova pericial indicou um grave incumprimento das normas de arte na realização da cozinha. O perito expôs que a cozinha não correspondia aos requisitos de boa e fiel execução enunciados pelos fabricantes de cozinhas do ramo e concluiu que esta estava inutilizável. Este começou por realçar que as dimensões dos elementos não tinham sido respeitadas e que as listagens visíveis tiveram de ser acrescentadas. Trata-se principalmente de uma emenda com 10 cm no interior dos elementos à direita do forno, assim como de uma emenda com 10 cm à direita dos armários suspensos para compensar a dimensão do plano de trabalho. Contrariamente, outras emendas não eram tão significativas, pelo que a porta do elemento balde do lixo batia no punho do móvel da esquerda. Determinadas portas estavam desfasadas e desajustadas, enquanto outras não estavam estáveis e encontravam-se mal fixadas. Surgiram igualmente outros problemas relativos às dimensões, nomeadamente, a porta acima do frigorífico que batia na caixa da persiana. Além disso, não havia lugar para se poder colocar o balde do lixo debaixo do lava-loiças. As vedações em silicone que constavam do plano de trabalho não foram executadas. A ventilação do frigorífico não estava conforme. Os fabricantes exigem um mínimo de 200 cm<sup>2</sup> na base à frente do aparelho. Um outro problema de conformidade levantado está relacionado com o lava-loiças. De facto, a pia era tão pequena que se tornava impossível de lavar lá um prato; desta forma, o lava-loiças era inadequado para uma cozinha familiar. Além do mais, o corte da vitrocerâmica não correspondia a nenhum modelo padrão para os aparelhos vendidos na Suíça. A isto acrescenta-se que a cozinha foi disposta sem tubagem hidráulica. O perito salientou que existia um defeito de conceção, isto é, o de se basear num plano tridimensional para o fabrico e disposição de uma cozinha, defeito esse que não teria ocorrido se o empreiteiro tivesse trabalhado de acordo com as normas de arte. O perito concluiu que a cozinha estava inutilizável e, por consequência, não faturável, acrescentando que o valor dos trabalhos para voltar a reparar a cozinha era tão elevado que era preferível fazer uma nova. Acrescentou ainda que era difícil atribuir um valor aos danos sofridos pelo Sr. [confidencial]. Nestas condições, a obra entregue pelo Sr. [confidencial] não responde às exigências técnicas nem ao destino previsto, na medida em que o Sr. [confidencial] se encontra obrigado a lavar a loiça na casa de banho, a ter de instalar duas

placas independentes no balcão e de colocar o seu frigorífico na sala. O perito evidenciou os defeitos a nível das dimensões e de conformidade, assim como a violação das normas de arte reconhecidas pelos fabricantes de cozinhas do ramo, na Suíça. Face à atitude passiva do Sr. [confidencial] que não refez a cozinha em conformidade com as medidas reais e normas em vigor, o Sr. [confidencial] viu-se obrigado a mandar fabricar uma nova cozinha. Como sublinhou o perito, era preferível remodelar totalmente a cozinha, uma vez que o valor dos trabalhos para a reparar era demasiado elevado. Assim, a fatura da nova cozinha eleva-se a 29.439,00 francos. (23.500,00 fr. + 4.498,25 fr. + 1.440,75 fr.).

Além dos defeitos a nível de conformidade e das dimensões relativos à cozinha, apareceram igualmente outros defeitos nos móveis dos quartos, os quais não correspondiam às dimensões das peças. Além do mais, os caixilhos das portas não estavam adaptados às dimensões reais do apartamento; era necessário substituir os caixilhos e as molduras em todas as portas a fim de as baixar, para diminuir a folga debaixo das mesmas e as alinhar. Além disso, esses caixilhos e molduras não podiam ser recuperados uma vez que foram colados ao isolamento (cf. relatório complementar de 4 de novembro de 2009). Segundo o perito, os trabalhos de reparação elevavam-se ao montante de 19.500,00 francos (cf. relatório complementar de 9 de novembro de 2009).

Do acima exposto resulta que o Sr. [confidencial] revelou um grave incumprimento das normas de arte. As obras entregues não correspondem às normas suíças e apresentam falhas de conformidade importantes. Tendo em conta que o Sr. [confidencial] teve de restaurar as obras entregues, o seu prejuízo eleva-se atualmente ao montante de 48.939,00 francos. (29.439,00 fr. + 19.500,00 fr.). Compete ao Sr. [confidencial] reparar este prejuízo.

**15.** Através de modalidades de verificação, a LDIP designa a verificação da mercadoria ou das obras pelo credor, isto é, o processo a seguir, os atrasos nos quais esta deve ter lugar, as pessoas que devem participar (BUCHER/BONOMI, op. cit., n° 1025). Assim, é preciso compreender os atos e medidas que são necessárias à conservação dos direitos e que implicam uma investigação ou uma reclamação. O mesmo se aplica às formas de controlo e contestação da mercadoria entregue, mas não da garantia do vendedor e das suas condições, nem do conteúdo da reclamação por incumprimento da coisa ou da averiguação se a reclamação foi feita a tempo (DUTOIT, op. cit., n° 3 ad art. 125°). De acordo com o art. 367° al. 1 do CT, após a entrega da obra, o dono da obra deve verificar o seu estado com a maior brevidade possível segundo o andamento habitual dos negócios. Deverá proceder às verificações habituais e demonstrar a atenção que se pode exigir de um conhecedor médio, tendo em conta o tipo de

obra considerado, a fim de assegurar que a obra apresenta as qualidades esperadas ou prometidas. O dono da obra pode verificá-lo ele próprio ou recorrer a terceiros. De acordo com o art. 367º al. 2 do CT, cada uma das partes tem o direito de pedir, ao seu encargo, que a obra seja examinada por peritos e que seja lavrado um ato das suas contestações. As despesas desta peritagem estão ao encargo da parte que a requereu. Se obter decisão favorável, o dono da obra pode obter reembolso, a título de perdas e danos. Segundo os procedimentos cantonais, uma das partes pode igualmente requerer uma peritagem a título de prova pericial (art. 159º e seguintes do CPC). Diferentemente do caso anterior, esta trata-se de uma medida ligada ao processo que o dono da obra pretende intentar contra o empreiteiro (TERCIER, op. cit, nº 4124 e seguintes).

Neste caso, o requerente apontou ao requerido a existência de defeitos desde que tomou conhecimento. Neste contexto, o Sr. [confidencial] informou o Sr. [confidencial] que iria refazer toda a cozinha em conformidade com as medidas reais e normas em vigor sem custos adicionais. No entanto, apesar dos inúmeros requerimentos, escritos e orais, do Sr. [confidencial], o Sr. [confidencial] nada fez para reparar os defeitos. Por conseguinte, o Sr. [confidencial] resolveu mandar fabricar uma cozinha nova. De acordo com a vontade do Sr. [confidencial], foi entregue um requerimento de prova pericial no Tribunal de comarca, para que um perito determinasse a amplitude dos defeitos no apartamento. O Sr. [confidencial] adotou, então, todas as medidas legais necessárias à conservação dos seus direitos, nomeadamente, contestando a obra entregue, como o permite o direito de processo civil suíço. O perito designado no âmbito do processo de prova pericial permitiu revelar os inúmeros defeitos a nível de dimensões e de conformidade das obras realizadas pelo Sr. [confidencial]. Evidenciou, principalmente, que a cozinha, tal como foi realizada para o Sr. [confidencial], não correspondia em nada às normas de arte reconhecidas na Suíça pelos fabricantes de cozinhas do ramo. O dito processo foi encerrado por deliberação de 11 de janeiro de 2010 e os custos de 4.300,00 francos foram adiantadas pelo Sr. [confidencial]. O Sr. [confidencial] tem direito ao reembolso destes custos a título de perdas e danos.

Um total de 53.239,00 francos (48.939,00 fr. + 4.300 fr. é assim devido ao requerente.

**16.** A lei que fixa as tarifas dos custos e despesas perante as autoridades judiciais ou administrativas (LTar) (LTar, 173.8) de 11 de fevereiro de 2009, em vigor desde 1 janeiro de 2011, aplica-se, aquando da sua entrada em vigor, aos processos pendentes, considerando os adiantamentos feitos na base do antigo direito (art. 46º al. 2 da LTar).

Os custos incluem as custas judiciais e as despesas (art. 95º do CPC) e são fixadas em conformidade com a LTar. (art. 96º do CPC, art. 1º da LTar). Os custos são suportados pela parte vencida (art. 106º al. 1 do CPC). O requerente, obtendo decisão favorável, vê as custas e despesas, incluindo as da prova pericial, ao encargo do requerido.

Tendo em conta o valor em litígio (53.239,000 francos), o emolumento de justiça deverá estar fixado entre os 2.700,00 e os 8.000,00 francos (art. 16º al. 1 da LTar). Tendo o processo levado a uma sentença de contumácia, na sequência do incumprimento do requerido na fase da resposta, considera-se adequado reduzir proporcionalmente o emolumento de justiça (art. 14º al. 1 da LTar). Considerando a amplitude e a dificuldade do processo, o seu custo é fixado em 2.000,00 francos (art. 13º al. 1 da LTar). Este montante é descontado nos adiantamentos efetuados pelo requerente (2.000,00 francos), cujo reembolso fica ao encargo do requerido.

**17.** As despesas globalmente estabelecidas compreendem os gastos necessários, despesas de um representante profissional e, sempre que a parte não tenha representante profissional, uma indemnização equitativa para as diligências efetuadas, nos casos em que se justifique (art. 95º al. 3 do CPC). De acordo com o art. 32º al. 1 da LTar, os honorários de advogados nas contestações civis de natureza pecuniária de um valor em litígio de 50.001,00 a 60.000,00 francos estão fixados entre 6.800,00 e 9.200,00 francos. As despesas são estabelecidas entre o mínimo e o máximo previsto pela tarifa, segundo a natureza e importância do processo, as suas dificuldades, a amplitude do trabalho, o tempo útil consagrado pelo conselho jurídico e a situação financeira da parte (art. 27º al. 1 da LTar). Estes valores são, regra geral, proporcionais ao valor em litígio (art. 27º al. 2 da LTar). Em caso de decisão à revelia, este honorário pode, por conseguinte, ser reduzido (art. 29º al. 3 da LTar).

Neste caso, considerando o tipo de despesas, da simplicidade do processo, da amplitude do trabalho, do tempo útil consagrado à redação da petição (15 páginas e relação das peças), do processo de prova pericial (C2 09 136) e do facto do processo ser encerrado por sentença de contumácia, os honorários reduzidos do conselho da parte requerente são fixados em 6.000,00 francos, incluindo gastos.

Face ao exposto,

**PROFERE**

1. O Sr. [confidencial] [confidencial] pagará ao Sr. [confidencial] o montante de 53.239,00 francos.
2. Os custos no montante de 2.000,00 francos serão suportados pelo Sr. [confidencial]. O Sr. [confidencial] [confidencial] pagará a quantia de 2.000,00 francos a [confidencial], por intermédio da Dra. Michel De Palma, como reembolso dos seus adiantamentos.
3. O Sr. [confidencial] pagará a quantia de 6.000,00 francos ao Sr. [confidencial], por intermédio da Dra. Michel De Palma, a título de despesas.

Sion, 24 de janeiro de 2011

O Juiz  
[assinatura ilegível]

[Carimbo do Tribunal de  
Comarca de Sion]

O Escrivão  
[assinatura ilegível]

**Expedida por ato judicial de 24 de janeiro de 2011 à:**

- Sra. [confidencial], advogada em Sion

**Expedida por correio registado e via oficial internacional de 24 de janeiro de 2011 ao:**

- Sr. [confidencial], em Lamego (Portugal)

**NOVO JULGAMENTO (art. 108º do CPC VS)**

A parte faltosa foi alertada sobre o facto de poder recorrer da presente sentença, no prazo de dez dias a contar da notificação, citando (em três exemplares) a parte contrária perante o juiz que instruiu o processo, para regulamentar os custos do mesmo, incluindo os custos da nova audiência e ser admitido a seguir o processo. Caso a parte requerente não compareça na nova audiência, a sentença torna-se definitiva. Se o requerimento de novo julgamento for aceite, o processo é retomado no estado onde se encontrava quando a parte faltosa deixou de acompanhar.

[Carimbo: O escrivão abaixo-assinado certifica que a presente sentença  
está atualmente em vigor e adquiriu força executória.

Sion, 18-1-13

O escrivão

[assinatura ilegível]

[carimbo: Tribunal \* DA COMARCA DE SION]

TRIBUNAL DE GRANDE INSTANCE

DE NIORT

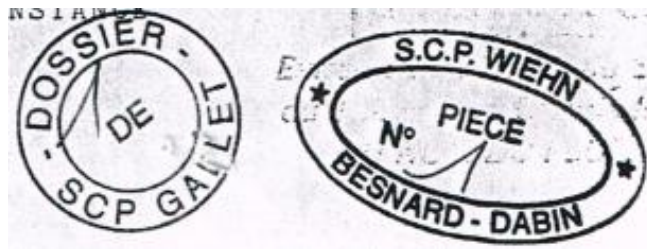
RG [confidencial]

JUGEMENT (DR)

[confidencial]

c/

[confidencial]



LE TREIZE JANVIER 1993



Le Tribunal de Grande Instance  
de Niort a, dans l'affaire opposant :

- Mme [confidencial] née le  
[confidencial] 1948 à [confidencial]  
(Portugal) le [confidencial] 1948, de  
nationalité française, sans profession,  
demeurant [confidencial].

Aide Juridictionnelle : Décision  
du 7 mai 1992 (TOTALE)

DEMANDERESSE

Représentée par la  
[confidencial], Avocats au Barreau de  
Niort.  
à

- Mr [confidencial] né le  
[confidencial] 1947 à [confidencial]  
(Portugal), de nationalité française,  
Chef d'Equipe, demeurant chez Mme  
[confidencial]

DEFENDEUR

NON COMPARANT

rendu le jugement réputé contradictoire  
suivant après que la cause eut été  
débatue, en audience non publique;  
devant Madame BRUGIDOU, Vice-Président,  
Juge de la Mise en Etat, qui a entendu  
seule les plaidoiries le **1er** décembre  
**1992**, assistée de Madame GIRARD, Premier  
Greffier et en a rendu compte au Tribunal  
dans son délibéré avec Madame LERNER et  
Monsieur DRAHONNET, Juges.

.../...

Les époux [confidencial] ont contracté mariage le 25 juillet 1968 à [confidencial] (PORTUGAL) sans contrat préalable.

Deux enfants sont issus de cette union :

- [confidencial], née le [confidencial] 1969,
- [confidencial], née le [confidencial] 1983-

Aux termes d'une ordonnance rendue le 7 MAI 1992. Le Juge aux Affaires Matrimoniales a donné l'autorisation d'assigner, fixé la résidence séparée des époux, attribué l'exercice de l'autorité parentale sur l'enfant mineur issu du mariage conjointement aux deux parents, en réservant le droit de visite et d'hébergement d'usage à Mr [confidencial] chez lequel l'enfant ne réside pas habituellement et condamné ce dernier au paiement d'une pension alimentaire mensuelle de 800 F au profit de l'enfant.

Par assignation du 3 JUILLET 1992, Mme [confidencial] a formé une demande en divorce, au motif que son époux, ayant une liaison, a quitté le domicile conjugal.

Elle sollicite, la confirmation des mesures provisoires, outre 1 000 F au titre de la contribution à l'entretien de l'enfant.

Mr [confidencial], régulièrement cité n'a pas constitué avocat.

L'ordonnance de clôture a été rendue le 1er décembre 1992 et les débats ont eu lieu à l'audience non publique du même jour.

MOTIFS,

A l'appui de sa demande, Mme [confidencial] produit plusieurs attestations qui établissent que son époux a quitté le domicile conjugal.

Cet examen fait apparaître à la charge du mari la preuve de faits constituant une violation grave ou renouvelée des devoirs et obligations du mariage qui rendent intolérable le maintien de la vie commune.

Il y a donc lieu de prononcer le divorce aux torts exclusifs du mari.

Les mesures provisoires ordonnée apparaissent conformes à l'intérêt de l'enfant et aux demandes des parties : il convient de les confirmer, de majorer la pension prévue pour l'enfant, Mr [confidencial] ne s'opposant pas à cette demande . . . / . . .

P A R C E S M O T I F S

Le Tribunal statuant publiquement, après débats en Chambre du Conseil, par jugement réputé contradictoire et en premier ressort:

Vu l'ordonnance de non conciliation du 7 mai 19 9 2 qui a autorisé les époux à résider séparément.

Prononce, au profit de Mme [confidencial], le divorce de:

- Mr [confidencial] né à [confidencial] (Portugal) le [confidencial] 1947,
- et de Mme [confidencial] née à [confidencial] (Portugal) le [confidencial] 1948.

Prononce la dissolution du régime matrimonial ayant existé entre les époux.

Commet pour procéder aux opérations de liquidation partage, Monsieur le Président de la Chambre Départementale des Notaires des Deux Sèvres, avec faculté de délégation, et Madame BRUGIDOU, Vice-Président, pour faire rapport en cas de difficultés.

Dit qu'en cas d'empêchement, les Magistrat et Notaire commis, seront remplacés par ordonnance rendue sur requête.

Ordonne la mention du dispositif du présent jugement en marge de l'acte de mariage dressé le 2 5 juillet 1968 à Santa Maria de Penaguiao (Portugal) et sa mention en marge des actes de naissance des époux.

Dit que les deux parents exerceront en corn mur. l'autorité parentale sur l'enfant mineur issu du mariage:

[confidencial] née le [confidencial] 1983 l'enfant mineur résidant habituellement chez sa mère.

Dit qu'à défaut d'accord amiable des parties, l'autre parent exercera son droit de visite et d'hébergement sur l'enfant mineur:

- les première troisième et éventuellement cinquième fins de semaine du samedi 12 heures au dimanche 19 heures ,
  - et pendant la moitié des vacances scolaires de plus de trois jours, la première moitié les années paires et la deuxième moitié les années impaires,
- à charge de prendre et de ramener l'enfant mineur à sa résidence habituelle.

Dit qu'en dehors des vacances scolaires, le droit de visite et d'hébergement s'étendra au jour férié qui précède ou qui suit la semaine pendant laquelle s'exerce ce droit.

Fixe à [confidencial], la somme que Mr [confidencial] devra payer d'avance et mensuellement à Mme [confidencial] au titre de sa contribution à l'entretien et à l'éducation de l'enfant.



Dit que cette pension alimentaire sera indexée sur l'indice mensuel des prix à la consommation des ménages urbains, dont le chef est employé ou ouvrier (série France Entière) .

Dit que le montant de cette pension sera réévalué chaque année : le premier janvier, compte tenu de la position à cette date du dernier indice connu, l'indice es base étant 195,50 .

Rappelle qu'il appartient au débiteur de la pension alimentaire de calculer et d'appliquer l'indexation annuellement suivant l'opération :

$$\frac{\text{Pension X par nouvel indice}}{\text{ancien indice}}$$

et qu'il pourra avoir connaissance de l'indice en téléphonant à l'I.N.S.E.E. : Observatoire Economique Poitou-Charentes, 3 rue du Puygareau 86000 POITIERS  
Tel [confidencial] (indice sur répondeur).

Rappelle que la pension est due durant la période où le débiteur exerce son droit d'hébergement .

Dit que ladite pension sera due au delà de la majorité en cas de poursuite d'études et sur justificatifs de ces dernières.

Dit que le parent chez lequel le mineur réside habituellement percevra directement en sus les prestations familiales.

Laisse les dépens à la charge de Mr [confidencial], dit qu'ils seront recouvrés aux formes de l'aide Juridictionnelle dont bénéficie totalement Mme [confidencial].

Et a été signé le présent jugement par Madame le Vice-Président et le Greffier.

[confidencial] [confidencial]

EN CONSEQUENCE, A REPUBLIQUE FRANÇAISE, MANDE  
ET ORDONNE :

A TOUS HUISSIERS DE JUSTICE SUR CE REQUIS DE  
METTRE LES PRESENTES A EXECUTION.

AUX PROCUREURS GENERAUX ET AUX PROCUREURS DE I  
REPUBLIQUE PRES LES TRIBUNAUX DE GRANDE INSTANCE D'Y TENIR  
LA MAIN.

A TOUS COMMANDANTS ET OFFICIERS DE LA FORCE  
PUBLIQUE DE PRETER MAIN FORTE LORSQU'ILS EN SERONT  
LEGALEMENT REQUIS.

EN FOI DE QUOI, LES PRESENTES ONT ETE SCHELLEE  
ET SIGNEES PAR NOUS, GREFFIER EN CHEF, APRES LECTURE.

POUR GROSSE CONFORME

LE GREFFIER EN CHEF :

[confidencial]

[CACHET : TRIBUNAL DE GRANDE INSTINCE DE NIORT

Doux - illisible]

TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

DE NIORT

RG [confidencial]

[Dossier de SCP GAILET]  
[S.C.P. WIEHN\*DOCUMENTO N.º\*

SENTENÇA (DR)

BESNARD-DABIN]

[confidencial]

c/

[confidencial]

CERTIDÃO

TREZE DE JANEIRO DE 1993

O Tribunal de Primeira Instância de Niort, no processo que opõe:

- A [confidencial], nascida no dia [confidencial] de 1948 em [confidencial] (Portugal), de nacionalidade francesa, sem profissão, residente em [confidencial].

Apoio Judiciário: Decisão de 7 de maio de 1992 (COMPLETO)

REQUERENTE

Representada pela Sociedade Profissional DURON-WIEHN-BESNARD-DABIN, Advogados na Comarca de Niort.

ao

- Senhor [confidencial], nascido no dia [confidencial] de 1947 em [confidencial] (Portugal), de nacionalidade francesa, chefe de equipa, residente na casa da Senhora [confidencial]

REQUERIDO

NÃO COMPARECEU

Proferiu a sentença considerada contraditória após o processo ter sido deliberado em audiência privada, perante a Senhora [confidencial], Vice-Presidente e Juiz de Instrução, que ouviu as intervenções orais do dia 1 de dezembro de 1992, assistida pela Senhora [confidencial], Escrivã Superior, e apresentou a sua decisão ao Tribunal em conjunto com a Senhora [confidencial] e o Senhor [confidencial], Juízes.

.../...

-2-

Os cônjuges [confidencial] contraíram casamento no dia 25 de julho de 1968 em [confidencial] (PORTUGAL), sem contrato antenupcial.

Desta união resultaram dois filhos:

- [confidencial], nascida em [confidencial] de 1969,
- [confidencial], nascida em [confidencial] de 1983.

Nos termos de um Despacho proferido no dia 7 de maio de 1992, o Juiz de Família autorizou a notificação, fixou a residência separada dos cônjuges, atribuiu o exercício do poder paternal conjunto aos dois pais sobre a filha menor resultante do casamento, reservando o direito de visita e alojamento ao Senhor [confidencial], em cuja casa a criança não reside habitualmente, e condenou-o a pagar uma pensão de alimentos mensal de 800 Francos em benefício da criança.

Por notificação do dia 3 de julho de 1992, a Senhora [confidencial] apresentou um pedido de divórcio, alegando que o seu cônjuge, tendo uma ligação, abandonou o domicílio conjugal.

A mesma solicita a confirmação das medidas provisórias, para além de 1000 Francos a título de contribuição para o sustento da criança.

O Senhor [confidencial], devidamente citado, não constituiu advogado.

O Despacho de encerramento do processo foi proferido no dia 1 de dezembro de 1992, tendo a deliberação ocorrido na audiência privada do mesmo dia.

#### FUNDAMENTOS,

Como apoio ao seu pedido, a Senhora [confidencial] produziu várias declarações que estabelecem que o seu cônjuge abandonou o domicílio conjugal.

Este exame provou que o marido é responsável por factos constituintes de violação grave ou renovada dos deveres e obrigações do casamento que tornam intolerável a continuação da vida em comum.

Desta forma, é decretado o divórcio por ofensas exclusivas do marido.

As medidas provisórias ordenadas estão conformes ao interesse da criança e às exigências das partes: é conveniente confirmá-las, aumentar a pensão prevista para a criança, não estando o Senhor Rodrigues Branco contra esta exigência.

.../...

FACE AO EXPOSTO

O Tribunal, deliberando publicamente, por sentença considerada contraditória e em primeira instância:

Considerando o despacho de não conciliação de 7 de maio de 1992 que autorizou os cônjuges a residir separadamente.

Decreta, em benefício da Senhora Lourenço, o divórcio do:

- Senhor [confidencial], nascido em [confidencial] (Portugal), no dia [confidencial] de 1947,

- e da Senhora [confidencial], nascida em [confidencial] (Portugal), no dia [confidencial] de 1948.

Decreta a dissolução do regime matrimonial que existiu entre os cônjuges.

Designa para proceder às operações de liquidação da partilha, o Senhor Presidente da Câmara Departamental dos Notários de Deux Sèvres, com faculdade de delegação, e a Senhora Vice-Presidente [confidencial], para apresentar um relatório em caso de dificuldades.

Declara que, em caso de impedimento, o Magistrado e o Notário designados serão substituídos por despacho proferido mediante requerimento.

Ordena o averbamento da decisão da presente sentença na certidão de casamento lavrada no dia 25 de julho de 1968 em [confidencial] (Portugal), e nas certidões de nascimento dos cônjuges.

Declara que os dois pais exercerão em conjunto o poder paternal sobre a filha menor resultante do casamento:

- [confidencial], nascida no dia [confidencial] de 1983, estando a filha menor a residir habitualmente em casa da sua mãe.

Declara que, na ausência de acordo amigável entre as partes, o outro pai exercerá o seu direito de visita e alojamento sobre a filha menor:

- no primeiro, terceiro e eventualmente quinto fim de semana, das 12h de sábado às 19h de domingo,

- e durante a metade das férias escolares com mais de 3 dias, sendo a primeira metade nos anos pares e a segunda metade nos anos ímpares, com a obrigação de ir buscar e deixar a filha menor na sua residência habitual.

Declara que, fora das férias escolares, o direito de visita e alojamento estender-se-á ao feriado que precede ou que se segue à semana durante a qual este direito é exercido.

Fixa em MIL FRANCOS, a quantia que o Senhor [confidencial] deverá pagar mensal e antecipadamente à Senhora [confidencial], a título da sua contribuição para os sustento e educação da filha.

Declara que esta pensão de alimentos será indexada de acordo com o índice mensal dos preços de consumo das famílias urbanas, cujo chefe de família está empregado ou é operário (série França Inteira).

Declara que o montante desta pensão será reavaliado todos os anos: no dia um de janeiro, tendo em conta a posição do último índice conhecido nesta data, sendo o índice de base correspondente a 195,50.

Relembra que incumbe ao devedor da pensão de alimentos calcular e aplicar anualmente a indexação, seguindo a operação:

Pensão X novo índice  
índice antigo

cujo índice o devedor poderá ter conhecimento por chamada telefónica para o I.N.S.E.E. [Instituto francês de estatística e estudos económicos] : Observatório Económico Poitou-Charentes, 3 rue du Puygareau 86000 POITIERS,  
Tel.: [confidencial] (índice do atendedor de chamadas).

Relembra que a pensão é devida durante o período em que o devedor exerce o seu direito de alojamento.

Declara que a referida pensão será devida para além da maioridade em caso de prosseguimento de estudos e com base em documentos comprovativos dos mesmos.

Declara que o pai em casa do qual a menor reside habitualmente ainda receberá diretamente as prestações familiares.

O pagamento das custas é atribuído ao Senhor Rodrigues Branco, sendo declarado que as mesmas serão cobradas sob forma de apoio judiciário, do qual a Senhora Lourenço beneficia na totalidade.

A presente sentença foi assinada pela Senhora Vice-Presidente e pelo Escrivão.

[Assinatura Ilegível][Assinatura Ilegível]

CONSEQUENTEMENTE, A REPÚBLICA FRANCESA CITA E  
ORDENA:

TODOS OS OFICIAIS DE JUSTIÇA, QUANDO SOLICITADOS, A  
EXECUÇÃO DA PRESENTE DECISÃO,

AOS PROCURADORES-GERAIS E AOS PROCURADORES DA  
REPÚBLICA JUNTO DOS TRIBUNAIS DE PRIMEIRA INSTÂNCIA DE A  
FAZER CUMPRIR,

E A TODOS OS COMANDANTES E OFICIAIS DA FORÇA PÚBLICA  
DE PRESTAR AUXÍLIO SEMPRE QUE SEJAM LEGALMENTE  
SOLICITADOS.

POR SER VERDADE, AS PRESENTES FORAM SELADAS E  
ASSINADAS POR NÓS, ESCRIVÃO SUPERIOR, APÓS LEITURA FEITA.

CERTIDÃO AUTENTICADA  
Pl'O ESCRIVÃO SUPERIOR:

[Assinatura Ilegível]

[TRIBUNAL DE PRIMEIRA  
INSTÂNCIA DE NIORT \* Doux  
- ilegível]

# PROCES-VERBAL

119

COMMISSARIAT DE POLICE  
D'ALBI 5, AV MARECHAL DE  
LATTRE DE TASSIGNY  
81000 ALBI Tel : 05 63 36 29  
21 Fax : 05 63 36 28 39 Code  
INSEE : 81004

P. V. : n° [confidential]

**AFFAIRE :**  
**C/[confidential]**  
**MENACES ET**  
**DEGRADATIONS**

**OBJET :**  
**AUDITION DE MR**  
**[confidential]**

L'an deux mil treize,  
Le onze décembre, à seize heures vingt cinq

Nous, [confidential]  
GARDIEN DE LA PAIX  
En fonction CSP d'ALBI

AGENT DE POLICE JUDICIAIRE en résidence ALBI

- Nous trouvant au service,
- Agissant en exécution des instructions contenues dans la note n° [confidential] en date du 29/11/2013 de Monsieur [confidential], PROCUREUR DE LA REPUBLIQUE près le TGI ALBI.—
- Agissant en matière d'enquête préliminaire,
- Vu les articles 75 et suivants du Code de procédure pénale, —

—Avons mandé et constatons que se présente la personne ci-dessous dénommée qui nous déclare:—  
**SUR SON IDENTITE:**

"Je me nomme [confidential]  
Je suis né le [confidential]/1985 à [confidential] (TARN).  
Je suis fils de [confidential] et de [confidential],  
Je suis de nationalité FRANÇAISE.  
Je suis domicilié [confidential] (TARN).  
Mon numéro de téléphone personnel est le [confidential]  
Je suis locataire du logement occupé à l'adresse indiquée appartenant à M. [confidential] Je verse une somme de 780,00 EURO pour le loyer.  
Je suis célibataire.  
J'ai 1 enfant âgé de 2 ANS ET DEMIE à charge.  
Je suis ARTISAN. Je suis employé depuis le 01/11/2012. Je perçois un salaire mensuel de 2500,00 euros.  
J'ai un niveau d'études PRIMAIRES. J'ai obtenu les diplômes suivants : AUCUN. Je ne suis ni décoré, ni pensionné et je n'ai eu aucune distinction à titre civil ou militaire.  
Je ne possède aucun permis de conduire les automobiles.  
Je suis inconnu des services de police, de gendarmerie ou de la justice."

**—SUR LES FAITS:—**

—"Vous m'avez donné lecture de la traduction de la procédure des autorités portugaises diligentée à mon encontre concernant des faits de menaces et de dégradations commises en Août 2011 dans une station de lavage de la ville de VISEU au PORTUGAL—  
—Cette plainte s'applique bien à ma personne, il s'agit bien de moi et de mes agissements.—  
—En Août 2011 alors que je me trouvais en vacances chez mes parents au Portugal j'ai amené ma voiture dans une station de lavage manuelle de la ville de VISEU pour la faire nettoyer. Manuelle dans le sens où c'est quelqu'un qui nettoie votre véhicule à la main.—  
—En reprenant mon véhicule j'ai constaté que le vernis avait sauté au niveau" du capot, du pare-choc avant et des ailes avant. J'en ai parlé à la femme qui a procédé au nettoyage et elle m'a répondu qu'il fallait s'adresser au patron. —  
—Comme il n'était pas sur place j'y suis repassé 4 ou 5 fois, et à chaque fois il n'était jamais là.—  
—La dernière fois que j'y suis allé j'avais la même réponse et j'ai donc attendu en les avisant que je ne partirai pas tant qu'un responsable ne serait pas venu me voir.

[Paraphe]

[Paraphe]



[confidential]



—Au bout d'un moment j'en ai eu assez et je les ai effectivement menacé de causer du trouble. J'ai regardé une étagère et j'ai renversé au sol les gâteaux qui étaient entreposés dessus. Je voulais juste attirer leur attention.—

—Le personnel a alors appelé la Police. Quand les policiers sont arrivés j'ai parlé avec eux et un responsable est enfin arrivé. Nous avons pu parler.—

—Les Policiers m'ont eux-même conseillé d'aller déposer plainte contre la station puisque le responsable ne voulait rien entendre face aux dommages que j'avais subi et qui leur était imputable de manière flagrante.—

—Je précise qu'en retournant à la station j'avais fait établir un devis de réparation d'un carrossier qui s'élevait à 200 euros environ.—

—Je suis donc allé au commissariat et j'ai déposé plainte. A ma connaissance quand j'ai déposé j'ai donné mon identité ainsi que mon adresse sur place, c'est à dire l'adresse de la maison de mes parents qui vivent au Portugal. Il s'agit de : [confidencial] VISEU.--

—A ce jour je n'ai pas eu de nouvelles de ma plainte.—

**—Concernant l'affaire qui nous occupe aujourd'hui je confirme les faits, il s'agit bien de ma personne.** J'ai effectivement menacé le personnel présent de casser des choses et j'ai bien renversé le contenu d'une étagère. Concernant les menaces de casser la figure à un des responsables, je ne m'en souviens pas et je pense que si tel avait été le cas les policiers intervenants auraient agi à mon encontre le jour des faits. Or, ils ne m'ont rien reproché, ils m'ont même conseillé de déposer plainte.—

—Vous m'indiquez que les autorités portugaises demandent à ce que je remplisse un imprimé intitulé TERMO DE IDENTIDADE E RESIDENCIA, et après lecture faite par mes soins puisque je parle la langue portugaise et qu'il n'existe pas de traduction dans le présent dossier, je consens à le remplir.—

—Je précise qu'il s'agit d'un imprimé me demandant mes coordonnées personnelles, ma situation professionnelle et m'indiquant que je m'engage à ne pas quitter cette adresse plus de 5 jours auquel cas je devrai les en aviser. Je remplis donc cet imprimé en ne sachant pas réellement si cette particularité légale des 5 jours s'applique bien au droit français.—

—Je prends acte que vous me remettez une copie de cet imprimé et que cette remise est même stipulée en bas de ce document. —

—Je n'ai rien d'autre à déclarer".—

—Après lecture faite par lui-même, le déclarant signe avec nous le présent procès-verbal à 17h20.—

Le déclarant

L'A.P.J

[Signature illisible]



[confidencial]

ESQUADRA DA POLÍCIA DE  
ALBI 5, AV MARECHAL DE  
LATTRE DE TASSIGNY 81000  
ALBI Tel.: +33 (0)5 63 36 29 21  
Fax: +33 (0)5 63 36 28 39  
Código INSEE [Instituto francês  
da estatística e dos estudos  
económicos]: 81004

**Auto : n° [confidencial]**

**PROCESSO:**

**C/ [confidencial]**

**AMEAÇAS E DEGRADAÇÕES**

**OBJETO:**

**AUDIÇÃO DE [confidencial]**

[Inquérito]  
[confidencial]  
[MP Viseu]

No ano de dois mil e treze,  
a onze de dezembro, às dezasseis horas e vinte e cinco minutos

Nós, [confidencial]

POLÍCIA DE SEGURANÇA

Em funções na CSP [Circunscrição de Segurança Pública] de ALBI

AGENTE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA com residência em ALBI

— Estando de serviço,

— Agindo em execução das instruções contidas na nota n° [confidencial] datada de 29/11/2013 de [confidencial], PROCURADOR DA REPÚBLICA junto do TGI (Tribunal de Primeira Instância) de ALBI.—

— Agindo em matéria de inquérito preliminar,

— Considerando os artigos 75.º e seguintes do Código do Processo Penal, -

— Notificámos e constatamos que se apresente a pessoa abaixo designada que nos declara:—

**SOBRE A SUA IDENTIDADE**

"O meu nome [confidencial]

Nasci a [confidencial]/1985, em [confidencial] (TARN).

Sou filho de [confidencial] e de [confidencial],

Tenho nacionalidade FRANCESA.

Moro em [confidencial] (TARN).

O meu número de telefone pessoal é o [confidencial].

Sou arrendatário do alojamento ocupado, no endereço indicado, pertencente ao Sr. [confidencial]

Pago a quantia de 780,00 EUROS pelo aluguer.

Sou solteiro.

Tenho a meu encargo um filho de 2 ANOS E MEIO.

Sou ARTESÃO. Estou empregado desde 01/11/2012. Aufero um salário mensal de 2500,00 euros.

Tenho o nível de estudos PRIMÁRIOS. Obtive os seguintes diplomas: NENHUM. Nem sou condecorado, nem reformado e não recebi nenhuma distinção a título civil ou militar.

Não possuo nenhuma carta de condução de veículos automóveis.

Não tenho cadastro nos serviços da polícia, da guarda ou da justiça.

**—FACTOS:—**

—"Deram-me a ler a tradução do processo das autoridades portuguesas diligenciado contra mim relativo aos factos de ameaças e degradações cometidas em agosto de 2011 numa estação de lavagem na cidade de VISEU em PORTUGAL—

—Esta queixa aplica-se de facto à minha pessoa, pois trata-se de mim e das minhas ações.—

—Em agosto de 2011, enquanto me encontrava de férias em casa dos meus pais em Portugal, levei o meu carro a uma estação de lavagem manual na cidade de VISEU para o lavar. Manual no sentido em que é alguém que lava o seu veículo à mão.—

—Ao entrar no carro constatei que o verniz do capô, do para-choques frontal e dos guarda-lamas frontal tinha saltado. Falei com a senhora que procedeu à lavagem e ela respondeu-me que me deveria dirigir ao seu patrão.—

—Como ele não estava no local regressei mais 4 ou 5 vezes e nunca o encontrei lá.

—A última vez que lá fui obtive a mesma resposta, então, esperei e avisei-os que não sairia dali enquanto um responsável não me viesse ver.

[Rubrica]

[Rubrica]

[Carimbo da CSP de ALBI]

[confidencial]

—Uns momentos a seguir, fartei-me e efetivamente ameacei-os de causar problemas. Olhei para uma prateleira e atirei para o chão os bolos que estavam pousados em cima. Apenas queria chamar a atenção.—

—Foi então que o pessoal chamou a Polícia. Quando os polícias chegaram, falei com eles, tendo chegado finalmente um responsável. Pudemos falar.—

—Os próprios polícias aconselharam-me a apresentar queixa contra a estação, pois o responsável não queria saber dos danos que eu tinha sofrido e que lhe eram imputáveis de forma flagrante.—

—Saliento que de regresso à estação tinha pedido um orçamento para a reparação da carroçaria no valor de cerca de 200 euros. —

—Fui então à esquadra e apresentei queixa. Tanto quanto sei, quando depus dei a minha identidade, assim como a minha morada, isto é, a morada da casa dos meus pais que vivem em Portugal. Trata-se de: [confidencial] VISEU. —

—Até hoje, não tive notícias da minha queixa. —

— **Relativamente ao processo que nos ocupa hoje, confirmo os factos, trata-se de facto da minha pessoa.** Ameacei efetivamente o pessoal presente de que iria partir coisas e derrubei o conteúdo de uma prateleira. No que respeita às ameaças de partir a cara a um dos responsáveis, não me recordo e penso que se tivesse sido o caso, os polícias intervenientes teriam agido contra mim no dia dos factos. Pelo contrário, não me repreenderam e até me aconselharam a apresentar queixa. -

—Indica-me que as autoridades portuguesas pedem que preencha um impresso intitulado TERMO DE IDENTIDADE E RESIDÊNCIA, e após feita leitura por mim, uma vez que falo português e que não existe tradução no presente processo, consinto ao seu preenchimento. —

—Saliento que se trata de um impresso que pede as minhas coordenadas pessoais, a minha situação profissional, indicando-me que me comprometo a não deixar esta morada mais de 5 dias, caso em que terei de os avisar. Preencho então este impresso, não sabendo realmente se esta particularidade legal dos 5 dias se aplica ao direito francês.—

—Declaro que me entregaram uma cópia deste impresso e que esta entrega está estipulada no final desse documento. —

—Não tenho mais nada a declarar".—

—Após feita leitura pelo próprio, o declarante assina connosco o presente auto às 17h20.-

O declarante  
[assinatura ilegível]

O Agente da Polícia Judiciária  
[Carimbo da CSP de ALBI] [assinatura ilegível]

Português> Inglês



**Tribunal Judicial de Viseu**  
**2º Juízo Criminal**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu  
Telef: 232427000 Fax: 232427090 Mail: [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

Proc.N.º [confidencial]

Processo: [confidencial]	Inquérito (Atos Jurisdicionais)	N/Referência: [confidencial]
--------------------------	---------------------------------	------------------------------

**CONFIDENCIAL**

Assunto: **Insistência por pedido de informações**

Não tendo, até ao momento, sido dada resposta ao nosso pedido de fls. 52 , cuja cópia se junta, solicito a V/ Ex.ªse digne dar, **com a máxima urgência**, resposta ao mesmo.

Com os melhores cumprimentos

A Juiz de Direito

Dr.ª [confidencial]

Processado por computador



**Tribunal Judicial de Viseu**  
**2º Juízo Criminal**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu  
Telef: 232427000 Fax: 232427090 Mail: [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

Case.No. [confidencial]

Case No. [confidencial]	Inquire (Jurisdictional Acts)	Our Reference: [confidencial]
-------------------------	-------------------------------	-------------------------------

**CONFIDENTIAL**

Subject: **Insistência por pedido de informações**

Not having received any response to our request page 52, copy of which is attached, until the present moment, I hereby solicit a response to such request with maximum urgency.

Best regards,

The Judge,

[confidencial]

Treated by computer



[rubrica]

**Tribunal Judicial de Viseu**  
**1º Juízo Criminal**

Avenida da Europa • 3514-506 Viseu  
Telef: 232427000 Fax: 232427090 viseu.tc@tribunais.org.pt

Processo: [confidencial]	Processo Comum (Tribunal Coletivo)	N/Referência: [confidencial]
--------------------------	------------------------------------	------------------------------

## **CARTA ROGATÓRIA**

### **DIRIGIDA ÀS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS COMPETENTES DE Justiças de Inglaterra**

EM NOME DA JUSTIÇA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL (LEI N.º 144/99, DE 31 DE AGOSTO);

O Mmº Juiz de Direito Dr. [confidencial], do 1º Juízo Criminal -Tribunal Judicial de Viseu, roga às autoridades competentes de Justiças de Inglaterra, que em cumprimento desta e atento os factos que a justificam, se proceda com observância das formalidades legais às diligências que a seguir se indicam:

#### **1- INTRODUÇÃO**

Corre termos neste(a) 1º Juízo Criminal - Tribunal Judicial de Viseu, uns autos de Processo Comum (Tribunal Coletivo), registados sob o n.º [confidencial], em que são:

Participante: Ministério Público

Arguido: [confidencial] e outro(s)...

#### **2- ENUNCIADO DOS FACTOS**

São imputados aos referidos arguidos os factos constantes da acusação, cujas cópias se enviam.

#### **3- O DIREITO (NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS)**

A descrita conduta dos arguidos é suscetível de integrar a prática dos seguintes crimes:

Um crime de trafico de estupefacientes, p. e p. pelo art.21º, nº1 do DL nº 15/93, de 22/1 e.

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deito documento e n.º de processo

Processado por computador



**Tribunal Judicial de Viseu**

**1º Juízo Criminal**

Avenida da Europa • 3514-506 Viseu

Telef: 232427000 Fax: 232427090 viseu.tc@tribunais.org.pt

Um crime de tráfico de estupefacientes de menor gravidade, p. e p. pelo artº 25º al. a) do DL 15/93.

**4- O PEDIDO**

Tornando-se fundamental esta Carta Rogatória para a descoberta e esclarecimento da verdade, solicita-se às autoridades judiciárias de Justiças de Inglaterra que:

a)- Se proceda à inquirição da pessoa a seguir indicada, por videoconferência, no **dia 06/01/2014, pelas 09:30**, acerca dos factos descritos no ponto 2 desta Carta Rogatória:

Testemunha: [confidencial], NIF - [confidencial], BI - [confidencial],  
domicílio[confidencial] Reino Unido

Com os meus melhores cumprimentos pela vossa prestimosa e estimável colaboração.

Viseu, 19-11-2013.

(Documento elaborado por Escrivão Adjunto [confidencial])

O Juiz de Direito,

[confidencial]

Dr. [confidencial]





[Initials]

**Judicial Court of Viseu**  
**1<sup>st</sup> Criminal Section**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu  
Tel: [+351] 232427000 Fax: [+351] 232427090 E-mail: viseu.tc@tribunais.org.pt

Case No.: [confidencial]	Ordinary Proceedings (Collective Court)	Reference No.: [confidencial]
--------------------------	--	-------------------------------

## LETTER OF REQUEST

### TO THE COMPETENT COURT AUTHORITIES OF ENGLAND

\*

IN THE NAME OF JUSTICE AND UNDER THE LEGAL PROVISIONS FOR MUTUAL LEGAL ASSISTANCE IN CRIMINAL MATTERS (LAW NO.º 144/99, OF 31 AUGUST);

The honourable judge, [confidencial], of the 1st Criminal Section - Judicial Court of Viseu, requests that the competent Court authorities of England, in compliance with, and given the facts which so justify, carry out the legal formalities indicated below:

#### **1- INTRODUCTION**

At the 1st Criminal Section – Judicial Court of Viseu, Ordinary Proceedings (Collective Court) are underway, recorded under no. [confidencial], in which:

Plaintiff: Public Prosecutor's Office

*Arguido*<sup>1</sup>: [confidencial] and others...

#### **2- FACTS**

The *arguidos* are charged of the following facts in the indictment, copies of which are sent.

#### **3- THE LAW (APPLICABLE LEGAL REGULATIONS)**

The described conduct of the *arguidos* is susceptible of integrating the practice of the following counts:

One count of drug trafficking, foreseen and punishable under art. 21 (1) of Decree-Law no. 15/93, of 22 January and

One count of drug trafficking of minor gravity, foreseen and punishable. under art. 25 (a) of Decree-Law no. 15/93.

Please include this document's reference no. and case no. in all replies

Processed by computer

---

<sup>1</sup> NT: Person named as a suspect of committing a crime against whom a criminal procedure is underway.



**Judicial Court of Viseu**  
**1<sup>st</sup> Criminal Section**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu  
Tel: [+351] 232427000 Fax: [+351] 232427090 E-mail: viseu.tc@tribunais.org.pt

**4- THE REQUEST**

This Letter of Request is crucial to discover and clarify the truth. Thus, it is hereby requested that the Court authorities of England:

a)- Carry out the hearing of the person mentioned below, via video conference, on **06/01/2014, at 09:30**, about the facts described on point 2 of this letter of request:

The Witness: [confidencial], Taxpayer identification no. - [confidencial], with Identity Card No. - [confidencial], address: [confidencial] United Kingdom

We thank you in advance for your cooperation. Kind regards,

Viseu, 19-11-2013.

*(Document drawn up by the Deputy Clerk [confidencial])*

The Judge,

[illegible signature]

*[confidencial]*



Rubrica

**Tribunal Judicial de Viseu**  
**1º Juízo Criminal**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu  
Telef: 232427000 Fax: 232427090 Mail: [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

Processo: [confidencial]	Processo Comum (Tribunal Singular)	N/Referência: [confidencial]
--------------------------	------------------------------------	------------------------------

## CARTA ROGATÓRIA

**DIRIGIDA ÀS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS COMPETENTES DE REINO**  
**UNIDO Royal Courts Of Justice - LONDON**

EM NOME DA JUSTIÇA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL (LEI N.º 144/99, DE 31 DE AGOSTO);

O Mm<sup>o</sup> Juiz de Direito Dr. [confidencial], do 1º Juízo Criminal - Tribunal Judicial de Viseu, roga às autoridades competentes de Royal Courts Of Justice - London, que em cumprimento desta e atento os factos que a justificam, se proceda com observância das formalidades legais às diligências que a seguir se indicam:

### **1- INTRODUÇÃO**

Corre termos neste 1º Juízo Criminal - Tribunal Judicial de Viseu, uns autos de Processo Comum (Tribunal Singular), registados sob o n.º [confidencial], em que são:

Autor: Ministério Público

Arguido<sup>1</sup>: [confidencial]

\*

### **2- ENUNCIADO DOS FACTOS**

São imputados ao referido arguido, os factos da acusação cujas cópias se juntam.

### **3- O DIREITO (NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS)**

A descrita conduta do arguido é suscetível de integrar a prática do(s) seguinte(s) crime(s):

Um crime de ofensas à integridade física qualificada, previsto e punido pelo artº. 145º, nº 1, al. a), com referência ao nº 2 do mesmo artº. e aos artº 143º e 132º, nº 2, alínea h) todos do Código Penal, em concurso real com um crime de detenção de arma proibida, previsto e punido pelo artº. 86º, al. d) da nº 5/2006 de 23/02.

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento e n.º de processo

Processado por computador

<sup>1</sup> Person named as a suspect of committing a crime after the opening of a criminal investigation, forming of an indictment or demanding of an instruction against him/her.



**Tribunal Judicial de Viseu**  
**1º Juízo Criminal**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu  
Telef: 232427000 Fax: 232427090 Mail: [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

**4- O PEDIDO**

Tornando-se fundamental esta Carta Rogatória para a descoberta e esclarecimento da verdade, solicita-se às autoridades judiciárias de Royal Courts Of Justice - London que:

a)- Se proceda à inquirição da pessoa a seguir indicada, acerca dos factos descritos no ponto 2 desta Carta Rogatória:

**Testemunha:** [confidencial], filho de [confidencial] e de [confidencial], estado civil: Solteiro, nascido em [confidencial]-1989, natural da freguesia de [confidencial], nacional de Portugal,, BI – [confidencial], domicílio: [confidencial], actualmente a residir em Londres e com domicilio profissional na [confidencial] -UK

Com os meus melhores cumprimentos pela vossa prestimosa e estimável colaboração.

Viseu, 04-12-2013.

*(Documento elaborado por Escrivão Auxiliar Mª. [confidencial])*

O Juiz de Direito,

[confidencial]

*Dr. [confidencial]*



[Initials]

**Judicial Court of Viseu**

**1<sup>st</sup> Criminal Section**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu

Tel: [+351] 232427000 Fax: [+351] 232427090 E-Mail: viseu.tc@tribunais.org.pt

Case No.: [confidencial]	Ordinary Proceedings (Single-Judge Court)	Reference No.: [confidencial]
--------------------------	--	-------------------------------

## LETTER OF REQUEST

**TO THE COMPETENT COURT AUTHORITIES OF THE UNITED KINGDOM**  
**Royal Courts of Justice - LONDON**

IN THE NAME OF JUSTICE AND UNDER THE LEGAL PROVISIONS FOR  
MUTUAL LEGAL ASSISTANCE IN CRIMINAL MATTERS (LAW NO. 144/99, OF 31  
AUGUST);

The honourable judge [confidencial], of the 1st Criminal Section - Judicial Court  
of Viseu, requests that the competent Court authorities of Royal Courts of Justice -  
London, in compliance with, and given the facts which so justify, carry out the legal  
formalities indicated below:

**1- INTRODUCTION**

At this 1st Criminal Section - Judicial Court of Viseu, Ordinary Proceedings  
(Single-Judge Court) are underway, recorded under no. 194/07.4TAVIS, in which:

Plaintiff: Public Prosecutor's Office

*Arguido*<sup>1</sup>: [confidencial]

\*

**2- FACTS**

The *arguido* is charged of the facts in the indictment, copies of which are  
attached.

**3- THE LAW (APPLICABLE LEGAL REGULATIONS)**

The described conduct of the *arguido* is susceptible of integrating the practice of  
the following counts:

Please include this document's reference no. and case no. in all replies

Processed by computer

---

<sup>1</sup> NT: Person named as a suspect of committing a crime against whom a criminal procedure is underway.



**Judicial Court of Viseu**

**1<sup>st</sup> Criminal Section**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu

Tel: [+351] 232427000 Fax: [+351] 232427090 E-Mail: viseu.tc@tribunais.org.pt

One count of qualified bodily injuries, foreseen and punishable under article 145 (1), paragraph a), with reference to no. 2 of the same article and articles 143 and 132 (2), paragraph h) all of the Penal Code, being actual concurrent offenses with a count of possession of an illegal weapon, foreseen and punishable under article 86, paragraph d) of Law no. 5/2006 of 23 February.

**4- THE REQUEST**

This Letter of Request is crucial to discover and clarify the truth. Thus, it is hereby requested that the Court authorities of Royal Courts of Justice - London:

a)- Carry out the hearing of the person mentioned below about the facts described in point 2 of this Letter of Request:

**The Witness: [confidencial]**, son of [confidencial] and [confidencial], marital status: Single, born on [confidencial]-1989, in [confidencial], a Portuguese National with Identity Card No. - [confidencial], address: [confidencial], currently living in London, with place of business at [confidencial]-UK

We thank you in advance for your cooperation. Kind regards,

Viseu, 04-12-2013.

*(Document drawn up by the Auxiliary Clerk [confidencial])*

The Judge,

[Illegible signature]

*[confidencial]*

Português> Francês



**Tribunal Judicial de Viseu**  
**1º Juízo Criminal**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu  
Telef: 232427000 Fax: 232427090 Mail: [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

Processo: [confidencial]	Processo Comum (Tribunal Coletivo)	N/Referência: [confidencial] Data: 04-10 -2013
--------------------------	------------------------------------	---

## **CARTA ROGATÓRIA**

### **DIRIGIDA ÀS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS COMPETENTES DE**

#### **Autoridades Judiciárias Competentes de França**

Tribunal de Grand Instance-Rue de Paris-52000-Chaumont  
FRANÇA\* \*

EM NOME DA JUSTIÇA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL (LEI N.º 144/99, DE 31 DE AGOSTO);

O(A) Mm<sup>o(a)</sup> Juiz de Direito Dr(a). [confidencial], do(a) 1º Juízo Criminal - Tribunal Judicial de Viseu, roga às autoridades competentes de Justiça de Espanha, que em cumprimento desta e atento os factos que a justificam, se proceda com observância das formalidades legais às diligências que a seguir se indicam:

#### **1- ENUNCIADO DOS FACTOS**

São imputados ao(s) referido(s) arguido(s), os seguintes factos:

um crime de tráfico de menor  
gravidade um crime de detenção de  
arma proibida-

#### **2- O CONTEÚDO DA NOTIFICAÇÃO**

Solicita-se assim às autoridades judiciárias competentes que se proceda às diligências a seguir indicadas, relativas ao(à) Arguido abaixo mencionado:

**a)- seja notificado de todo o conteúdo da sentença proferida no âmbito do processo sumário em referência-**

**De que tem o prazo de 30 dias, a contar da presente notificação, para exercer o direito de recurso da referida sentença, devendo para o efeito contactar o seu mandatário/defensor-**

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento e n.º de processo

Processado por computador





**Tribunal Judicial de Viseu**

**1º Juízo Criminal**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu

Telef: 232427000 Fax: 232427090 Mail: [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

**3- A NOTIFICAR**

[confidencial] natural de: Portugal - Amadora - [confidencial] [Amadora]; nacional de Portugal nascido em [confidencial]-1980 estado civil: Solteiro, filho(a) de [confidencial] e de [confidencial] profissão: Desconhecida ou sem Profissão NIF - [confidencial], BI - [confidencial] domicílio: [confidencial].

**JUNTA-SE:** Cópia autenticada dos artigos 283º, 286º a 289º, todos do Código de Processo Penal Português.

Com os meus melhores cumprimentos pela vossa prestimosa e estimável colaboração.

Viseu, 04-10-2013.

O(A), JUIZ DE DIRETO

a/[confidencial]



**Tribunal Judicial de Viseu**

**1<sup>ère</sup> Chambre criminelle**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu

Tél. : [+351] 232427000 Fax : [+351] 232427090 Courriel : [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

Affaire : [Confidencial]	Procédure ordinaire (Formation collégiale)	N/ Référence : [Confidencial] Date : 04-10-2013
--------------------------	--	--

## COMMISSION ROGATOIRE

**ADRESSÉE AUX AUTORITÉS JUDICIAIRES COMPÉTENTES DE  
la République française**

Tribunal de Grande Instance, Rue de Paris-52000-Chaumont  
FRANCE\*

\*

AU NOM DE LA JUSTICE ET EN VERTU DES DISPOSITIONS LÉGALES DE  
COOPÉRATION JUDICIAIRE INTERNATIONALE EN MATIÈRE PÉNALE (LOI N° 144/99 DU 31  
AOÛT) ;

M. le juge de première instance [Confidencial], de la 1<sup>ère</sup> chambre criminelle - Tribunal  
judiciaire de Viseu, demande aux autorités judiciaires compétentes d'Espagne [SIC], en  
exécution de cette commission rogatoire et compte tenu des faits qui la justifient que, celles-ci  
accomplissent les démarches suivantes, dans le respect des formalités légales :

### **1 – ÉNONCÉ DES FAITS**

Les faits suivants sont reprochés au mis en examen :

un délit de trafic de moindre gravité  
un délit de possession d'arme  
prohibée.

### **2-LE CONTENU DE L'ASSIGNATION**

Il est demandé aux autorités judiciaires compétentes d'accomplir les démarches  
suivantes, concernant le mis en examen mentionné ci-après :

**a) Assigner le mis en examen de tout le contenu du jugement rendu dans le cadre  
de la procédure sommaire en référence.**

**Et qu'il a un délai de 30 jours, à compter de la présente assignation, pour exercer  
le droit de recours de ce jugement, devant contacter son mandataire/avocat.**

Veuillez indiquer dans votre réponse la référence de ce document et le n° d'affaire

Traité par ordinateur



**Tribunal Judicial de Viseu**

**1<sup>ère</sup> Chambre criminelle**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu

Tél. : [+351] 232427000 Fax : [+351] 232427090 Courriel : [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

**3- DOIT ÊTRE ASSIGNÉ**

[Confidencial] né au Portugal - Amadora - [Confidencial] [Amadora]; le [Confidencial]-1980 de nationalité portugaise état civil : célibataire, fils de [Confidencial] et de [Confidencial], profession: Inconnue ou sans Profession NIF - [Confidencial], titulaire de la pièce d'identité n° - [Confidencial] domicilié : [Confidencial].

**PIÈCES JOINTES** : Copie certifiée conforme des articles 283°, 286° à 289°, tous du Code de Procédure Pénale portugais.

Je vous prie d'agréer mes sincères salutations et vous remercie de votre précieuse collaboration.

Fait à Viseu, le 04-10-2013.

M. LE JUGE DE PRÈMIERE INSTANCE

s/ M. [Confidencial]



Rubrica

**Tribunal Judicial de Viseu**

**2º Juízo Criminal**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu

Telef: 232427000 Fax: 232427090 Mail: [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

Processo: [confidencial]	Processo Comum (Tribunal Coletivo)	N/Referência: [confidencial]
--------------------------	------------------------------------	------------------------------

## CARTA ROGATÓRIA

DIRIGIDA ÀS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS COMPETENTES DA  
SUIÇA

**Ministère Public Central - Division Entraid Judiciaire**  
**Avenue de Longemalle n° 1 - 1020 Renens, VD**

Em nome da Justiça e ao abrigo dos artigos 1, 3 e 15 da Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo, dos artigos 4º e 9º do Segundo Protocolo Adicional à Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, do artigo 53º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen e dos artigos 1º, 2º -2, 7º e 12º do Acordo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça,

A Mmª Juiz de Direito Dra. [confidencial], do 2º Juízo Criminal - Tribunal Judicial de Viseu, roga às autoridades judiciárias competentes da Suíça, que em cumprimento desta e atento os factos que a justificam, se proceda com observância das formalidades legais às diligências que a seguir se indicam:

### **1- INTRODUÇÃO**

Corre termos neste 2º Juízo Criminal - Tribunal Judicial de Viseu, uns autos de Processo Comum (Tribunal Coletivo), registados sob o n.º [confidencial], em que são:

Autor: Ministério Público

**Arguido:** [confidencial]

### **2- ENUNCIADO**

Nos presentes autos o arguido encontra-se acusado da prática em autoria material de um crime de abuso sexual de crianças, na forma continuada, previsto e punido pelos artigos 171º nº 1 e 2, 30º nº 2 e 79º todos do C. Penal, em concurso real com um crime de abuso sexual de crianças, na forma continuada, p.e p. pelos artigos 171º nº1, 30º, nº 2 e 79º todos do C.Penal.-

### **3- O PEDIDO**

Tornando-se fundamental esta Carta Rogatória para a descoberta e esclarecimento da verdade, solicita-se às autoridades judiciárias competentes da Suíça que:

**a)-** Se proceda à inquirição da testemunha indicada pelo Ministério Público, **por videoconferência**, em tempo real, no próximo dia **9 de Dezedmbro de 2013, pelas 09:30 horas** (hora portuguesa).

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento e n.º de processo

Processado por computador



**Tribunal Judicial de Viseu**

**2º Juízo Criminal**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu

Telef: 232427000 Fax: 232427090 Mail: [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

**b)-** Se proceda à notificação da testemunha para comparecer nessa entidade no dia e hora acima designados.-

**Testemunha a inquirir:** [confidencial], filha de [confidencial] e de [confidencial], nascida a [confidencial].1988, com domicílio: [confidencial]- Suíça.

Informa-se que a linha RDIS para ligação da videoconferência é: [confidencial].

Com os meus melhores cumprimentos pela vossa prestimosa e estimável colaboração.

Viseu, 07-10-2013.

*(Documento elaborado por Escrivão Adjunto [confidencial])*

A Juiz de Direito,

[confidencial]

*[confidencial]*



[paraphe]

**Tribunal Judicial de Viseu**

**2<sup>ème</sup> Chambre criminelle**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu

Tél. : [+351] 232427000 Fax : [+351] 232427090 Courriel : [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

Affaire : [confidencial]	Procédure ordinaire (Formation collégiale)	N/ Référence : [confidencial]
--------------------------	--	-------------------------------

## COMMISSION ROGATOIRE

ADRESSÉE AUX AUTORITÉS JUDICIAIRES COMPÉTENTES DE LA SUISSE

**Ministère Public Central - Division Entraide Judiciaire**

**Avenue de Longemalle n° 1 - 1020 Renens, VD**

Au nom de la justice et en vertu des articles 1, 3 et 15 de la Convention européenne d'entraide judiciaire, des articles 4 et 9 du Deuxième protocole additionnel à la Convention européenne d'entraide judiciaire en matière pénale, de l'article 53 de la Convention d'application de l'Accord de Schengen et des articles 1, 2 - paragraphe 2, 7 et 12 de l'Accord entre l'Union Européenne, la Communauté Européenne et la Confédération suisse,

Mme le juge de première instance [confidencial], de la 2<sup>ème</sup> chambre criminelle - Tribunal judiciaire de Viseu, demande aux autorités judiciaires compétentes de la Suisse, en exécution de cette commission rogatoire et compte tenu des faits qui la justifient que, celles-ci accomplissent les démarches suivantes, dans le respect des formalités légales :

### **1- INTRODUCTION**

Une procédure ordinaire (formation collégiale) est en cours à la 2<sup>ème</sup> chambre criminelle - Tribunal judiciaire de Viseu, enregistrée sous le n° [confidencial], dans laquelle sont :

Demandeur : Ministère Public

**Mis en examen** : [confidencial]

### **2- ÉNONCÉ**

Dans la présente procédure le mis en examen est accusé de la pratique en qualité d'auteur d'un crime d'abus sexuel d'enfants, de manière continue, prévu et puni par les articles 171 paragraphe n° 1 et 2, 30 paragraphe n° 2 et 79, tous du Code Pénal, en concours réel avec un crime d'abus sexuel d'enfants, de manière continue, prévu et puni par les articles 171 paragraphe n° 1 et 2, 30 paragraphe n° 2 et 79, tous du Code Pénal.

Veuillez indiquer dans votre réponse la référence de ce document et le n° d'affaire

Traité par ordinateur



**Tribunal Judicial de Viseu**

**2<sup>ème</sup> Chambre criminelle**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu

Tél. : [+351] 232427000 Fax : [+351] 232427090 Courriel : [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

**3- LA DEMANDE**

La présente commission rogatoire étant fondamentale pour établir la vérité des faits, il est demandé aux autorités judiciaires compétentes de la Suisse que :

**a)-** Celles-ci procèdent à l'audition du témoin indiqué par le Ministère Public, **par vidéoconférence**, en temps réel, le prochain **9 décembre 2013, à 09:30 heures** (heure portugaise).

**b)-** Celles-ci procèdent à l'assignation à comparaître du témoin dans cette entité le jour et l'heure désignés ci-dessus.

**Témoin à interroger** : [confidencial], fille de [confidencial] et de [confidencial], née le [confidencial].1988, domiciliée : [confidencial]- Suisse.

Nous vous informons que la ligne RDIS pour la vidéoconférence est le : [confidencial].

Je vous prie d'agréer mes sincères salutations et je vous remercie de votre précieuse collaboration.

Fait à Viseu, le 07-10-2013.

(Document rédigé par l'Agent Adjoint [confidencial])

Mme. le juge de première instance

[Signature illisible]

[confidencial]



**Tribunal Judicial de Viseu**  
**1º Juízo Criminal**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu  
Telef: 232427000 Fax: 232427090 Mail: [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

Processo: [confidencial]	Processo Comum (Tribunal Singular)	N/Referência: [confidencial] Data:07-10-2013
--------------------------	------------------------------------	---

## **CARTA ROGATÓRIA**

### **DIRIGIDA ÀS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS COMPETENTES DE Cour D'Appel de Paris**

EM NOME DA JUSTIÇA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL (LEI N.º 144/99, DE 31 DE AGOSTO);

O Digno Magistrado do Ministério Público, do 1º Juízo Criminal - Tribunal Judicial de Viseu, roga às autoridades competentes de Cour D'Appel de Paris, que em cumprimento desta e atento os factos que a justificam, se proceda com observância das formalidades legais às diligências que a seguir se indicam:

#### **1- INTRODUÇÃO**

Corre termos neste(a) Tribunal Judicial de Viseu - 1º Juízo Criminal, um Processo Comum (Tribunal Singular), registado sob o n.º [confidencial], em que são.

Autor: Ministério Público  
Arguido: [confidencial] e outro(s)...

#### **2- O CONTEÚDO DA NOTIFICAÇÃO**

Solicita-se assim às autoridades judiciárias competentes que se proceda às diligências a seguir indicadas, relativas ao(à) Arguido abaixo mencionado:

- De que seja notificada de todo o conteúdo da sentença proferida, cuja cópia se junta para lhe ser entregue no acto da notificação.

- De que tem o prazo de 30 dias, a contar da presente notificação, para exercer o direito de recurso da referida sentença, devendo para o efeito conctar com a sua defensora, Dr<sup>a</sup>. [confidencial], residente na [confidencial].

\*

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento e n.º de processo

Processado por computador





**Tribunal Judicial de Viseu**

**1º Juízo Criminal**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu  
Telef: 232427000 Fax: 232427090 Mail: [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

**3- A NOTIFICAR**

[confidencial] nacional de Portugal nascido em [confidencial]-1993 estado civil: Solteiro, profissão: Desconhecida ou sem Profissão , BI - [confidencial] domicílio: [confidencial] França.

Com os meus melhores cumprimentos pela vossa prestimosa e estimável colaboração.

Viseu, 07-10-2013.

*O Juiz de Direito,*

[confidencial]

*Dr. [confidencial]*



**Tribunal judicial de Viseu**

**1<sup>ère</sup> Chambre criminelle**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu

Tél. : [+351] 232427000 Fax : [+351] 232427090 Courriel : Viseu.tc@tribunais.org.pt

Affaire : [confidencial]	Procédure ordinaire (juge unique)	N/ Référence: [confidencial] Date: 07-10-2013
--------------------------	-----------------------------------	--

## COMMISSION ROGATOIRE

### ADRESSÉE AUX AUTORITÉS JUDICIAIRES COMPÉTENTES DE La Cour d'Appel de Paris

\*

AU NOM DE LA JUSTICE ET EN VERTU DES DISPOSITIONS LÉGALES DE COOPÉRATION JUDICIAIRE INTERNATIONALE EN MATIÈRE PÉNALE (LOI N° 144/99 DU 31 AOÛT) ;

L'honorable Magistrat du Ministère Public, de la 1<sup>ère</sup> chambre criminelle - Tribunal judicial de Viseu, demande aux autorités judiciaires compétentes de la Cour d'Appel de Paris, en exécution de cette commission rogatoire et compte tenu des faits qui la justifient que, celles-ci accomplissent les démarches suivantes, dans le respect des formalités légales :

#### 1- INTRODUCTION

Une procédure ordinaire (juge unique) est en cours au Tribunal judicial de Viseu – 1<sup>ère</sup> chambre criminelle, enregistrée sous le n° [confidencial], dans laquelle sont :

Demandeur : Ministère Public

Mis en examen : [confidencial] et al.

#### 2- LE CONTENU DE L'ASSIGNATION

Il est demandé aux autorités judiciaires compétentes d'accomplir les démarches suivantes, concernant la mise en examen mentionnée ci-après:

- Assigner le mis en examen de tout le contenu du jugement rendu, dont une copie est jointe à la présente qui doit lui être remise lors de l'assignation.

- Et qu'elle a un délai de 30 jours, à compter de la présente assignation, pour exercer le droit de recours de ce jugement, devant contacter sa mandataire Me. [confidencial], demeurant [confidencial].

\*

#### 3- DOIT ÊTRE ASSIGNÉ

[confidencial] de nationalité portugaise née le [confidencial]-1993 état civil : célibataire, profession : Inconnue ou sans profession, titulaire de la pièce d'identité n° [confidencial] domicilié [confidencial] France.

**Veillez indiquer dans votre réponse la référence de ce document et le n° d'affaire**

Traité par ordinateur



**Tribunal judicial de Viseu**

**1<sup>ère</sup> Chambre criminelle**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu

Tél. : [+351] 232427000 Fax : [+351] 232427090 Courriel : Viseu.tc@tribunais.org.pt

Je vous prie d'agréer mes sincères salutations et vous remercie de votre précieuse collaboration.

Fait à Viseu, le 07-10-2013.

*M. le Juge de première instance,*

[Signature]

*Me. [confidencial]*



**Tribunal Judicial de Mangualde**

**1º Juízo**

Largo Dr. Couto - 3530-134 Mangualde

Telef: 232619580 Fax: 232091569 Mail: [mangualde.tc@tribunais.org.pt](mailto:mangualde.tc@tribunais.org.pt)

Processo: [confidencial]	Processo Comum (Tribunal Coletivo)	N/Referência: [confidencial]
--------------------------	------------------------------------	------------------------------

## **CARTA ROGATÓRIA**

### **(Audição de testemunhas pelo sistema de Videoconferência)**

#### **DIRIGIDA ÀS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS COMPETENTES DA SUIÇA**

EM NOME DA JUSTIÇA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL (Artºs. 23º e 151º da LEI N.º 144/99, DE 31 DE AGOSTO);

A Mmª Juiz de Direito Dra. [confidencial], do 1º Juízo - Tribunal Judicial de Mangualde, sito no Largo Dr. Couto - 3530-134 Mangualde, Telef: 00351 232619580, Fax: 00351 232091569, Mail: [mangualde.tc@tribunais.org.pt](mailto:mangualde.tc@tribunais.org.pt), roga às Autoridades Competentes da Suíça, que em cumprimento desta e atento os factos que a justificam, se proceda com observância das formalidades legais às diligências que a seguir se indicam:

#### **1- INTRODUÇÃO**

Corre termos neste 1º Juízo - Tribunal Judicial de Mangualde, uns autos de Processo Comum (Tribunal Coletivo), registados sob o n.º [confidencial], em que são:

**Autor:**

- **Ministério**

**Público**

**Vítima:**

- **[confidencial]**, solteira, menor, nascida a [confidencial]/1999, natural da Freguesia da [confidencial], Concelho de [confidencial], filha d [confidencial] e de S[confidencial], residente na Rua [confidencial].

**Assistente em representação da menor [confidencial]:**

- **[confidencial]**

**Arguido:**

- **[confidencial]**, nascido a [confidencial]/1968, solteiro, pedreiro de profissão, filho de [confidencial] e de [confidencial], natural da freguesia de [confidencial], concelho de [confidencial], titular do bilhete de identidade número [confidencial], residente no Beco [confidencial], n.º 2, [confidencial], [confidencial];

\*

#### **2- ENUNCIADO DOS FACTOS**

São imputados ao referido arguido, os seguintes factos:

A menor ofendida, [confidencial], nascida a [confidencial]/1999, tinha à data dos factos 13 anos de idade.



[rubrica]

**Tribunal Judicial de Mangualde**

**1º Juízo**

Largo Dr. Couto - 3530-134 Mangualde

Telef: 232619580 Fax: 232091569 Mail: [mangualde.tc@tribunais.org.pt](mailto:mangualde.tc@tribunais.org.pt)

A menor ofendida padece de deficiência mental ligeira, o que implica limitações de compreensão e de contextualização de situações problemáticas, sendo que o seu nível cognitivo impede-a de avaliar correctamente as consequências dos seus actos, e torna-a vulnerável a situações de manipulação por parte dos adultos.

O arguido, natural da freguesia de [confidencial], e conhecido na localidade por "[confidencial]", nasceu a [confidencial]/1968, tendo assim à data dos factos 44 anos de idade.

A menor ofendida conhece o arguido desde tenra idade, em virtude do mesmo ser amigo dos seus pais e costumar frequentar ao domingo o Café "[confidencial]", situado em [confidencial], no concelho de [confidencial], onde a menor ofendida aí também se deslocava quando acompanhava os seus pais.

No dia 8 de julho de 2012, pelas 21 horas, quando a menor ofendida se encontrava num convívio de angariação de fundos para a Igreja de [confidencial], juntamente com os seus pais, o arguido, aproveitando-se da relação de confiança que havia criado quer com a menor ofendida, que costumava tratar por "fofinha", quer com os seus pais, fez com que a mesma se esquivasse-se por uns momentos do local e ficasse assim fora do alcance da sua mãe.

O arguido procurava deste modo, na sequência de um plano previamente congeminado, e com o propósito de satisfazer os seus instintos lascivos, praticar com a menor ofendida um acto sexual de cópula completa, usando para a subjugar da força física.

Depois de o arguido haver chamado a menor ofendida, foi-se esconder num beco que dá acesso a umas casas velhas, e que faz esquina com a Rua [confidencial], perto do recinto onde decorria a festa.

No momento em que a menor ofendida ia a passar, o arguido, postado na esquina, agarrou-a pelos braços e puxou-a para dentro do beco, dizendo-lhe que queria casar com ela e ter filhos.

Perante a investida do arguido, a menor ofendida retorquiu-lhe que não queria ir e que não queria nada com ele.

Desagradado com a postura da menor ofendida que dali se queria afastar, o arguido agarrou-a pelos cabelos e levou-a para uma parte mais recôndita onde não pudesse ser avistado por terceiros.

Acto contínuo, o arguido, prendendo a menor ofendida, despertou-lhe o cinto de fivela que lhe segurava as calças, ao mesmo tempo que ia chegando a sua boca no pescoço da mesma para a beijar.

No momento em que ensaiava baixar-lhe as calças, o arguido disse à menor ofendida que queria mostrar-lhe a "pilhina" e pediu-lhe para nela mexer.

Apavorada, a menor ofendida ia-se debatendo para impedir que o arguido a tocasse e a beijasse.

Quando o arguido se aprestava para lhe baixar as calças e introduzir a mão nas cuecas, de modo a acariciar-lhe a região genital, ouviu a mãe da menor ofendida que por ela chamando, se aproximava.

O arguido, que continuava a segurar a menor ofendida pelos braços, usando para o efeito da força física, avisou-a, com foros de seriedade e em tom intimidatório, expressando:

- "Não contes aos teus pais, senão vou bater-te!";

- Reforçando ainda:

"Não contes senão mato-te!".

Por forma evitar ser surpreendido na sua actividade, o arguido abandonou o local a correr, acabando a menor ofendida por fugir pelo lado oposto ao encontro da sua mãe.



[rubrica]

## **Tribunal Judicial de Mangualde**

### **1º Juízo**

Largo Dr. Couto - 3530-134 Mangualde  
Telef: 232619580 Fax: 232091569 Mail: [mangualde.tc@tribunais.org.pt](mailto:mangualde.tc@tribunais.org.pt)

Já junto da sua mãe, e não obstante a sua insistência em querer saber onde tinha estado, a menor ofendida, inicialmente, não lhe contou a verdade, por receio do arguido e da reacção da mãe.

No entanto, depois de confrontada pela sua mãe e por ela confortada, a menor ofendida acabou por fazê-lo, sendo que aquela juntamente com o pai vieram a denunciar os factos às autoridades.

Como consequência directa e necessária da actuação do arguido, a menor ofendida sofreu dores naquelas partes do corpo atingidas e ainda as lesões que se traduziram em duas equimoses arroxeadas, no terço superior médio externo do braço direito com dois centímetros de diâmetro, e outra equimose idêntica no terço médio externo do braço esquerdo.

A menor ofendida sofreu ainda pesadelos e perturbações no seu estado emocional, que implicaram um disfuncionamento das suas rotinas diárias.

O arguido agiu de forma livre, voluntária, deliberada, e consciente, segundo um plano previamente congeminado, com o propósito de saciar os seus impulsos libidinosos, procurando praticar com a menor ofendida acto sexual de copula completa, usando para o efeito de força física e abusando da relação de confiança que com ela mantinha, desígnio esse que não logrou concretizar por factores externos independentes da sua vontade, bem sabendo que deste modo estava a violar gravemente a sua liberdade sexual, sendo ela incapaz de se defender e de resistir por ter 13 anos de idade e padecer de deficiência mental, o que representou.

O arguido agiu ainda daquela forma, com intenção, ao proferir aquelas palavras, de silenciar a menor ofendida e assim evitar que a mesma denunciase os factos que havia cometido, procurando limitar a sua liberdade de determinação pessoal, o que representou, mas não logrou alcançar por circunstâncias externas alheias à sua vontade, bem sabendo que a mesma era pessoa particularmente indefesa, por ter 13 anos de idade e padecer de deficiência mental.

O arguido agiu sempre em obediência a renovados desígnios, livre, lúcida e deliberadamente e com perfeita consciência que as suas condutas eram proibidas e punidas por lei.

\*

### **3- O DIREITO (NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS)**

A descrita conduta do arguido é suscetível de integrar a prática dos seguintes crimes:

- Um crime de violação agravada na forma tentada, previsto e punido pelos artigos 164º, nº 1, al. a), 177º, nº 6, e 22º do Código Penal;
- E um crime de coacção agravada na forma tentada, previsto e punido pelos artigos 154º, nºs 1 e 2, 155º, nº1, al. b) e 22º do mesmo diploma legal.

### **4- O PEDIDO**

Tornando-se fundamental esta Carta Rogatória para a descoberta e esclarecimento da verdade, solicita-se às Autoridades Competentes da Suíça que:

a)- pretendendo-se a inquirição do assistente e testemunha em tempo real, em **audiência de discussão e julgamento**, através da audição por video conferência, em virtude de serem residentes em [confidencial]- Suíça, **que se encontra designada para o próximo dia 04 de Fevereiro de 2014, às 09:30 horas.**

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento e n.º de processo

Processado por computador



[rubrica]

**Tribunal Judicial de Mangualde**

**1º Juízo**

Largo Dr. Couto - 3530-134 Mangualde  
Telef: 232619580 Fax: 232091569 Mail: [mangualde.tc@tribunais.org.pt](mailto:mangualde.tc@tribunais.org.pt)

b) - Pretende-se o agendamento da diligência para o dia supra designado a hora compatível com o fuso horário entre o local em que a mesma se realiza e a sede da entidade requerente, no dia 04 de Fevereiro de 2014, às 09:30 horas (hora de Portugal continental).

c) - A entidade requerida apenas terá que proceder á convocação do assistente e testemunha e certificar a sua identidade, sendo as formalidades do acto asseguradas pelo Tribunal Português através do sistema de videoconferência, sendo a diligência efectuada pelo Tribunal Singular, dirigida pelo Mm<sup>a</sup>. Juiz Presidente do Colectivo, Dr. [confidencial], com a participação do Ministério Público e advogados do assistente e arguido.

d) - Pretendem-se ser ouvidas, nos termos e para os efeitos do artigo 318º, nº 3 do Código de Processo Penal, o assistente e testemunha indicados, quanto aos factos enunciados no ponto 2 e demais descritos no despacho de pronúncia.

**Assistente e Testemunha a convocar:**

**Assistente/Testemunha:**

- [confidencial], casado, nascido em [confidencial]-1978, natural da República federal da Alemanha, nacional de Portugal, filho de [confidencial] e de [confidencial], portador do Bilhete de Identidade nº [confidencial], válido até [confidencial]/2014, residente em [confidencial] - Suíça.

**Testemunha:**

- [confidencial], casada, nascida em [confidencial]/1979, natural da Freguesia de [confidencial], Concelho de [confidencial], filha de [confidencial] e de [confidencial], portadora do Cartão de Cidadão nº [confidencial], data de validade até [confidencial]/2014, residente em [confidencial] - Suíça.

**Informa-se que o número para ligação da videoconferência é [confidencial]/[confidencial] ou VOIP [confidencial].**

**Solicita-se o vosso contacto de videoconferência e caso o mesmo seja por IP, solicita-se o nº de IP Público.**

\*

**JUNTA-SE:**

- Lei portuguesa que prevê e pune os crimes de violação agravada na forma tentada – artº 164º-1/a, artº 177º-6, e artº 22º do Código Penal e o crime de coacção agravada na forma tentada – artº 154º-1 e 2, artº 155º-1/b e o já referido artº 22º do mesmo diploma legal.

- Lei portuguesa que regula a obtenção de depoimento mediante videoconferência -artigo 318º, do Código de Processo Penal.



**Tribunal Judicial de Mangualde**

**1º Juízo**

Largo Dr. Couto - 3530-134 Mangualde  
Telef: 232619580 Fax: 232091569 Mail: [mangualde.tc@tribunais.org.pt](mailto:mangualde.tc@tribunais.org.pt)

Com os meus melhores cumprimentos pela vossa prestimosa e estimável colaboração.

Mangualde, 28-10-2013.

*(Documento elaborado por Escrivão Adjunto [confidencial])*

A Juiz de Direito,  
[confidencial]

*(Dra. [confidencial])*



### **Artigo 164.º**

#### **Violação**

1 - Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa:

- a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou
- b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos; é punido com pena de prisão de três a dez anos.

2 - Quem, por meio não compreendido no número anterior e abusando de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando-se de temor que causou, constranger outra pessoa:

- a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou
- b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos; é punido com pena de prisão até três anos.

### **Artigo 177.º**

#### **Agravação,**

1 - As penas previstas nos artigos 163.º a 165.º e 167.º a 176.º são agravadas de um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se a vítima:

- a) For ascendente, descendente, adoptante, adoptado, parente ou afim até ao segundo grau do agente; ou
- b) Se encontrar numa relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho do agente e o crime for praticado com aproveitamento desta relação.

2 - As agravações previstas no número anterior não são aplicáveis nos casos do n.º 2 do artigo 163.º, do n.º 2 do artigo 164.º, da alínea c) do n.º 2 do artigo 169.º e da alínea c) do n.º 2 do artigo 175.º

3 - As penas previstas nos artigos 163.º a 167.º e 171.º a 174.º são agravadas de um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se o agente for portador de doença sexualmente transmissível.

4 - As penas previstas nos artigos 163.º a 168.º e 171.º a 174.º são agravadas de metade, nos seus limites mínimo e máximo, se dos comportamentos aí descritos resultar gravidez, ofensa à integridade física grave, transmissão de agente patogénico que crie perigo para a vida, suicídio ou morte da vítima.

5 - As penas previstas nos artigos 163.º, 164.º, 168.º, 174.º, 175.º e no n.º 1 do artigo 176.º são agravadas de um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se a vítima for menor de 16 anos.

6 - As penas previstas nos artigos 163.º, 164.º, 168.º, 175.º e no n.º 1 do artigo 176.º são agravadas de metade, nos seus limites mínimo e máximo, se a vítima for menor de 14 anos.

7 - Se no mesmo comportamento concorrerem mais do que uma das circunstâncias referidas nos números anteriores só é considerada para efeito de determinação da pena aplicável a que tiver efeito agravante mais forte, sendo a outra ou outras valoradas na medida da pena.

### **Artigo 154.º**

#### **Coacção**

1 - Quem, por meio de violência ou de ameaça com mal importante, constranger outra pessoa a uma acção ou omissão, ou a suportar uma actividade, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.

2 - A tentativa é punível.

3 - O facto não é punível:

- a) Se a utilização do meio para atingir o fim visado não for censurável; ou
- b) Se visar evitar suicídio ou a prática de facto ilícito típico.

4 - Se o facto tiver lugar entre cônjuges, ascendentes e descendentes, adoptantes e adoptados, ou entre pessoas, de outro ou do mesmo sexo, que vivam em situação análoga à dos cônjuges, o procedimento criminal depende de queixa.

### **Artigo 155.º**

#### **Agravação**

1 - Quando os factos previstos nos artigos 153.º e 154.º forem realizados:

- a) Por meio de ameaça com a prática de crime punível com pena de prisão superior a três anos; ou
- b) Contra pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez;
- c) Contra uma das pessoas referidas na alínea l) do n.º 2 do artigo 132.º, no exercício das suas funções ou por causa delas;
- d) Por funcionário com grave abuso de autoridade;

o agente é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias, no caso do artigo 153.º, e com pena de prisão de um a cinco anos, no caso do n.º 1 do artigo 154.º

2 - As mesmas penas são aplicadas se, por força da ameaça ou da coacção, a vítima ou a pessoa sobre a qual o mal deve recair se suicidar ou tentar suicidar-se.

### **Artigo 22.º**

#### **Tentativa**

1 - Há tentativa quando o agente praticar actos de execução de um crime que decidiu cometer, sem que este chegue a consumir-se.

2 - São actos de execução:

- a) Os que preencherem um elemento constitutivo de um tipo de crime;
- b) Os que forem idóneos a produzir o resultado típico; ou
- c) Os que, segundo a experiência comum e salvo circunstâncias imprevisíveis, forem de natureza a fazer esperar que se lhes sigam actos das espécies indicadas nas alíneas anteriores.

**Artigo 318º****Residentes fora da comarca**

1 - Excepcionalmente, a tomada de declarações ao assistente, às partes civis, às testemunhas, a peritos ou a consultores técnicos pode, oficiosamente ou a requerimento, não ser prestada presencialmente, podendo ser solicitada pelo presidente ao juiz de outra comarca, por meio adequado de comunicação, nos termos do artigo 111.º, se:

- a) Aquelas pessoas residirem fora da comarca;
- b) Não houver razões para crer que a sua presença na audiência é essencial à descoberta da verdade; e
- c) Forem previsíveis graves dificuldades ou inconvenientes, funcionais ou pessoais, na sua deslocação.

2 - A solicitação é de imediato comunicada ao Ministério Público, bem como aos representantes do arguido, do assistente e das partes civis.

3 - Quem tiver requerido a tomada de declarações informa, no mesmo acto, quais os factos ou as circunstâncias sobre que aquelas devem versar.

4 - A tomada de declarações processa-se com observância das formalidades estabelecidas para a audiência.

5 - A tomada de declarações realiza-se em simultâneo com a audiência de julgamento, com recurso a meios de telecomunicação em tempo real.

6 - No caso previsto no número anterior, observam-se as disposições aplicáveis à tomada de declarações em audiência de julgamento. Compete, porém, ao juiz da comarca a quem a diligência foi solicitada praticar os actos referidos nos artigos 323º, alíneas b), primeira parte, d) e e), e 348º, nº 3.

7 - Fora dos casos previstos no nº 5, o conteúdo das declarações é reduzido a auto, sendo aquelas reproduzidas integralmente ou por súmula, conforme o juiz determinar, tendo em atenção os meios disponíveis de registo e transcrição, nos termos do artigo 101º.



[Paraphe]

**Tribunal Judiciaire de Mangualde**

**1<sup>ère</sup> chambre**

Largo Dr. Couto - 3530-134 Mangualde

Tél. : [+351] 232619580 Fax : [+351] 232091569 Courriel : [mangualde.tc@tribunais.org.pt](mailto:mangualde.tc@tribunais.org.pt)

Affaire : [confidencial]	Procédure ordinaire (Formation collégiale)	N/ Référence : [confidencial]
--------------------------	--	-------------------------------

## **COMMISSION ROGATOIRE**

### **(Audition de témoins par vidéoconférence)**

#### **ADRESSÉE AUX AUTORITÉS JUDICIAIRES COMPÉTENTES DE LA SUISSE**

AU NOM DE LA JUSTICE ET EN VERTU DES DISPOSITIONS LÉGALES DE COOPÉRATION JUDICIAIRE INTERNATIONALE EN MATIÈRE PÉNALE (Art. 23 et 151 de la (LOI N° 144/99, DU 31 AOÛT) ;

Mme le juge de première instance [confidencial], de la 1<sup>ère</sup> chambre - Tribunal judiciaire de Mangualde, sis Largo Dr. Couto - 3530-134 Mangualde, Tél. : [+351] 232619580, Fax : [+351] 232091569, Courriel : [mangualde.tc@tribunais.org.pt](mailto:mangualde.tc@tribunais.org.pt), demande aux Autorités Compétentes de la Suisse, en exécution de cette commission rogatoire et compte tenu des faits qui la justifient que, celles-ci accomplissent les démarches suivantes, dans le respect des formalités légales :

#### **1- INTRODUCTION**

Une procédure ordinaire (formation collégiale) est en cours à la 1<sup>ère</sup> chambre - Tribunal judiciaire de Mangualde, enregistrée sous le n° [confidencial] dans laquelle sont :

**Demandeur :**

**- Ministère Public**

**Victime :**

- [confidencial], célibataire, mineure, née le [confidencial]-1999, à [confidencial], Commune de [confidencial], fille de [confidencial] et de [confidencial], domiciliée Rua [confidencial].

**Assistant en représentation de la mineure [confidencial]:**

- [confidencial]

**Mis en examen :**

- [confidencial], né le [confidencial]-1968, célibataire, maçon de profession, fils de [confidencial] et de [confidencial], à [confidencial], commune de [confidencial], titulaire de la pièce d'identité n° [confidencial], domicilié Beco [confidencial];

\*

#### **2- ENONCÉ DES FAITS**

Le mis en examen est accusé des faits suivants :

La victime mineure, [confidencial], née le [confidencial]-1999, avait à la date des faits l'âge de 13 ans.

La victime mineure a une déficience mentale légère qui limite sa compréhension et sa mise en contexte concernant des situations problématiques, et son niveau cognitif l'empêche d'évaluer correctement les conséquences de ses actions, ce qui la rend vulnérable à la manipulation par les adultes.

Le mis en examen, né à [confidencial], et connu par « [confidencial] », le [confidencial]-1968, avait à la date des faits l'âge de 44 ans.

**Veuillez indiquer dans votre réponse la référence de ce document et le n° d'affaire**

Traité par ordinateur



[Paraphe]

## **Tribunal Judicial de Mangualde**

### **1<sup>ère</sup> chambre**

Largo Dr. Couto - 3530-134 Mangualde

Tél: [+351] 232619580 Fax: [+351] 232091569 Mail: [mangualde.tc@tribunais.org.pt](mailto:mangualde.tc@tribunais.org.pt)

La victime mineure connaît le mis en examen dès le plus jeune âge, vu que celui-ci est ami de ses parents et a l'habitude de fréquenter les dimanches le café « [confidencial] », situé à [confidencial], dans la commune de [confidencial], où la victime mineure allait avec ses parents.

Le 8 juillet 2012, vers 21 heures, lorsque la victime mineure participait à une réunion de fonds pour l'église d'[confidencial], avec ses parents, le mis en examen, profitant de la relation de confiance créée soit avec la victime mineure, qu'il traitait de « mignonne », soit avec ses parents, a fait en sorte que celle-ci sorte pendant quelques moments, et qu'elle reste hors de la portée de sa mère.

Le mis en examen cherchait donc, suite à un plan prémédité, et avec l'intention de satisfaire ses instincts libidineux, pratiquer avec la victime mineure un acte sexuel de pénétration complète en utilisant de la force physique pour la subjuguier.

Après le mis en examen avoir appelé la victime mineure il s'est caché dans une ruelle qui permet l'accès à des vieilles maisons, et qui se croise avec Rua [confidencial], près du lieu de la fête.

Au moment où la victime mineure passait, le mis en examen, restant au coin, l'a attrapée par les bras et l'a conduit à l'intérieur de la ruelle, lui disant qu'il voudrait se marier et avoir des enfants avec elle.

Devant l'assaut du mis en examen, la victime mineure lui a répondu qu'elle ne voulait pas et qu'elle ne voulait avoir rien avec lui.

Mécontent par la posture de la victime mineure qu'y voulait s'en aller, le mis en examen l'a tirée par les cheveux et l'a amenée dans un endroit plus caché où il ne pourrait pas être aperçu par des tiers.

Ensuite, l'*arguido*, saisissant la victime mineure, lui a desserré la ceinture de boucle de ses pantalons, en même temps qu'il rapprochait sa bouche du cou de la victime pour la baiser.

Au moment où il essayait de lui baisser ses pantalons, le mis en examen a dit à la victime mineure qu'il voulait lui montrer son zizi et lui a demandé qu'elle le touche.

Effrayée, la victime mineure se débattait pour empêcher que le mis en examen la touche et l'embrasse.

Lorsque le mis en examen se préparait pour baisser ses pantalons et introduire la main dans la culotte de la victime mineure afin de lui caresser la région génitale, il a entendu la mère de l'enfant qui, l'appelant, se rapprochait.

Le mis en examen, qui saisissait toujours la victime mineure par les bras, en utilisant de la force physique, l'a avertie, de façon sérieuse et intimidatrice, en disant :

- « Ne dit rien à tes parents ou je te tape ! » ;
- Et en renforçant encore :  
« Ne dit rien ou je te tue ! ».

Pour éviter d'être surpris dans cette situation, le mis en examen a quitté l'endroit rapidement, et la victime mineure a fini par s'enfuir du côté opposé, où était sa mère.

Déjà auprès de sa mère, et malgré son insistance à vouloir savoir où elle avait été, la victime mineure, ne lui a pas dit la vérité au début, par peur du mis en examen et de la réaction de sa mère.

Cependant, après être confrontée et réconfortée par sa mère, la victime mineure a fini par lui dire la vérité, et les parents ont ensuite dénoncé les faits aux autorités.

En conséquence directe et inévitable de l'action du mis en examen, la victime mineure a subi des douleurs dans les parties du corps atteintes, ainsi que des lésions qui se sont traduites en deux ecchymoses violacées, dans le tiers moyen supérieur externe du bras droit avec deux centimètres de diamètre, et une autre ecchymose identique dans le tiers moyen externe du bras gauche.

Veuillez indiquer dans votre réponse la référence de ce document et le n° d'affaire

Traité par ordinateur



[Paraphe]

## **Tribunal Judicial de Mangualde**

### **1<sup>ère</sup> chambre**

Largo Dr. Couto - 3530-134 Mangualde

Tél: [+351] 232619580 Fax: [+351] 232091569 Mail: [mangualde.tc@tribunais.org.pt](mailto:mangualde.tc@tribunais.org.pt)

La victime mineure a encore fait des cauchemars et eu des troubles dans son état émotionnel, engendrant un dysfonctionnement de sa routine quotidienne.

Le mis en examen a agi librement, volontairement, délibérément et consciemment, selon un plan prémédité, avec l'intention de satisfaire ses impulsions libidineuses. Il cherchait à pratiquer avec la victime mineure un acte sexuel de pénétration complète, en utilisant de la force physique et abusant de la relation de confiance qu'il entretenait avec la victime, un fait qu'il n'a pas parvenu à concrétiser à cause des facteurs externes indépendants de sa volonté. Le mis en examen savait parfaitement qu'il violait gravement la liberté sexuelle de la victime, puisque celle-ci était incapable de se défendre et de résister, en raison d'avoir 13 ans et avoir de déficience mentale.

Lorsque le mis en examen a proféré ces mots, il avait l'intention de faire taire la victime mineure afin d'empêcher que celle-ci dénonce les faits qu'il avait commis, cherchant à limiter sa liberté de détermination personnelle, un fait qu'il n'a pas parvenu à concrétiser à cause de circonstances externes indépendantes de sa volonté. Le mis en examen savait parfaitement que la victime mineure était une personne particulièrement sans défense en raison d'avoir 13 ans et une déficience mentale.

Le mis en examen a agi librement selon sa volonté, de façon lucide et délibérée, et sachant que sa conduite était interdite et punie par la loi.

\*

### **3- LE DROIT (NORMES LÉGALES APPLICABLES)**

La conduite mentionnée du mis en examen est susceptible d'intégrer la pratique des crimes suivants :

- Un crime de viol aggravé sous la forme tentée, prévu et puni par les articles 164, paragraphe 1, alinéa a), 177 paragraphe 6, et 22 du Code Pénal ;
- Et un crime de contrainte aggravée sous la forme tentée, prévu et puni par les articles 154, paragraphe 1 et 2, 155, paragraphe 1, alinéa b) et 22 de la même loi.

### **4- LA DEMANDE**

La présente commission rogatoire étant fondamentale pour établir la vérité des faits, il est demandé aux Autorités Compétentes de la Suisse que :

d) - Celles-ci procèdent à l'audition de l'assistant et du témoin en temps réel, en **audience de débat et de jugement**, à travers d'audition par vidéoconférence, vu qu'ils habitent Route [confidencial] - Suisse, **désignée pour le prochain 4 février 2014, à 09h30.**

e) - Celles-ci procèdent à la fixation de la diligence pour le jour susnommé, à une heure compatible avec le fuseau horaire entre le lieu où l'audition aura lieu et le siège de l'entité requérante, le 4 février 2014, à 09h30 (heure du Portugal continental).

f) - L'entité requérante ne devra que convoquer l'assistant et le témoin et certifier leur identité, les formalités étant assurées par le Tribunal portugais par vidéoconférence. La diligence est réalisée par un Juge unique dirigée par l'honorable Juge Président de la formation collégiale, [confidencial], avec la participation du Ministère Public et des avocats de l'assistant et du mis en examen.

Veuillez indiquer dans votre réponse la référence de ce document et le n° d'affaire

Traité par ordinateur



## **Tribunal Judicial de Mangualde**

### **1<sup>ère</sup> chambre**

Largo Dr. Couto - 3530-134 Mangualde

Tél: [+351] 232619580 Fax: [+351] 232091569 Mail: [mangualde.tc@tribunais.org.pt](mailto:mangualde.tc@tribunais.org.pt)

d) - Celles-ci procèdent à l'audition, en vertu et aux effets de l'article 318, paragraphe 3 du Code de Procédure Pénale, de l'assistant et du témoin indiqués, par rapport aux faits énoncés au paragraphe 2 de cette commission rogatoire et ceux qui sont décrits à l'arrêt de mise en accusation.

#### **Assistant et Témoin à convoquer :**

##### **Assistant/Témoin :**

- [confidencial], marié, né le [confidencial]-1978, en République fédérale de l'Allemagne, de nationalité portugaise, fils de [confidencial] et de [confidencial], titulaire de la pièce d'identité n° [confidencial], valable jusqu'au [confidencial]-2014, domicilié Route [confidencial] - Suisse.

##### **Témoin :**

- [confidencial], mariée, née le [confidencial]-1979, à [confidencial], Commune [confidencial], fille de [confidencial] et de [confidencial], titulaire de la pièce d'identité n° [confidencial], valable jusqu'au [confidencial]-2014, domiciliée Route [confidencial] - Suisse.

**Nous vous informons que le numéro de la ligne de la vidéoconférence est le [confidencial] / [confidencial] ou VOIP [confidencial].**

**Veillez indiquer votre contact de vidéoconférence et, au cas où ce contact serait fait par IP, veuillez indiquer le numéro de l'IP Public.**

\*

#### **PIÈCES JOINTES :**

- Loi portugaise qui prévoit et punit les crimes de viol aggravé sous la forme tentée - art. 164 paragraphe 1 alinéa a)-, art. 177 paragraphe 6, et art. 22 du Code Pénal et le crime de contrainte aggravée sous la forme tentée - art. 154 paragraphe 1 et 2, art. 155 paragraphe 1 alinéa b) et l'art. 22 déjà mentionné de la même loi.

- Loi portugaise qui règle l'obtention d'une déposition par vidéoconférence -article 318, du Code de la Procédure Pénale.

Je vous prie d'agréer mes sincères salutations et vous remercie de votre précieuse collaboration

Fait à Mangualde, le 28-10-2013.

(Document rédigé par l'Agent adjoint [confidencial])

Mme. le Juge de première instance,

[Signature illisible]

([confidencial])

## **Article 164**

### **Viol**

1 - Celui qui, par la violence, la menace grave, ou après, à cet effet, a contraint une personne, la rendant inconsciente ou impossibilité de résister :

a) À subir ou à pratiquer, avec soi ou des tiers, pénétration, coït anal ou oral ; ou

b) À subir introduction vaginale ou anale de parties du corps ou d'objets ; est puni d'une peine d'emprisonnement de trois à dix ans.

2 - Celui qui, de façon non prévue au numéro précédent, et abusant d'une autorité résultant d'une relation familiale, d'une tutelle ou curatelle, ou d'une dépendance hiérarchique, économique ou de travail, ou profitant de la peur engendrée, contraint une autre personne :

a) À subir ou à pratiquer, avec soi ou des tiers, pénétration, coït anal ou oral ; ou

b) À subir introduction vaginale ou anale de parties du corps ou d'objets ; est puni d'une peine d'emprisonnement jusqu'à trois ans.

## **Article 177**

### **Aggravation**

1 - Les peines prévues des articles 163 à 165 et 167 à 176 sont aggravées en un tiers, dans ses limites minimum et maximum, si la victime :

a) Est ascendante, descendante, adoptive, adoptée, parente ou alliée jusqu'au second degré de l'auteur ; ou

b) Est dans une relation de famille, de tutelle ou de curatelle, ou de dépendance hiérarchique, économique ou de travail avec l'auteur et le crime est pratiqué profitant de cette relation.

2 - Les aggravations prévues au numéro précédent ne s'appliquent pas dans les cas du paragraphe 2 de l'article 163, du paragraphe 2 de l'article 164, de l'alinéa c) du paragraphe 2 de l'article 169 et de l'alinéa c) du paragraphe 2 de l'article 175

3 - Les peines prévues aux articles 163 à 167 et 171. à 174. sont aggravées en un tiers, dans ses limites minimum et maximum, si l'auteur est porteur d'une maladie sexuellement transmissible.

4 - Les peines prévues aux articles 163 à 168 et 171 à 174 sont aggravées en moitié, dans ses limites minimum et maximum, si des conduites décrites résulte une grossesse, une atteinte à l'intégrité physique grave, transmission d'agents pathogènes qui constituent une menace à la vie, ou qui mènent au suicide ou à la mort de la victime.

5 - Les peines prévues aux articles 163, 164, 168, 174, 175 et au paragraphe 1 de l'article 176 sont aggravées en un tiers, dans ses limites minimum et maximum, si la victime est mineur de 16 ans.

6 - Les peines prévues aux articles 163, 164, 168, 175 et au paragraphe 1 de l'article 176 sont aggravées en moitié, dans ses limites minimum et maximum, si la victime a moins de 14 ans.

7 - Si dans la même conduite a lieu plus d'une des circonstances mentionnées dans les numéros précédents, la détermination de la peine applicable ne comprend que celle qui a l'effet aggravant le plus fort, et l'autre ou les autres conduites sont évaluées selon la mesure de la peine.



## **Article 154**

### **Contrainte**

1 - Celui qui, par la violence ou la menace grave, contraint une autre personne à exécuter une action ou omission, ou à supporter une activité, est puni d'une peine d'emprisonnement jusqu'à trois ans ou d'une peine d'amende.

2 - La tentative est punissable.

3 - Le fait n'est pas punissable :

a) Si l'utilisation du moyen pour atteindre le but visé n'est pas reprochable ; ou

b) Si celui-ci vise à empêcher le suicide ou la pratique d'un fait illicite typique.

4 - Si le fait a lieu entre époux, ascendants, descendants, adoptifs et adoptés, ou entre personnes d'autre ou du même sexe, qui vivent dans une situation analogue à celle des époux, la procédure pénale dépend d'une plainte.

## **Article 155**

### **Aggravation**

1 - Quand les faits prévus aux articles 153 et 154 sont réalisés :

a) Sous menace avec la pratique d'un crime punissable d'une peine d'emprisonnement supérieure à trois ans ; ou

b) Contre une personne particulièrement sans défense, en raison de son âge, déficience, maladie ou grossesse ;

c) Contre une des personnes mentionnés à l'alinéa l) du paragraphe 2 de l'article 132, dans l'exercice de ses fonctions ou à cause d'elles ;

d) Par un employé avec un abus grave d'autorité ;

L'auteur est puni d'une peine d'emprisonnement jusqu'à deux ans ou d'amende jusqu'à 240 jours, dans le cas de l'article 153, et d'une peine d'emprisonnement d'un à cinq ans, dans le cas du paragraphe 1 de l'article 154.

2 - Ces mêmes peines sont appliquées si, sous menace ou contrainte, la victime ou la personne sur laquelle le mal doit retomber se suicide ou essaye de se suicider.

## **Article 22**

### **Tentative**

1 - Il y a une tentative quand l'auteur pratique des actes d'exécution d'un crime qu'il a décidé de commettre, sans qu'il soit perpétré.

2 - Constituent des actes d'exécution :

a) Ceux qui ont un élément constitutif d'un type de crime ;

b) Ceux qui sont aptes à la production du résultat typique ; ou

c) Ceux qui, conformément à l'expérience et sauf circonstance imprévue, sont de nature à faire attendre que des actes des types mentionnés aux alinéas précédents se suivent.

**Article 318****Domiciliés hors de l'arrondissement**

1 - Exceptionnellement, la prise de déclarations à l'assistant, aux parties civiles, aux témoins, aux experts ou aux conseillers techniques peut, officieusement ou sur requête, ne pas être faite en présence, pouvant être requise par le président au juge d'un autre arrondissement, par moyen adéquat de communication, en vertu de l'article 111, si :

- a) Ceux-ci ont leurs domiciles hors de l'arrondissement ;
- b) S'il n'existe pas de raisons pour croire que leur présence à l'audience est indispensable à la découverte de la vérité ; et
- c) de graves difficultés ou inconvénients, fonctionnelles ou personnelles, dans leur déplacement sont prévus.

2 - La demande est immédiatement communiquée au Ministère Public, ainsi qu'aux représentants de l'*arguido*, de l'assistant et des parties civiles.

3 - Le demandeur de la prise de déclarations informe, lors de l'acte, quels sont les faits ou les circonstances qui font l'objet de ces déclarations.

4 - La prise de déclarations est faite en conformité avec les formalités établies pour l'audience.

5 - La prise de déclarations a lieu en même temps que l'audience, ayant recours à des moyens de télécommunications en temps réel.

6 - Au cas prévu au numéro précédent, les normes applicables à la prise de déclarations lors d'une audience sont à observer. Cependant, il incombe au juge de l'arrondissement à qui la diligence a été sollicitée de pratiquer les actes mentionnés aux articles 323, alinéa b), première partie, alinéas d) et e), et article 348, paragraphe 3.

7 - Hormis les cas prévus au numéro 5, les déclarations font l'objet d'un acte, et sont reproduites intégralement ou en résumé, au choix du juge, tout en prenant en compte les moyens disponibles d'enregistrement et de transcription, aux termes de l'article 101.



**Tribunal Judicial de Viseu**

**1º Juízo Criminal**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu  
Telef: 232427000 Fax: 232427090 Mail: [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

Processo: [confidencial]	Processo Comum (Tribunal Coletivo)	N/Referência: [confidencial] Data: 22-11-2013
--------------------------	------------------------------------	--

## **CARTA ROGATÓRIA**

**DIRIGIDA ÀS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS COMPETENTES DE**  
**Competente Autoridade Judiciária Suíça**

\*

EM NOME DA JUSTIÇA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL (LEI N.º 144/99, DE 31 DE AGOSTO);

O(A) Juiz de Direito, do(a) 1º Juízo Criminal - Tribunal Judicial de Viseu, roga às autoridades competentes de Competente Autoridade Judiciária Suíça, que em cumprimento desta e atento os factos que a justificam, se proceda com observância das formalidades legais às diligências que a seguir se indicam:

### **1- INTRODUÇÃO**

Corre termos neste(a) Tribunal Judicial de Viseu - 1º Juízo Criminal, um Processo Comum (Tribunal Coletivo), registado sob o n.º [confidencial], em que são.

Autor: Ministério Público

Arguido: [confidencial]

\*

### **2- EXPOSIÇÃO DOS FACTO**

Por acórdão de 10-08-2013, foi a arguida condenada na pena de 2 ANOS E DEZ MESES DE PRISÃO, pelo crime de furto qualificado, p.e p. pelo artº 203º, nº1 e 204º nº2 al. e), por referência ao artº 202º d) todos do CPenal -

### **3- O PEDIDO DE COOPERAÇÃO**

*Artº4º e 5º nº2 a, b) da Convenção Relativa ao Auxílio Mutuo em Matéria Penal entre os Membros da União Europeia de 29/05/2002.*

*Solicita- assim às autoridades judiciárias competentes que se proceda às diligências a seguir indicadas, relativas ao (á) arguida abaixo indicada.*

a)- seja notificado de todo o conteúdo do acórdão proferido no âmbito do processo C.Colectivo em referência-cuja cópia se junta para lhe ser entregue no ato da notificação e :

Solicita-sc que na resposta seja indicada a referência deste documento e n.º de processo



**Tribunal Judicial de Viseu**

**1º Juízo Criminal**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu  
Telef: 232427000 Fax: 232427090 Mail: [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

**de que tem o prazo de 30 dias, a contar da presente notificação, para exercer o direito de recurso da referida sentença, devendo para o efeito contactar o seu mandatário/defensor-**

**4-A NOTIFICAR**

**[confidencial]** natural de: [confidencial]; nacional de Portugal nascido em [confidencial]-1984 estado civil: Solteiro, filho(a) de [confidencial] e de [confidencial] profissão: Desconhecida ou sem Profissão NIF - [confidencial], BI - [confidencial], Segurança social - 11154089212[confidencial] domicílio: [confidencial] Suíça.

**JUNTA-SE:** Cópia da mesma-

Com os meus melhores cumprimentos pela vossa prestimosa e estimável colaboração.

Viseu, 22-11-2013.

O(A) , JUIZ DE DIREITO

*a/Dr. [confidencial]*



**Tribunal judicial de Viseu**

**1<sup>ère</sup> Chambre criminelle**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu

Tél. : [+351] 232427000 Fax : [+351] 232427090 Courriel : [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

Affaire : [confidencial]	Procédure ordinaire (Formation collégiale)	N/ Référence : [confidencial] Date : 22-11-2013
--------------------------	--	--

## COMMISSION ROGATOIRE

### ADRESSÉE AUX AUTORITÉS JUDICIAIRES COMPÉTENTES DE LA SUISSE

\*

AU NOM DE LA JUSTICE ET EN VERTU DES DISPOSITIONS LÉGALES DE COOPÉRATION JUDICIAIRE INTERNATIONALE EN MATIÈRE PÉNALE (LOI N° 144/99 DU 31 AOÛT)

M. le juge de première instance de la 1<sup>ère</sup> chambre criminelle - tribunal judicial de Viseu, demande aux autorités judiciaires compétentes de la Suisse, en exécution de cette commission rogatoire et compte tenu des faits qui la justifient que, celles-ci accomplissent les démarches suivantes, dans le respect des formalités légales :

#### 1- INTRODUCTION

Une procédure ordinaire (formation collégiale) est en cours au Tribunal judicial de Viseu - 1<sup>ère</sup> Chambre criminelle, enregistrée sous le n° [confidencial], dans laquelle sont.

Demandeur : Ministère Public Mise en examen: [confidencial]
--

\*

#### 2- EXPOSÉ DES FAITS

Par l'arrêt du 10-08-2013, la mise en examen a été condamnée à la peine de DEUX ANS ET DIX MOIS D'EMPRISONNEMENT, pour le délit de vol qualifié, prévu et puni par l'art. 203, paragraphe 1, et l'art. 204 paragraphe 2 al. e), par référence à l'art. 202 al. d) tous du code pénal -

#### 3- LA DEMANDE DE COOPÉRATION

*Art. 4 et 5 paragraphe 2 al. a) et b) de la Convention relative à l'entraide judiciaire en matière pénale entre les États membres de l'Union européenne du 29-05-2002.*

*Il est demandé aux autorités judiciaires compétentes d'accomplir les démarches suivantes, concernant la mise en examen mentionnée ci-après.*

a)- Assigner la mise en examen de tout le contenu de l'arrêt prononcé dans le cadre de la procédure civile collective en référence, dont une copie est jointe qui doit lui être remis au moment de l'assignation et :

Veuillez indiquer dans votre réponse la référence de ce document et le n° d'affaire

Traité par ordinateur



**Tribunal judicial de Viseu**

**1<sup>ère</sup> Chambre criminelle**

Avenida da Europa - 3514-506 Viseu

Tél. : [+351] 232427000 Fax : [+351] 232427090 Courriel : [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt)

- qu'elle a un délai de 30 jours, à compter de la présente assignation, pour exercer les droits de recours de ce jugement, devant contacter son mandataire/avocat.

**4- DOIT ÊTRE NOTIFIÉ**

**[confidencial]** née à [confidencial], le [confidencial]-1984; de nationalité portugaise état civil : célibataire, fille de [confidencial] et de [confidencial], profession : Inconnue ou sans Profession NIF -[confidencial], titulaire de la pièce d'identité n° - [confidencial], Sécurité sociale n°- [confidencial], domiciliée [confidencial], Suisse.

**PIÈCES JOINTES** : Copie de la commission rogatoire.

Je vous prie d'agréer mes sincères salutations et vous remercie de votre précieuse collaboration.

Fait à Viseu, le 22-11-2013.

LE JUGE DE PREMIÈRE INSTANCE

*Mr. [confidencial]*

**MINISTÈRE DE LA JUSTICE**  
Direction-générale pour l'administration de la justice  
Av. D. João II n° 1.08.01 D/E  
Pisos 0, 9º a 14º  
1990-097 Lisbonne

**CARTA ROGATÓRIA**  
**CONVENÇÃO DE HAIA, DE 18 DE MARÇO DE 1970, SOBRE OBTENÇÃO DE**  
**PROVAS NO ESTRANGEIRO EM MATÉRIA CIVIL OU COMERCIAL.**

COMMISSION ROGATOIRE  
CONVENTION DE LA HAYE, SUR L'OBTENTION DES PREUVES À L'ÉTRANGER EN MATIERE  
CIVILE OU COMMERCIALE,  
DU 18 MARS 1970  
LETTERS OF REQUEST  
HAGUE CONVENTION ON THE TAKING OF EVIDENCE ABROAD IN CIVIL OR COMERCIAL  
MATERS OF 18 MARCH 1970

<b>Identidade e morada do requerente</b> Identité et adresse du requérant /Identity and adress of the applicant  Tribunal Judicial de Viseu, 4º Juízo Cível Telef.: 232 427 000 Fax : 232 427 090 E-mail: viseu.tc@tribunais.org.pt Avenida da Europa	<b>Morada da autoridade destinatária</b> Adresse de l'autorité destinataire/Address of receiving authority  Autoridades Competentes da Suíça, Suíça
---	--

1. Pessoa a quem os documentos comprovativos das diligências efetuadas devem ser remetidos.

Personne à qui les pièces constatant l'exécution de la demande doivent être renvoyées.  
Person to whom the executed request is to be returned.

( Identidade e morada identité et adresse / identity and address)

Tribunal Judicial de Viseu, Avenida Europa

2. Indicação da data limite em que a autoridade requerente deseja receber resposta à carta rogatória.

Indiquer la date limite à laquelle l'autorité requérante désire recevoir la réponse à la commission rogatoire  
Spécification of the date by wich the requesting authority requires receipt of the réponse to the letter of request

Data Limite Date Limite /Date : \_\_\_\_\_

Motivo da Urgência / Raison de l'urgence / Reason for urgency : \_\_\_\_\_

EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 3 DA CONVENÇÃO, O REQUERENTE ABAIXO ASSINADO TEM A HONRA DE APRESENTAR O PEDIDO SEGUINTE:

EM CONFORMITÉ AVEC L'ARTICLE 3 DE LA CONVENTION, LE REQUÉRANT SOUSSIGNÉ À L'HONNEUR DE PRÉSENTER LA DEMANDE SUIVANTE:

IN CONFORMITY WITH ARTICLE 3 OF THE CONVENTION, THE UNDERSIGNED APPLICANT HAS THE HONOUR TO SUBMIT THE FOLLOWING REQUEST:

3. a) Autoridade Judiciária requerente (artigo 3, a)

Autorité Judiciaire requérant (article 3, a)

\_\_\_\_ Requesting Judicial Authority (article 3, a)

Tribunal Judicial de Viseu, 4º Juízo Cível, Telef.: 232 427 000 Fax : 232 427 090 E-mail:  
[viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt), Avenida da Europa \_\_\_\_\_

b) Para a autoridade competente (artigo 3, a)

A l'autorité compétente de (article 3, a)  
To the competent authority of (article 3. a)

Estado requerido / État requis / the requested State :  
Autorités compétentes de la Suisse, , Suisse

c) Assunto e número de identificação do processo

Nom et numéro d'identification de l'affaire  
Name of the case and any identifying number

Espécie: Ação de Processo Sumário, Processo nº : [confidencial]

4. Identidade e morada das partes e seus representantes (incluindo os representantes no Estado requerido)\* (artigo 3, b)

Identité et adresse des parties et de leurs représentants (Y compris représentants dans l'État requis)\* (article 3, b)  
Name and address of the parties and their representatives in the requested State)<sup>a</sup> (articles 3, b)

a) Autor / Demandeur / Plaintiff:

[confidencial] e outro

b) Réu / Défendeur / Défendant

[confidencial] e outros

Representantes Legais / Représentants Représentatives

Dr(a). [confidencial], Mandatário do(a) Autor, [confidencial] e [confidencial], com escritório na Rua [confidencial] Sever do Vouga, contactos : telefone – [confidencial], fax - [confidencial], e-mail - [confidencial]

Dr(a). [confidencial], Mandatário do(a) Réus [confidencial], [confidencial] e outros, domicilié Rua [confidencial], Viseu ; contactos : telefone – [confidencial], fax - [confidencial], e-mail - [confidencial]

c) Outras partes / Autres parties / Other parties

5. a) Natureza da ação (divórcio, poder paternal, violação de contrato, defesa do consumidor, etc.) (artigo 3, c)

Nature et objet de l'instance (divorce, filiation, rupture de contrat, responsabilité du fait des produits, etc.) (article 3, c)

Nature and proceedings (divorce, palemity, breach of contract, product liability, etc.) (article 3, c)

Reconhecimento de direito de preferência relativa a com pra de imóvel.

b) Resumo do pedido

Exposé sommaire de la demande / Summary of complaint

Ver reconhecido o direito de preferência dos AA, relativamente á compra que o réu [confidencial] fez do prédio com o artigo matricial [confidencial], da freguesia de Ribafeita.

c) Resumo da contestação e reconvenção\*

Exposé sommaire de la défense ou demande reconventionnelle / Summary of defence and counterclaim



d) Outras informações ou documentos necessários\*

Autres renseignements ou documents utiles / Other necessary information or documents

--

6. a) Provas a obter ou outros atos judiciais a realizar (artigo 3, d)

Actes d'instruction ou autres actes judiciaires à accomplir (article 3, d) / Evidence to be obtained or other judicial act to be performed (article 3, d)

--

b) Objetivo das provas ou atos judiciais a realizar

But des actes à accomplir / Purpose of the evidence or judicial act sought

--

7. Identidade e morada das pessoas a ouvir (artigo 3, e)

Identité et adress des personnes à entendre (article 3, e) / Identity and address of any person to be examined (article 3, e)

Testemunha : [confidencial], Solteiro, domicílio: Rue [confidencial] SUISSE

Testemunha : Patricia Carvalho, solteira, domicílio: [confidencial] SUISSE

8. Questões a inquirir ou fatos acerca dos quais as pessoas devem ser ouvidas (artigo 3, f)\*

Questions à poser ou faire sur lesquels les personnes susvisés doivent être entendues (article 3, f)

Questions to be put to the persons to be examined or statement of the subject-matter about which they are to be examined (article 3, f)

As testemunhas devem ser inquiridas aos pontos da base instrutória com os nº 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 27, 28 e 29, da qual se envia cópia.

9. Documentos ou objetos a examinar (artigo 3, g)

Documents ou objets à examiner (article 3, g) / Documents or other property to be inspected (article 3, g)

Despacho de Saneador

10. Pedido de inquirição sob juramento ou, se for caso, indicação de forma específica a utilizar (artigo 3, h)

Demande de recevoir la déposition sous serment ou avec affirmation et, le cas échéant, indication de la formule à utiliser (article 3, h)

Any requirement that the evidence be given on oath or affirmation and any special form to be used (article 3, h)

--

(em caso de impossibilidade de inquirição sob a forma pedida, indicar se podem ser prestados depoimentos de acordo com o procedimento local)

(en cas d'impossibilité de recevoir la déposition dans la forme demandée, préciser si l'autorité requise peut recevoir la déposition dans les formes locales)

(in the event that the evidence cannot be taken in the manner requested, specify whether it is to be taken in such manner as provided by local law for the formal taking of evidence)

--

11. Formas especiais requeridas (depoimentos orais ou escritos, autos sumários ou integrais; contra-interrogatório, etc)

(artigos 3, i e 9)\*

Formes spéciales demandées (déposition orale ou écrite, procès-verbal sommaire ou intégrale, "cross-examination", etc.) (article 3, i et 9)

Spécial methods or procédure to be followed (e.g. oral or in writing, verbatim, transcript or summary, cross-examination, etc.) (article 3, i and 9)

(no caso de os depoimentos não poderem ser prestados na forma requerida, especificar se o podem ser segundo as normas locais)  
(em cas d'impossibilité de suivre recevoir les formes spéciales demandées, préciser si l'autorité requise peut suivre les formes locales)  
(in the event that the évidence cannot be taken in the manner requested. specify whether it is to be taken in such manner as provided by local law)

12. Pedido de notificação da data e do local de execução do pedido, da identidade e da morada da pessoa ou pessoas a informar

( artigo 7)\*

Demande de notification de la date et du lieu de l'exécution de la requête, de l'identité et de l'adresse de la ou des personnes à informer (article 7)

Request for notification of the lime and place for the exécution of the request and identity and address of any person to be notified (article 7)

13. Pedido de assistência ou de intervenção de magistrados da autoridade requerente, na execução da carta rogatória (artigo 8)\*

Demande d'assistance ou de participation des magistrats de l'autorité requérante à l'exécution de la commission rogatoire (article 8)

Request for attendance or participation of judicial personnel of the requesting authority at execution of the Letter of Request (article 8)

14. Especificação de dispensa ou interdição de depor, previstas pela lei do Estado requerente (artigo 11, b)

Spécification des dispenses ou interdictions de déposer prévues par la loi de l'État requérant (article 11, b)  
spécification of privilege or duty refuse to give évidence under the law of the Stale ol'origin (article 11, b)

(Juntar cópia das disposições legais ou regulamentares invocadas )  
(joindre copia des dispositions légales ou réglementaires invoquées) / ( attach copies of relèvent law or régulations )

15. As taxas e custas com direito a reembolso, de acordo com o artigo 14 alínea 2, e artigo 26 serão suportados por\* :

Les laxes et frais donnant lieu à remplira remboursement en vertu de l'article 14, alinéa 2 et de l'article 26 seront réglée par :

The fees and cosls incurred with are reimhusable under second paragraph of article 14 or under article 26 will be borne by :

(identidade e morada / identité et adresse / identity and address)

Dr(a). [confidencial], Mandatário do(a) Réus [confidencial] e outros, com escritório na Rua [confidencial] Viseu, Portugal

<p>Data do pedido / Date de la requête / Date of request</p> <p><i>Viseu, 02 de abril de 2013</i></p>	<p><i>Viseu, em/le/the 03-04-2013</i></p> <p>O Juíz de Direito [confidencial]</p> <p>(Assinatura e Carimbo) Signature et sceau Signature and seal</p>
---	---

MINISTÈRE DE LA JUSTICE  
Direction-générale pour l'administration de la justice  
Av. D. João II n° 1.08.01 D/E  
Pisos 0, 9° a 14°  
1990-097 Lisbonne

Tribunal judiciaire de Viseu, 4 <sup>ème</sup> chambre civile  Tél. : [+351] 232 427 000 Fax : [+351] 232 427 090 Courriel : <a href="mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt">viseu.tc@tribunais.org.pt</a> Avenida Europa	Autorités compétentes de la Suisse, Suisse
---	---

1.

Tribunal judiciaire de Viseu, Avenida Europa

3.

Tribunal judiciaire de Viseu, 4<sup>ème</sup> chambre civile, Tél. : [+351] 232 427 000 Fax : [+351] 232 427 090  
Courriel : [viseu.tc@tribunais.org.pt](mailto:viseu.tc@tribunais.org.pt), Avenida Europa

Autorités compétentes de la Suisse, Suisse

Type : Procédure sommaire , Affaire n° : [confidential]

4.

a)

[confidential] et autre

b)

[confidential] et autres

M. [confidential], délégataire de l'auteur, [confidential] et [confidential], domicilié [confidential] Sever do Vouga, contacts : téléphone – [confidential] fax - [confidential], courriel [confidential]

M. [confidential], délégataire des défendeurs [confidential], [confidential] et autres, domicilié [confidential] Viseu ; contacts : téléphone – [confidential], fax - [confidential], courriel - [confidential]

5.

a)

Reconnaissance du droit de préemption concernant l'achat d'un bien immobilier.

b)

Faire reconnaître le droit de préemption des AA par rapport à l'achat du bien immobilier inscrit au cadastre sous le n° [confidential] et sis à [confidential], que le défendeur [confidential] a effectué.

7.

Témoin : [confidential], célibataire, domicilié [confidential] SUISSE

Témoin : [confidential], célibataire, domiciliée [confidential] SUISSE

8.

Les témoins doivent être enquêtés conformément aux points de l'instruction n° 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 27, 28 et 29, dont une copie est envoyé.

Décision préparatoire

15.

M. [confidential], délégataire des défendeurs [confidential] et autres, domicilié [confidential] Viseu,

Portugal
----------

Fait à Viseu, le 2 avril 2013	Le juge de première instance, [confidencial]
-------------------------------	---